

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ANDREI NASSER WICHRESTINK**

**PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ESTUDO DE DEMANDA DE CURSOS  
TÉCNICOS NO IFRS – *CAMPUS OSÓRIO***

**Porto Alegre**

**2016**

**ANDREI NASSER WICHRESTINK**

**PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ESTUDO DE DEMANDA DE CURSOS  
TÉCNICOS NO IFRS – *CAMPUS OSÓRIO***

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional - Mestrado Profissional, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Fritsch

Porto Alegre

2016

W635p Wichrestink, Andrei Nasser

Proposta de metodologia para estudo de demanda de cursos técnicos no IFRS – *Campus Osório* / por Andrei Nasser Wichrestink. – 2016.

131 f. : il., 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Rosângela Fritsch.

1. IFRS – *Campus Osório*. 2. Metodologia. 3. Educação para o trabalho. 4. Educação profissional. I. Título.

CDU 377(816.5)

**ANDREI NASSER WICHRESTINK**

**PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ESTUDO DE DEMANDA DE CURSOS  
TÉCNICOS NO IFRS – *CAMPUS* OSÓRIO**

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional - Mestrado Profissional, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Fritsch

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Fritsch - UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Cunha - UNISINOS

---

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes - UNIPAMPA

Como pode um sentimento,  
doação todo momento,  
este é o meu pensamento,  
relacionando ao meu pai,  
com todo seu conhecimento,  
me ensinou com fundamento,  
na vida e num nascimento,  
agora eu sou pai em crescimento,  
dedicar este momento,  
ao meu filho, João Francisco, amado,  
que me ajudou com seu comportamento.

## **AGRADECIMENTOS**

"O bom filho a casa retorna", agradeço a Unisinos.

Aos meus familiares, Anatoliy e Catarina por todo o incentivo na caminhada.

À minha companheira Fernanda Arboite de Oliveira em todos os momentos de apoio e tempo dedicados.

À minha maior inspiração, meu filho João Francisco pelo carinho.

À Professora Rosângela Fritsch, pela orientação criteriosa na oportunidade desafiadora de instigar a seguir por caminhos de críticas e reflexões.

À Professora "Mabel", e o Professor Lúcio Hammes pelo ensinamento de uma postura ilibada numa leitura criteriosa e também por construtivas e valiosas sugestões para este trabalho.

Agradeço ao grupo de professores do Mestrado em Gestão Educacional da UNISINOS, destacando as Professoras Beatriz Terezinha Daudt Fischer, Mari Margarete dos Santos Forster e Flavia Obino Correa Werle.

À todos que em algum momento estiveram, passaram ou fazem parte da minha caminhada de crescimento na vida na qual influencia também na rica trilha do mestrado; meu muito obrigado!

O termo escola (scholé, em grego; schola, em latim) significava, entre outras coisas, lazer, tempo livre, ocupação do tempo com estudo livre e prazeroso. Na língua latina, o termo passou a significar também os seguidores de um mestre, a instituição ou lugar de formação, ensino e aprendizagem. embora a tradição greco-romana desvalorizasse o trabalho manual e a formação profissional - o que justifica a compreensão do termo escola como lugar do ócio, do não trabalho -, foi o ideal grego de educação que fortaleceu as bases das instituições escolares ocidentais, à medida que a escola se ia constituindo como instituição de aprendizagem organizada, dirigida para um objetivo. Já na educação grega antiga, para "homens livres", surgiram instituições educativas com características de escola como treino para atividades práticas cotidianas, como espaço de instrução e treinamento militar, baseadas em ideais de perfeição física, bravura, coragem, nobreza de caráter, obediência as leis e, mais tarde, no desenvolvimento da razão. Na Idade Média, o ensino ocorria principalmente em mosteiros, para a formação religiosa de clérigos e dos leigos. Com o desenvolvimento do comércio na idade moderna e consolidação das cidades, surgiu a necessidade de aprender a ler, escrever e contar. A nova classe, a burguesia, propagou outro tipo de escola, com professores leigos nomeados pelo Estado e com o ensino voltado para as coisas práticas da vida, isto é, para os interesses da nova classe que emergia - do que se conclui que a escola atende historicamente a interesses de quem a controla (LIBÂNIO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

## RESUMO

Esta pesquisa teve como lócus o *Campus* Osório do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, presente desde agosto de 2010, é a primeira escola pública federal da região. Este trabalho constitui-se na elaboração de uma proposta de metodologia de estudo de demanda de cursos técnicos que atendam tanto as necessidades da comunidade onde o IFRS *Campus* Osório está inserido, quanto aos Arranjos Produtivos Locais (APL) da região, bem como sirva de modelo para aplicação em outros *Campi* do IFRS. A pesquisa apresenta inicialmente, um trabalho de fundamentação bibliográfica, trazendo um histórico da educação técnica e profissional no Brasil, da criação dos Institutos Federais, do IFRS e do *Campus* Osório. A segunda etapa constitui-se da elaboração da metodologia, embasada em bibliografias, em dados primários e secundários relativos à caracterização do local de prospecção do *Campus*, à estrutura do instituto e suas bases legais, ao perfil e expectativa dos estudantes em potencial, ao mapeamento da concorrência e da demanda profissional. A partir da pesquisa, foi possível identificar e descrever elementos necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa que elabora uma metodologia no intuito de identificar, na região pesquisada, eixos tecnológicos e cursos técnicos que contemplem os APLs e as demandas da sociedade. Por fim, os dados pesquisados, relacionados ao *Campus* Osório, seja sobre APLs ou pela pesquisa de intenções de cursos realizada com a comunidade, direcionam primeiramente para continuidade e ampliação de cursos técnicos relacionados ao setor de serviços.

**Palavras-chave:** IFRS - *Campus* Osório. Metodologia. Educação para o trabalho. Educação Profissional.



## **ABSTRACT**

This research was conducted at the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) Campus Osório - located on the north coast of Rio Grande do Sul, which was established in August, 2010. It is the first federal public school in the region. This study is about developing a methodology to define the demands for technical courses that meet both the needs of the community where the IFRS Campus Osorio is inserted and the Local Productive Arrangements (LPA) in the region, as well may serve as a model for application in other IFRS campuses. The first part of the dissertation presents a literature review on the history of the technical education in Brazil, the creation of the Federal Institutes, the foundation of the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS), and the establishment of the IFRS Campus Osório. The second part describes the proposed methodology which is based on: relevant literature, primary and secondary data related to the characterization of the prospective site for the Campus, the institute's structure and its legal basis, the profile and expectations of potential students, the competition and professional demand mapping. Through this research, it was possible to identify and describe the elements required for the development of a research that elaborates a methodology in order to identify, in the area surveyed, technological axes and technical courses that address the LPAs and the demands of the local society. To conclude, the data collected about the Campus Osorio, both on the LPAs and the survey conducted with the community on demand of courses, mostly indicates the continuity and expansion of technical courses related to the services sector.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa IFRS – janeiro de 2015 .....	18
Figura 2. Divisão Geopolítica em 1909 .....	31
Figura 3. Expansão da Rede Federal até 2010.....	37
Figura 4. Cenário da Rede Federal até 2014 .....	37
Figura 5. Linha do tempo de 1909 até criação IF em 2008.....	38
Figura 6. Escola Técnica Federal: obras devem iniciar em junho .....	47
Figura 7. Obras da Escola Técnica iniciam em Osório.....	49
Figura 8. Pedra Fundamental do Ato de Lançamento da UNED - Osório .....	49
Figura 9. Roberto Saouaya, diretor do IFRS <i>Campus</i> de Osório .....	51
Figura 10. Gil Davóglio, secretário de Educação .....	52
Figura 11. Solenidade de abertura do IFRS <i>Campus</i> Osório .....	56
Figura 12. Solenidade de Inauguração do IFRS - <i>Campus</i> Osório .....	60
Figura 13. Fatores para elaboração da metodologia proposta.....	63
Figura 14. Etapas do caminho metodológico para identificação de demanda de cursos técnicos de nível médio no IFRS <i>Campus</i> Osório .....	69
Figura 15. Proposta detalhada das Etapas, Descrição das atividades, Principais indicadores e Fontes a serem utilizadas no desenvolvimento da metodologia proposta .....	71
Figura 16. Mapa de municípios que compõem o COREDE litoral do RS.....	73
Figura 17. Mapa de municípios que compõem a 11ª CRE.....	74
Figura 18. Taxa de crescimento anual da população no período de 2000 a 2010- COREDEs .....	76
Figura 19. Grau de Urbanização do Rio grande do Sul.....	77
Figura 20. Cenário da Rede Federal até 2014 .....	83
Figura 21. Matrículas Inicial do Ensino Médio por Rede de Ensino 2010 a 2013 na 11ª CRE .....	86
Figura 22. Comparativo entre Projeção da População com Matrícula Inicial de 15 a 17 anos (2010-2016) na 11ª CRE .....	87
Figura 23. Crescimento do número de discentes do <i>Campus</i> Osório oriundos dos municípios: Capivarí do Sul, Cidreira, Maquiné, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Palmares do Sul .....	89

Figura 24. Pretensão de área de trabalho relacionada com os eixos tecnológicos de ensino.....	91
Figura 25. Estabelecimentos de Ensino Fundamental, por dependência - 2012 .....	92
Figura 26. Estabelecimentos no Ensino Médio do RS, por dependência - 2012.....	93
Figura 27. Instituições Educação Profissional e Tecnológica do RS, por dependência - 2012 .....	93
Figura 28. Distribuição do número de trabalhadores por nível de escolaridade.....	102
Figura 29. Remuneração média por setor e porte de empresa.....	104
Figura 30. Localização geográfica dos APLs identificados e apoiados e sem APLs identificados no RS .....	106
Figura 31. PIB per Capita por COREDE 2012 - RS .....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação de elementos da Revisão Bibliográfica.....	26
Quadro 2. Prazos da Chamada Pública MEC/ SETEC nº 001/2007 .....	43
Quadro 3. Dez municípios do RS com maior crescimento populacional (2000 a 2010) .....	75
Quadro 4. Dez Cursos de Educação Profissional com Maior Número de Matrículas na Rede Publica - Brasil - 2013.....	83
Quadro 5. Dez Cursos de Educação Profissional com Maior Número de Matrículas na Rede Federal - Brasil - 2013 .....	84
Quadro 6. Ensino Fundamental 11ª CRE .....	85
Quadro 7. Estabelecimentos de Ensino Médio na 11ª CRE.....	85
Quadro 8. População na faixa etária de 15 a 17 anos na 11ª CRE.....	86
Quadro 9. Matrículas de Ensino Médio na 11ª CRE .....	86
Quadro 10. Demanda Potencial para o Ensino Médio (15 a 17 anos) 11ª CRE.....	87
Quadro 11. Porcentagem de alunos do <i>Campus</i> Osório oriundos dos municípios do Litoral Norte do RS - Discentes do ensino médio técnico modalidade integrado .....	88
Quadro 12. Número de candidatos por vaga por curso técnico de ensino médio na modalidade integrado no IFRS <i>Campus</i> Osório .....	90
Quadro 13. Estabelecimentos de Ensino no Litoral Norte do RS (2014).....	94
Quadro 14. Estabelecimentos de Ensino por Etapas e/ou Modalidades de Ensino no Litoral Norte do RS (2014) .....	95
Quadro 15. Instituições particulares que oferecem educação profissional no Litoral Norte do RS (2014) .....	95
Quadro 16. Instituições pública que oferecem educação profissional no Litoral Norte do RS (2014).....	96
Quadro 17. Instituições que ofertam educação profissional e os respectivos cursos no Litoral Norte do RS (2014).....	97
Quadro 18. Quantitativo de oferta de cursos de educação profissional técnico no Litoral Norte do RS (2014) .....	98
Quadro 19. Quantitativo de oferta de cursos de Técnico integrado ao ensino médio no Litoral Norte do RS (2014).....	98
Quadro 20. Distribuição de estabelecimentos por porte no Litoral Norte do RS .....	100

Quadro 21. Distribuição de empregos por Segmento e Porte do Litoral Norte do RS .....	100
Quadro 22. Distribuição do número de micro e pequenas empresas e empregados por segmento .....	101
Quadro 23. Distribuição de empregados por setor e escolaridade.....	103
Quadro 24. Potencialidades e tendências de desenvolvimento dos municípios do Litoral Norte do RS.....	108
Quadro 25. Síntese dos dados obtidos com a aplicação da metodologia proposta	110

## LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DI	Desenvolvimento Institucional
EAD	Educação à Distância
EIT	Escolas Industriais e Técnicas
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC	Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância
ETF	Escolas Técnicas Federais
FAP	Formulário de Apresentação de Proposta
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FIC	Formação Inicial Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
ONG	Organização não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRODI	Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNED	Unidades Descentralizadas de Ensino
VAB	Valor Adicional Bruto

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1.1 Definição do Tema ou Problema</b> .....	<b>20</b>
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>24</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	24
1.2.2 Objetivos Específicos .....	24
<b>1.3 Justificativa</b> .....	<b>24</b>
<b>2 O CENÁRIO DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E NOS INSTITUTOS FEDERAIS</b> .....	<b>26</b>
2.1 Políticas educacionais no Brasil em três momentos do século XX.....	26
2.2 Breve histórico e contextualização do ensino técnico no Brasil.....	29
2.3 O cenário do ensino técnico no Brasil relacionado ao IFRS.....	35
2.4 O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - <i>Campus Osório</i> .....	40
<b>3 CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA MAPEAMENTO DE DEMANDA DE CURSOS TÉCNICOS</b> .....	<b>63</b>
<b>4 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA: PRIMEIROS PASSOS</b> .....	<b>72</b>
<b>4.1 Caracterização do local de prospecção</b> .....	<b>72</b>
4.1.1 Levantamento de dados geográficos e territoriais .....	72
<b>4.2 Estrutura do IFRS e suas bases legais</b> .....	<b>79</b>
4.2.1 Legislação e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos .....	79
<b>4.3 Perfil e expectativas dos estudantes em potencial</b> .....	<b>82</b>
4.3.1 Ensino Fundamental e médio: estudantes em potencial .....	82
<b>4.4 Mapeamento da Concorrência</b> .....	<b>92</b>
<b>4.5 Demanda Profissional</b> .....	<b>99</b>
4.5.1 Demandas por Formação Profissional no Litoral Norte do RS .....	99
4.5.2. Distribuição do número de empresas segundo o porte .....	99
4.5.3 Distribuição do número de micro e pequenas empresas e empregados por segmento (%) no Litoral Norte do RS.....	100
4.5.4 Distribuição do número de trabalhadores e segmento, por nível de escolaridade .....	102
4.5.5 Renda média por setor e porte de empresa .....	103
4.5.6 Arranjos Produtivos Locais (APL).....	104
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>112</b>



<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE INTENÇÃO DE ESTUDO PARA CURSOS MÉDIOS TÉCNICOS.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO A - ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DEFINIU OS EIXOS DE ATUAÇÃO PARA IFRS - <i>CAMPUS</i> OSÓRIO .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO B - DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO 1909 .....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO C - LINHA DO TEMPO DA REDE FEDERAL DE EPT .....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO D - INSTITUTOS FEDERAIS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXO E - RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL REFERENTE AO PLANO E/OU PROJETO PEDAGÓGICO DE NOVOS CURSOS.....</b>	<b>128</b>

## 1 INTRODUÇÃO

... a gratuidade do ensino reforçava "a indolência dos pobres, além de onerar as famílias abastadas com impostos e levá-las a matricular seus filhos em escolas particulares, por temor do convívio com crianças violentas e indisciplinadas. Tudo isso contribuía para transformar a escola pública em escola de indigentes. (VEIGA, 2007).

Atualmente a escola é percebida por muitos como uma instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, porém, historicamente, a constituição da escola não esteve vinculada à formação para o trabalho e sim para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando do poder e da direção social (MANFREDI, 2002).

Quanto à formação para o trabalho, durante muito tempo ela ocorreu na própria dinâmica da vida social e comunitária, em conjunto com a própria atividade de trabalho (MANFREDI, 2002).

Segundo Manfredi (2002), a educação escolar separada da educação imersa nas práticas sociais também não apareceu por acaso, nem repentinamente. Embora a escola, como instituição, faça parte das diferentes civilizações, os sistemas de ensino são criações recentes, produtos do desenvolvimento do industrialismo como modo de produção, de trabalho e de vida em sociedade. Neste contexto, a expansão do capitalismo industrial criou a necessidade da universalização da escola na preparação para inserção no mundo do trabalho.

Assim, entre as diversas concepções de educação profissional, há desde as que a consideram compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres até aquelas centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro. Há, ainda, outras concepções orientadas pela ideia de uma educação tecnológica numa perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos, a qual vincula a formação técnica a uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórico-crítica, integrando a preparação para o trabalho à formação de nível médio (MANFREDI, 2002).

Demandas educacionais decorrentes do contexto atual do mundo do trabalho, em que há a necessidade de qualificação profissional nas diversas áreas e de difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, fizeram com que o Ministério da

Educação criasse os Institutos Federais, um modelo de arranjo para educação brasileira, com relação direta com o contexto sócio-cultural e suporte Arranjos Produtivos Locais (APL) e regionais. A proposta dos Institutos Federais, propõe que estes sejam estruturados a partir do potencial instalado nos então Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e instituições vinculadas às Universidades Federais, com premissas de atingir condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (IFRS, 2015).

Com foco na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias, esse modelo se dispõe a responder de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos Arranjos Produtivos Locais. Neste sentido, busca o fortalecimento das políticas de inclusão a ampliação da oferta, assim como repercutir de modo imperativo nas condições de vida de grupos em desvantagem social e atender aos alunos oriundos de camadas mais pobres da população (IFRS, 2015).

A Educação Profissional nos Institutos Federais configura-se como temática central desta pesquisa tendo como campo empírico o *Campus* Osório pertencente ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Os Institutos Federais (IF), criados pela lei nº.11.892 de 29 de dezembro de 2008, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas. Segundo a mesma lei, os IFs têm autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), um dos três IFs criados no Estado do RS, é uma instituição de ensino público e gratuito que visa promover a educação profissional e tecnológica de excelência e impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões de sua abrangência. Além de Osório, há 11 *Campus* já implantados: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão. Além destes, há outros cinco em processo implantação nos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão (Figura 1). Existe, ainda, a possibilidade da

ampliação do número de municípios atendidos pelo IFRS com a abertura de uma unidade em Guaíba<sup>1</sup>. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves. Em 2014, o IFRS contava com 25 mil estudantes, em 120 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades (IFRS, 2015).

Figura 1. Mapa IFRS – janeiro de 2015



Fonte: IFRS (2015)

O *Campus* Osório está localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RS), oferece atualmente cursos técnicos de nível médio, nas modalidades Integrado ao Ensino Médio e Subsequente ao Ensino Médio, cursos Superiores de Tecnologia além de uma especialização em Educação Básica e Profissional. Ainda pode-se ressaltar o início do curso de Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade Subsequente à Distância, o e-Tec, atingindo três polos: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Balneário Pinhal (IFRS/Osório, 2015). No segundo semestre de 2015 com a abertura de licenciatura em Português/ Inglês o *Campus*

<sup>1</sup> O *Campus* avançado de Guaíba está em processo de implantação. Ainda não há definição formal sobre a sua localização.

inicia o primeiro curso de licenciatura em escola pública no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Estudam no *Campus* Osório, no segundo semestre de 2015, em torno de 700 alunos nos turnos da manhã, da tarde e da noite. Para os próximos anos, o objetivo é atender aproximadamente 1200 mil alunos (PDI, 2014). Para atender a um processo crescente de expansão e concretização do objetivo de criação de novos cursos há necessidade de estudo de demanda para conduzir o caminho a ser trilhado atendendo de forma eficaz as características da região.

Na sequência, apresenta-se a minha trajetória no IFRS para elucidar as implicações das atividades por mim desenvolvidas nesta instituição de ensino na formulação do tema deste trabalho. Em novembro de 2012, estive junto à equipe de secretaria e registros acadêmicos, sendo este um momento de adaptação ao serviço público. As atividades neste setor me permitiram entender o funcionamento do Instituto Federal *Campus* Osório como unidade de uma estrutura ainda maior. Já no início do ano de 2013, fui atribuído para implementar e ajustar o departamento de estágios curriculares, pré-requisito necessário para conclusão de cursos previsto em seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC). A atuação no setor de estágios possibilitou uma aproximação com os estudantes e, com ela, a compreensão das muitas realidades e diversidades da comunidade na qual o instituto está inserido. Neste mesmo ano, no mês de abril, fui designado para exercer a função de Coordenador de Desenvolvimento Institucional (DI) do *Campus*.

O setor de DI é responsável pela elaboração dos planos estratégicos do IFRS *Campus* Osório e, dentre outras atribuições, apresentar à comunidade informações pertinentes para proporcionar a abertura de cursos que desenvolvam a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFRS/ OSÓRIO, 2012).

A partir da minha atuação como Coordenador de DI, com reuniões e com as atribuições relativas ao cargo, identifiquei que o *Campus* Osório necessitava de um estudo relacionado aos cursos ofertados, a fim de avaliar se ainda permanecem como uma demanda atual e prospecção de novos.

A oferta de cursos dentro dos eixos tecnológicos do *Campus* Osório, ou seja, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, infraestrutura, Produção Alimentícia

e Turismo, Hospitalidade e Lazer, é bastante discutida entre os três segmentos internos (discentes, docentes e técnicos), pois afeta não só questões relacionadas ao número de alunos, evasão e empregabilidade, como também reflete na nomeação de professores e técnicos administrativos para o andamento dos cursos, na construção de prédios com número adequado de salas de aula, de laboratórios e na aquisição de bibliografias atualizadas e equipamentos, enfim, uma série de fatores necessários para formar um ambiente de excelência relacionado ao aprendizado.

A decisão em relação aos cursos já existentes e novos a serem abertos precisa considerar todo o contexto envolvido na manutenção dos mesmos, sendo que não se pode abrir e fechar cursos a qualquer tempo, visto que qualquer curso depende de uma estrutura física e humana específica e compromisso com os estudantes ingressantes. Sendo assim, uma metodologia para identificar e verificar a atualidade dos cursos já implantados e a necessidade de abertura de novos para o *Campus Osório* apresenta-se como uma necessidade urgente e dependente de um trabalho aprofundado e detalhado com a finalidade de identificar as demandas da comunidade, as vocações da região, a partir dos Arranjos Produtivos Locais da região do Litoral Norte do RS (MEC, 2010) com os princípios norteadores de criação dos IFs. Neste sentido, é necessário ser considerado o número de discentes assim como respeitar os limites que o *Campus Osório* apresenta como fatores de legislação na formação dos Institutos Federais, no que se refere à quantidade de docentes e de técnicos, infraestrutura, enfim, fatores externos e internos necessários para construção de um ambiente propício para garantir uma educação de excelente qualidade.

### **1.1 Definição do Tema ou Problema**

A partir da Lei de 11.892 de 29 de dezembro de 2008 foi instituída pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando assim os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal com 38 institutos (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação

profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tem a premissa de atender não só as regiões já contempladas com universidades públicas e centros de educação profissional, mas também fazer uma capilaridade em todo território nacional, atingindo municípios e regiões mais distantes destes eixos (BRASIL, 2008).

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) foi contemplado com 3 Institutos Federais sendo (MEC, 2015a):

- a) Instituto Federal do Rio Grande do Sul;
- b) Instituto Federal de Farroupilha;
- c) Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O IFRS é formado por vários *Campi*, que possuem uma diversidade de valores e necessidades na área educacional e se propõem a valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando de forma expressiva a educação pública de qualidade e fomentando o atendimento a demandas localizadas, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo do trabalho (MEC, 2010).

Para a escolha dos municípios onde as unidades seriam implantadas, foi adotado o conceito de cidade-polo, de forma a alcançar o maior número de regiões. Nesse contexto, Osório, localizado no Litoral Norte do RS, foi um dos municípios escolhidos, onde foi então implantado o *Campus* Osório, pertencente ao IFRS, o qual teve o início das atividades no ano de 2010 (MEC, 2010).

Os principais critérios para a definição das cidades-polo, onde estariam situados os *Campus* dos IFs, foram a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais, a fim de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (MEC, 2010).

Um dos preceitos que fundamenta as ações dos IFs é sua atuação no sentido do desenvolvimento local e regional e na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do todo. Os Institutos Federais precisam dialogar com a realidade local e regional, provocando um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação (MEC, 2008b).

Neste contexto, não é suficiente que os Institutos Federais estejam situados numa determinada área geográfica e associados a projetos e programas mais amplos e globais. É necessário também um vínculo real entre local e global. Sendo assim, suas ações precisam construir uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no princípio de pertencimento territorial (MEC, 2008b).

Os Institutos Federais precisam ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. Precisam atuar como potencializadores de uma educação que possibilite o desenvolvimento da capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Dentro de sua própria realidade, os estudantes devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e gerar soluções a favor do desenvolvimento local e regional (MEC, 2008b).

Assim, cada Instituto Federal precisa ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder efetivamente aos anseios dessa sociedade, promovendo a inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que precisa dar suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, ou seja, das mesorregiões. Sendo assim, o objetivo maior dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, é sua conduta articulada ao contexto e à vocação produtiva do local em que está situado; à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local ampliando novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico, político e cultural de sua região de abrangência (MEC, 2008b).

A expansão da Rede de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica tem demandado a produção, coleta e interpretação de dados que proporcionem parâmetros mais seguros para a elaboração de estratégias de expansão, modernização e melhoria contínua da Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo no que tange a oferta de cursos.

A lei 11.892 de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabeleceu os quantitativos de no mínimo, 50% das vagas ofertadas



para o ensino técnico nas suas diversas modalidades, no mínimo 20% das vagas ofertadas para as licenciaturas e o restante para os demais cursos superiores. Sendo assim, percebe-se que essa conformação estabelece a necessidade de um estudo que possibilite a compreensão do levantamento de demandas para a oferta de cursos de modo a subsidiar a constituição de um planejamento integrado para a oferta das modalidades de ensino, considerando os aspectos necessários para estabelecimento de diretrizes e planejamento de abertura de novos ou manutenção dos cursos dos já existentes (BRASIL, 2008).

Um aspecto que instiga a definição do tema ou problema deste trabalho está fundamentado no fato de que os cursos ofertados até o momento no *Campus Osório* foram definidos em uma única audiência pública, realizada junto à comunidade, na qual foram apresentados alguns dados sobre questões econômicas da região do Litoral Norte do RS. Esta audiência realizada no dia 16 de outubro de 2007 (ANEXO A) definiu eixos de atuação e os cursos, contudo, até então, nenhum outro levantamento detalhado e aprofundado das demandas regionais foi realizado e por isso, o presente estudo se faz necessário.

Cabe ressaltar que há um documento do IFRS que serve como base norteadora para o levantamento de dados referentes a um curso a ser aberto. Esse documento consiste em um relatório de demanda, sendo atribuição do coordenador de Desenvolvimento Institucional elaborá-lo. Neste sentido, o período a frente desta coordenação pude observar que este relatório não realiza um estudo sobre quais os cursos que devem ser abertos ou mantidos e sim, se determinado curso a ser aberto tem demanda e relação com os APLs da região tão somente.

Esta pesquisa pretende elaborar uma metodologia que procure atender e elucidar, através do estudo dos Arranjos Produtivos Locais e de fatores tais como a oferta de empregos na área técnica, as instituições e cursos técnicos disponíveis na região e as bases legais relacionadas aos Institutos Federais, as demandas e as possibilidades de abertura e manutenção de cursos técnicos e profissionalizantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus Osório*.

Neste sentido, abrangerá uma caracterização dos aspectos demográficos, econômicos bem como uma avaliação dos Arranjos Produtivos Locais e das possibilidades de trabalho em nível técnico em um município da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Osório. Serão incluídos nesse estudo, dados sobre os municípios que compõem a região Litoral Norte do RS, priorizando a cidade polo

sede do IFRS - *Campus* Osório. Será abordado um mapeamento da oferta de cursos no município e na região. Neste sentido, pode-se propor, para um momento posterior, a busca de informações junto aos empresários e instituições ligadas ao ensino local, para ratificar ou identificar a demanda por cursos de nível técnico no município e região.

## **1.2 Objetivos**

Para o presente trabalho os objetivos deste estudo dividem-se em: geral e específicos.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Este trabalho objetiva elaborar uma proposta de metodologia de estudo de demanda de cursos técnicos na região Litoral Norte do RS para o IFRS *Campus* Osório que atenda necessidades da comunidade e dos Arranjos Produtivos Locais (APL) da região.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) descrever o cenário do ensino técnico no Brasil e nos Institutos Federais;
- b) caracterizar a região de prospecção do IFRS - *Campus* Osório;
- c) mapear os Arranjos Produtivos Locais e as demandas socioeconômicas predominantes do Litoral Norte do RS para implementar e manter os cursos frente ao catálogo nacional de cursos técnicos;
- d) propor uma metodologia que busque atender às necessidades da comunidade para manter ou criar novos cursos para o IFRS - *Campus* Osório.

## **1.3 Justificativa**

Considerando o cenário onde o *Campus* Osório está inserido, o presente estudo visa constituir-se em referências para busca da eficiência e eficácia a partir de uma metodologia adequada na oferta de cursos e na adequação entre demanda social e oferta desses cursos, bem como da inserção das instituições da Rede

Federal de Educação Profissional e Tecnológica nos municípios e regiões onde se localizam os *Campus* dos Institutos Federais.

A partir deste foco, pretende-se elaborar um planejamento em consonância com a realidade da região e do IFRS *Campus* Osório com o intuito de levar à comunidade a possibilidade de desenvolver habilidades e competências técnicas que atendam às demandas do mundo do trabalho. Pretende-se iniciar este planejamento para que sirva de instrumento norteador na execução e desenvolvimento dos cursos e que auxilie tanto na tomada de decisões quanto no direcionamento das prioridades de ensino técnico na região.

Entende-se que o estudo é relevante e vai contribuir com a consolidação do ensino técnico e do IFRS *Campus* Osório como referência nesta modalidade de ensino no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Considera-se também, que pode servir como referência para outros IFs uma vez que pode ser utilizado como uma metodologia de base no estudo de propostas de demandas de cursos técnicos.

## 2 O CENÁRIO DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Neste item, serão abordados conteúdos e elementos contextuais e teóricos sobre o cenário do ensino técnico no Brasil e nos Institutos Federais, tendo suporte na revisão bibliográfica e na análise documental conforme apresentado sinteticamente no Quadro 1. Num primeiro momento serão apresentadas as políticas educacionais no Brasil em três momentos do século XX, a seguir um breve histórico e contextualização do ensino técnico no Brasil em seguida, o cenário do ensino técnico no Brasil relacionado ao IFRS e por fim uma apresentação contextualizando o histórico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - *Campus* Osório. Esta apresentação faz-se necessária para compreender o momento e os fatos históricos que são aplicados ao IFRS *Campus* Osório, foco do presente trabalho, desde a sua criação.

Quadro 1. Identificação de elementos da Revisão Bibliográfica

Temática	Principais autores
2.1) Políticas educacionais no Brasil em três momentos do século XX	- Saviani (2005)
2.2) Breve histórico e contextualização do ensino técnico no Brasil	- Libaneo, Oliveira e Toschi (2012) - Ministério de Educação e Cultura
2.3) O cenário do ensino técnico no Brasil relacionado ao IFRS	- Ministério de Educação e Cultura
2.4) O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - <i>Campus</i> Osório	- Ministério de Educação e Cultura - Saouaya (2015) - Prefeitura Municipal de Osório - Muri (2015)

Fonte: Elaborado pelo Autor

### 2.1 Políticas educacionais no Brasil em três momentos do século XX

Em relação à política educacional no Brasil, Saviani (2005) ressalta que se podem distinguir três momentos durante o século XX. O primeiro, de 1890 a 1931,

corresponde ao papel dos Estados de viabilizar escolas primárias e da União em regular o ensino secundário e superior. Nesse período a tentativa de conciliar estudos literários e científicos gerou várias reformas na política educacional passando pela abolição da exigência do diploma para o exercício profissional, instituição do exame vestibular e a obrigatoriedade do diploma de conclusão do ensino secundário para ingresso no ensino superior. Porém, até a reforma conduzida por Sampaio Dória<sup>2</sup>, na década de 20, a questão da educação nas classes populares não era tratada, sendo que nessa época, os grupos escolares acabavam atuando na formação das elites devido aos seus mecanismos de seleção.

Já o segundo período, 1931 a 1961, demonstra o protagonismo da União na regulamentação do ensino no país. Em 1930, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública bem como a criação do Conselho Nacional de Educação, os estatutos das universidades brasileiras, a organização da Universidade do Rio de Janeiro e dos ensinos secundário e comercial. Em 1932 foi lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que propunha um “Plano de Reforma Educacional”, que atuava na defesa da escola pública. Nos anos subsequentes foram criadas as leis orgânicas, abrangendo os ensinos industrial, secundário, comercial, normal, primário e agrícola. Além disso, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (SAVIANI, 2005).

Em 1945, foi regulamentado o auxílio federal aos Estados, tanto para a educação das crianças quanto para o ensino destinado aos adultos. Com base nestes recursos desencadearam-se, no final da década de 40 e ao longo da década de 50, as campanhas de educação e alfabetização de adultos (SAVIANI, 2005).

Por essas reformas o Ensino Primário foi desdobrado em Ensino Primário Fundamental, de 4 anos, destinado a crianças entre 7 e 12 anos, e Ensino Primário Supletivo, de 2 anos, que se destinava a adolescentes e adultos que não haviam tido a oportunidade de frequentar a escola na idade

---

<sup>2</sup> Antônio de Sampaio Dória, pedagogo, e educador militante. A figura de Antônio de Sampaio Dória está intimamente associada à talvez a mais controversa reforma do sistema escolar paulista. Implantada no Estado de São Paulo, em 1920, a Reforma Sampaio Dória, como ficou conhecida, inverteu a lógica que vinha orientando a institucionalização e a expansão da escola no Estado, ao colocar em cena um programa de inclusão escolar das populações então marginalizadas, fundamentalmente comprometido com duas metas principais: a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo escolar de educação básica capaz de promover a formação do cidadão republicano. Instituiu uma escola de alfabetização primária e obrigatória para todas as crianças em idade escolar. A chamada Reforma Sampaio Dória passou a ser um marco fundamental no debate sobre a democratização da escola brasileira por todo o século XX (CARVALHO, 2010).

adequada. O Ensino Médio ficou organizado verticalmente em 2 ciclos, o ginásial, com duração de 4 anos, e o colegial com duração de 3 anos e, horizontalmente nos ramos secundário e técnico-profissional. O ramo profissional se dividiu em industrial, comercial e agrícola, além do curso normal que mantinha interface com o secundário (SAVIANI, 2005).

A partir dessa divisão do ensino médio nos ramos secundário e técnico profissional deu origem a um dualismo expresso na possibilidade de ingresso, através de vestibular, a qualquer carreira do ensino superior para aqueles que frequentaram o curso secundário. Já para os alunos do ensino técnico só era permitido o acesso às carreiras relacionadas ao seu curso.

Para ter acesso à outra carreira o aluno teria que recomeçar o ensino médio cursando todas as séries do ensino secundário ou do ramo técnico específico correspondente à carreira de nível superior desejada. Essa política preconizava, pois uma separação entre o ensino das elites quase destinariam ao trabalho intelectual e o ensino popular voltado para a preparação e o adestramento dos trabalhadores manuais (SAVIANI, 2005).

Somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024/61) foi possível flexibilizar o aproveitamento de estudos e a transferência de um ramo a outro do ensino médio, bem como o ingresso, via vestibular, a qualquer curso de nível superior (BRASIL, 1961).

No terceiro período, 1961 a 2001, ocorrem iniciativas para unificar a regulamentação do ensino e a experimentação educativa com a consolidação dos colégios de aplicação. Após o golpe militar, 1964, o ensino do país foi reorientado. Para tanto, houve um ajuste da organização do ensino que não considerou necessário modificar a legislação educacional. Esse ajuste reformulou o ensino superior e alterou os ensinos primário e médio modificando sua denominação para ensino de primeiro grau, com oito anos de duração e de segundo grau, com três anos de duração, sendo que no lugar de um ensino médio subdividido em ramos, foi instituído um curso de segundo grau unificado e profissionalizante. A Lei 5692/71 permitia a antecipação da formação profissional tanto para aqueles que não chegassem ao segundo grau quanto para os que não completassem o primeiro grau, afim de que os mesmos obtivessem aptidão profissional para ingressar no mercado de trabalho (BRASIL, 1971).

No ensino superior, a Lei nº 5.540/68 trouxe autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino e pesquisa (BRASIL, 1968). A pós-graduação, regulamentada na década de 70 pelo Conselho Federal de Educação, constituiu-se

no aumento da produção científica gerando estudos consistentes. A constituição de 1988 consolidou as conquistas da comunidade educacional e dos movimentos sociais organizados. Em 1996 foi promulgada a nova LDB (Lei nº 9.394/96) que manteve, no ensino fundamental, a estrutura anterior, alterando somente a nomenclatura do ensino de 1º e 2º graus, respectivamente, por ensino fundamental e médio (BRASIL, 1996). Esta lei, em seu capítulo III, menciona a educação profissional e afirma que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à essa educação. Já em 1997, o decreto nº 2.208/97 regulamenta o ensino profissionalizante e cria a chamada "Reforma da Educação Profissional" (BRASIL, 1997).

Já no Rio Grande do Sul, com o fim do império e o início da república foi o momento em que a educação passou a ser questão prioritária, inclusive no que diz respeito a um ensino técnico-científico, imprescindível para industrialização e para a incorporação do operariado à ordem produtiva (DREHER, 2008).

## **2.2 Breve histórico e contextualização do ensino técnico no Brasil**

O período de estudo aqui proposto compreende um tempo histórico de mudanças radicais na sociedade brasileira: a abolição da escravidão (1888), a instituição do regime republicano (1889) e, desde então, uma significativa ampliação da industrialização e urbanização, do desenvolvimento das ciências e das técnicas, diversidade na composição social da população brasileira, além de rápido crescimento. Na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos; em 1970 havia 90 milhões de habitantes e 33,1% de analfabetos. (Romanelli, 1983 *apud* VEIGA, 2007).

A história da educação profissional no Brasil contada a partir do fim do império e o início da república (1889), traz que com a abolição legal do trabalho escravo, o número de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações do trabalho rural (MEC, 2015b).

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época), Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as

três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (MEC, 2015b).

Uma das ações que marcou a consolidação do ensino técnico-industrial naquele momento foi a Declaração do Presidente da República, Afonso Pena<sup>3</sup>, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906:

A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis (MEC, 2015b).

Conforme informações contidas no site Portal do Brasil, o surgimento das escolas técnicas no Brasil se deu com o decreto nº. 7.566, de 23 setembro de 1909 (ANEXO B), assinado pelo então presidente do Brasil Nilo Peçanha<sup>4</sup>. Este é considerado o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil. A lei citada acima criou 19 "Escolas de Aprendizes Artífices", em diferentes unidades federativas, conforme Figura 2, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que tinham o objetivo de ofertar ensino profissional primário e gratuito para pessoas que o governo chamava de "desafortunadas" à época (BRASIL, 1909).

---

<sup>3</sup> Afonso Pena foi o 6º Presidente da República do Brasil, governando no período de 15 de novembro de 1906 até 14 junho 1909.

<sup>4</sup> Presidente da República do Brasil, no período de 1909 – 1910.



Figura 2. Divisão Geopolítica em 1909



Fonte: MEC (2015b)

Essas escolas são apresentadas como pioneiras no Brasil, assim, tendo uma função social mais voltada à inclusão de jovens carentes que propriamente à formação de mão de obra qualificada. Neste período, a economia brasileira era baseada na atividade rural e, mesmo nos principais centros urbanos, o processo de industrialização ocorria de maneira lenta e precária (MEC, 2015b).

Já no ano de 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidélis Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país (MEC, 2015b).

Em 14 de novembro de 1930, com a criação, do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Foi um período de grande expansão do ensino industrial,

impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes (MEC, 2015b).

Com a Constituição brasileira de 1937, a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129 (MEC, 2015b):

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (MEC, 2015b.)

O ensino técnico passou a ser visto como um ponto estratégico para o desenvolvimento da economia e como um fator para proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores. Neste contexto, a Constituição promulgada pelo presidente Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional. Os Liceus passaram a trabalhar em harmonia com a expansão industrial e, para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, a qual era escassa no Brasil naquele momento (MEC, 2015b).

Entre os anos de 1942 e 1946, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com a promulgação de leis orgânicas, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, foram desenvolvidos empreendimentos particulares no ensino profissionalizante, com o objetivo de preparar melhor a mão de obra em uma fase de expansão industrial, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na mesma ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EIT) (LIBANEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

A conhecida “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, tinha como principais pontos (MEC, 2015b):

- a) o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
- b) o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;

- c) os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

O modelo prevaleceu até 1959, quando as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF), autarquias, e ganharam autonomia pedagógica e administrativa. Pouco depois, a fixação por lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico (BRASIL, 2015).

Até então prevalecia a ideia de que a formação técnica era destinada apenas a indivíduos carentes e a partir desse momento, o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial diante da aceleração e expansão da economia e do processo de industrialização, assim passou a seguir o modelo das escolas técnicas dos países industrializados (BRASIL, 2015).

Nos anos de 1970, com a aceleração do crescimento econômico, houve uma significativa expansão da oferta de ensino técnico e profissional. A LDB de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória todo currículo do segundo grau em técnico-profissional. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência (MEC, 2015b).

Em 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), antigas escolas técnicas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros e tecnólogos (BRASIL, 2015).

Anos mais tarde, com a lei nº. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, os CEFET viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, englobando e transformando gradativamente as atividades das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrotécnicas Federais (BRASIL, 2015).

Em 2008, o sistema foi reorganizado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que incorporaram os CEFET e as Escolas Técnicas remanescentes (BRASIL, 2008).

Já para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), diante da globalização econômica, da transformação dos meios de produção e do avanço da ciência e da tecnologia, a educação deve fornecer respostas concretas à sociedade, formando profissionais

para o desenvolvimento e geração de riquezas e que sejam capazes de construir de modo crítico esse processo.

Neste contexto, segundo os mesmos autores, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, dando-lhe meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Sendo o ensino médio, a partir da LDB de 1996, uma das etapas da educação básica e, considerando sua complexidade, a proposição de políticas públicas para o ensino médio, que vive o dualismo entre ser profissionalizante ou servir como preparação para a continuidade dos estudos em nível superior, torna-se difícil. Já na compreensão humanística e cidadã, ensino médio é entendido num viés que compreende as duas visões (trabalho e continuação dos estudos) de forma integrada e dinâmica (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

Para Kuenzer (2007), esta compreensão leva à necessidade de substituir o termo educação profissional, vinculado a uma concepção de simples qualificação, com foco na ocupação para atender aos interesses do setor produtivo, para educação dos trabalhadores, cuja concepção integra educação básica e especializada para atender às demandas da transformação social.

Já no que tange a educação profissional e tecnológica, segundo a legislação brasileira, esta é uma das modalidades de educação e se integra aos diferentes níveis e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996). A organização de cursos de educação profissional e tecnológica é realizada através de eixos tecnológicos, possibilitando diversos itinerários formativos. Os cursos de educação profissional e tecnológica podem ser de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012). Integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a finalidade da educação profissional é conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, devendo ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o ensino médio pode tanto prover aos estudantes uma formação geral como prepará-los para o exercício de profissões técnicas. Já a educação profissional pode ser desenvolvida de forma articulada (integrada ou concomitante)

com o nível médio ou na forma subsequente, no caso de quem já concluiu o ensino médio (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012).

A obra de Kuenzer (1997) reflete sobre essa dualidade na dupla função da educação básica e aponta esse problema como sendo relacionado a uma política determinada pela sociedade capitalista que, baseada no setor produtivo, cria classes sociais com diferentes necessidades. Sendo assim, um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo governo e pela sociedade é a construção de uma proposta de gestão da educação profissional que seja capaz de envolver todos os seguimentos sociais e organizar espaços de debate que superem a fragmentação existente.

### **2.3 O cenário do ensino técnico no Brasil relacionado ao IFRS**

A fim de atender a um dos objetivos específicos deste projeto, este item visa descrever e contextualizar o ensino técnico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais especificamente no IFRS.

O modelo dos Institutos Federais foi instituído como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica (BRASIL, 2008). São instituições que articulam a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (MEC, 2010).

Conforme já mencionado nesse trabalho, a história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (CEFET).

Na década de 1980 observou-se um novo cenário econômico e produtivo, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional passaram a diversificar programas e cursos (MEC, 2010).

A rede federal de educação está num processo de significativa expansão. De 1909 a 2002, foram construídas 140 unidades de escolas técnicas no país configurando melhor a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Já entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou à população 214 escolas previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional.

Sendo que em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da fase I do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino (MEC, 2015b). Além disso, outras escolas foram federalizadas. O Anexo C apresenta a Linha do Tempo da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica (MEC, 2015a).

No ano de 2006, o objetivo foi implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em Estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho (MEC, 2015a).

Assim, ainda em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com o ensino fundamental, médio e educação indígena. No mesmo ano é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia<sup>5</sup> para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado (MEC, 2015b).

No ano de 2007 foi o lançamento da fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual teve como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, conforme Figura 3, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional (MEC, 2015b).

---

<sup>5</sup> O Catálogo Nacional dos Cursos, elaborado durante o ano de 2007, esteve em consulta pública, por seis meses, recebendo críticas e sugestões de toda a sociedade. Em processo de revisão final, entra em vigência ainda no primeiro semestre de 2008, como importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil (MEC, 2015b).

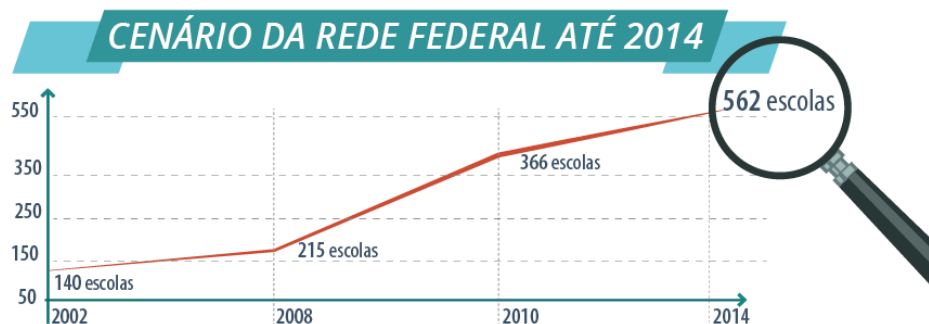
Figura 3. Expansão da Rede Federal até 2010



Fonte: MEC (2015b)

Assim, até 2010 existiam 366 unidades em todo o país, sendo que havia a previsão de mais 208 novas escolas para 2014, todas entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade, conforme Figura 4 que apresenta o cenário da Rede Federal entre os anos de 2002 até o ano de 2014, para atender até 600 mil estudantes (MEC, 2015a).

Figura 4. Cenário da Rede Federal até 2014



Fonte: MEC (2015)

Desde 29 de dezembro de 2008, conforme a lei 11.892 que instituiu os Institutos Federais, 31 centros federais de educação tecnológica (CEFET), 75 unidades descentralizadas de ensino (UNED), 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades passaram a constituir as unidades (*Campus*) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme apresentado na Figura 5 (MEC, 2015a).

Há um total de 38 institutos federais que, junto com CEFET MG, CEFET RJ e o Colégio Pedro II, formam a Rede Federal Profissional e Tecnológica (EPT), contemplando todos Estados brasileiros, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, totalizando até 2015, 41 sedes com 578 *Campus* em território brasileiro (Anexo D).

Figura 5. Linha do tempo de 1909 até criação IF em 2008



Fonte: MEC (2015)

Segundo as concepções e diretrizes dos Institutos Federais, seu foco é a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos Arranjos Locais (MEC, 2008b).

Além disso, os Institutos Federais devem se ater ao compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, articulando em sua experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (MEC, 2008b).

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica que passou pela expansão da rede federal de educação profissional e



tecnológica e pelas medidas que, em cooperação com Estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, incluindo a educação à distância (EAD). Em consonância com esse propósito, foi criada também a política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores, e a defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Portanto, se estabelece que a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício do trabalho e agrega-se ao compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento (MEC, 2008b).

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base na integração e na articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia dos saberes e fazeres necessários ao permanente exercício da laboralidade, os quais se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (MEC, 2008b).

Por outro lado, tendo em vista que é essencial à EPT contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas precisam estar alinhadas com as políticas sociais e econômicas com enfoques locais e regionais (MEC, 2008b).

Os Institutos Federais trabalham a verticalização do ensino na medida em que balizam suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica. Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais devem ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em área sem que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como programas de pós-graduação *lato stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada. O desafio dos Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, é estabelecer uma sintonia com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando as questões de diversidade cultural e de preservação ambiental (MEC, 2008b).

Já no que se refere à pesquisa, o desafio colocado para os Institutos Federais é ir além da descoberta científica, estando presente em todo trajeto da formação do trabalhador e buscando somar o saber e a realidade, na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global (MEC, 2008b).

Essa identificação com o local e o regional vem favorecer a construção da autonomia dessas regiões, tomando como base suas identidades. Este preceito visa responder à necessidade de fomentar o desenvolvimento de uma educação profissional e tecnológica pública a partir de uma demanda, que considera as diversas representações sociais, desde as provenientes da produção elaborada até os médios e pequenos empreendimentos e os movimentos sociais. Numa outra perspectiva, traduz-se no esforço de instrumentalizar seus sujeitos para lidarem com um conhecimento voltado para a construção da autonomia do país. Sendo assim, o papel central desses Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia, em seu fazer pedagógico, pode estabelecer interlocução permanente com os setores difusores de tecnologia e colaborar significativamente com áreas estratégicas para o desenvolvimento do país (MEC, 2008b).

#### **2.4 O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - *Campus Osório***

O plano de expansão da Rede Federal de Educação e Tecnologia foi dividido em duas etapas. A fase I contou com a implantação de 64 novas instituições de ensino, localizadas nas regiões mais desamparadas em termos de oferta pública de educação profissional e tecnológica. A fase II, conhecida como expansão de cidades-polo teve como tema "Uma escola técnica em cada cidade-polo do país". O *Campus* Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Osório) está inserido na fase II do plano de expansão (MEC, 2007).

Para a escolha de cada município foi adotado o conceito de cidade-polo, de forma a alcançar o maior número de regiões, além da sintonia com Arranjos Locais. O planejamento realizado indica que as novas unidades atenderiam um raio de abrangência de 50 quilômetros. Inicialmente, essas novas unidades começariam com a oferta de pelo menos cinco cursos técnicos de nível médio. As áreas dos

cursos seriam debatidas em audiências públicas nas regiões durante 120 dias após a escolha da cidade-polo. As primeiras escolas tinham a previsão inauguração no primeiro semestre de 2008, com início das aulas em agosto do mesmo ano (MEC, 2007).

A proposta de implantação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul *Campus Osório* foi acolhida na chamada pública MEC/ SETEC nº 001/2007, de 24 de abril de 2007, com a Expansão da Rede Federal de Educação e Tecnologia – Fase II, conforme descrito abaixo (MEC/SETEC, 2007).

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II constituiu-se na iniciativa do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, de implantar, em quatro anos, 150 unidades em diferentes municípios, oferecendo ao país condições favoráveis à formação e à qualificação profissional, nos diversos níveis e modalidades de ensino, suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional (MEC/SETEC, 2007).

A intenção do Governo Federal ao implantar “uma escola técnica em cada cidade polo do país”, assumia o compromisso de vincular a oferta pública de formação profissional às estratégias de desenvolvimento sócio-econômico sustentável, viabilizado pelo fortalecimento da atividade produtiva e da educação, ciência e tecnologia nas principais mesorregiões definidas (MEC/SETEC, 2007).

Segundo a chamada pública MEC/SETEC n.º 001/2007, a definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;

- e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- f) aproveitamento de infra-estruturas físicas existentes;
- g) identificação de potenciais parcerias.

Como resultado da análise do objeto e seleção das propostas para abertura dos Institutos Federais de Educação Tecnológica um ranking seria gerado com as pontuações atribuídas a cada município, estabelecendo a ordem segundo a qual as novas unidades seriam implantadas (MEC/SETEC, 2007).

O Ministério da Educação, na qualidade de órgão responsável pela implantação das novas unidades de ensino e de mantenedor da Rede Federal de Educação e Tecnológica, aparece como o principal agente no suporte de investimentos em obras de construção, aquisição de equipamentos, mobiliários e acervo bibliográfico para as atividades administrativas e didático-pedagógicas, incluindo as práticas laboratoriais. Outro ponto de destaque é que o MEC também atuaria como mantenedora na seleção e contratação de pessoal docente e técnico administrativo para adequado funcionamento das unidades, assim como a alocação de recursos financeiros destinados a gestão e manutenção dos novos estabelecimentos de ensino (MEC/SETEC, 2007).

Todavia, algumas contrapartidas dos municípios foram exigidas, classificadas como obrigatórias e complementares (MEC/SETEC, 2007).

As contrapartidas obrigatórias constituíam-se na doação de área física, com características pré definidas a ser utilizada na implantação dos prédios das unidades de ensino. Para o *Campus Osório* a característica do terreno foi:

Imóvel sem benfeitorias (terra nua), localizado em área urbana, apresentando dimensão mínima de 20.000m<sup>2</sup>, e preferivelmente superior a 50.000m<sup>2</sup>, quando destinado à implantação de unidade de ensino que atuará prioritariamente no setor de indústria e/ou de serviços (MEC/SETEC, 2007);

Ainda presente nas contrapartidas obrigatórias, o imóvel ou edificação indicado deveria apresentar condições adequadas de interligação às redes públicas de abastecimento de água, eletrificação e telefonia (MEC/SETEC, 2007).

Além das características relacionadas acima, deveria apresentar também, condições favoráveis de acesso pelos alunos e servidores, mediante existência de:

- a) pavimentação nas vias de tráfego que derem acesso ao imóvel indicado;  
ou
- b) linhas regulares de transporte urbano ou rural; ou
- c) serviços públicos de transporte escolar.
- d) características topográficas favoráveis à realização de obras civis;
- e) comprovação da inexistência de óbices de natureza ambiental, jurídica e dominial, que possam inviabilizar ou retardar a sua utilização para os fins em questão (MEC/SETEC, 2007).

As contrapartidas complementares constituem-se em ações facilitadoras da implantação de uma unidade de ensino técnico e/ou agrotécnico, financiadas com recursos próprios do município selecionado ou por meio de doações consignadas por outros parceiros devidamente qualificados na proposta (MEC/SETEC, 2007).

Os prazos das propostas a serem enviadas ao Ministério da Educação foram estabelecidas conforme Quadro 2, mediante o preenchimento do Formulário de Apresentação de Propostas – FAP, específico para essa Chamada Pública (MEC/SETEC, 2007).

Quadro 2. Prazos da Chamada Pública MEC/ SETEC nº 001/2007

Lançamento da Chamada Pública	<b>24/04/2007</b>
Disponibilização do Formulário de Apresentação de Propostas	<b>02/05/2007</b>
Data final para envio eletrônico da proposta	<b>02/07/2007</b>
Data final para o envio da cópia impressa	<b>04/07/2007</b>
Divulgação dos Resultados	<b>04/09/2007</b>
<b>O horário para recebimento da versão eletrônica, na data limite estabelecida, encerra-se às 18h (horário de Brasília)</b>	

Fonte: (MEC/SETEC, 2007)

No encaminhamento do referido Formulário de Apresentação de Proposta - FAP, Osório foi contemplado por apresentar uma proposta vencedora. O resultado foi divulgado conforme chamada Pública MEC/SETEC nº. 001/2007 de 24 de abril de 2007, na Câmara Municipal de Porto Alegre com presença da comunidade da região do Litoral Norte do RS, especificamente do município de Osório, no qual se fez presente o prefeito de Osório naquele momento, o Sr. Romildo Bolzan Junior e todo

pessoal da secretária de Educação de Osório, em 31 de agosto de 2007 (MEC, 2007).

Todavia, antes da divulgação oficial do resultado no dia 31 de agosto de 2007, os debates junto à comunidade já estavam acontecendo. No dia 29 de maio de 2007, o secretário de educação Gil José Davóglia<sup>6</sup> realizou uma visita ao CEFET de Bento Gonçalves, na época, para conhecer as estruturas e neste momento foi acordado uma visita até a cidade de Osório para conhecerem os espaços destinados para a instalação dos prédios, as garantias necessárias para sua adequada execução, incluindo o envolvimento de equipes, recursos de contrapartida e outras condições específicas constantes desta proposta (SAOUAYA, 2015).

Os concursos públicos para a contratação de professores e funcionários ocorreriam nos primeiros meses de 2008 (SAOUAYA, 2015).

No dia 16 de outubro de 2007 foi realizada a audiência pública no município de Osório para discutir sugestões de cursos a serem implementados no IFRS *Campus Osório* conforme descrito na ata (ANEXO A), conforme transcrito abaixo:

Audiência Pública: Aos 16 de outubro de 2007, foi realizada a primeira Audiência Pública no município de Osório para discutir os rumos da Escola Técnica Federal a ser implantada neste município. A reunião foi realizada na Sede do Grêmio Atlético Osoriense, às 19h e 30min com a presença da comunidade e várias autoridades. Inicialmente o Secretário Municipal de Educação Sr. Gil José Davóglia fez uma apresentação da equipe de Centro Federal de Educação Tecnológica, os professores Amilton Figueiredo, Roberto Saouaya e Édio Fontana. Logo a seguir o professor Amilton fez sua apresentação falando a respeito das atividades do CEFET-BG e abrangências. Depois foram apresentados alguns dados sobre questões econômicas da região do Litoral Norte. A partir daí, abriu a plenária para discussão. Surgiram muitas sugestões de cursos, tais como: Técnico em Edificações, em Hospitalidade e Turismo, em Destilados, em Design de móveis, PROEJA, ensino médio integrado. Neste momento pediu a palavra o Diretor da Faculdade de Osório e sugeriu além desses mencionados, os cursos na área de pescadao, cooperativismo e horticultura. Num outro momento, o Prefeito de Osório Sr. Romildo Bolzan Junior ressaltou a importância de ter um curso diferencial, que coloque a escola como exclusiva na região e no Brasil, por exemplo: Curso na área de destilados. Além disso, o Prefeito realçou que os cursos escolhidos tenham um apelo imediato na formação de mão-de-obra da Região, que seja também uma alternativa de renda para a população e pro fim um gerador da economia e desenvolvimento da Região do Litoral Norte. Finalizando a reunião os presentes deram autonomia para que o CEFET-BG e uma Comissão de Osório escolhessem os cursos citados, priorizando para o início do funcionamento da Escola Técnica Federal.

---

<sup>6</sup> Gil José Davóglia, foi secretário municipal de Educação na cidade de Osório por sete anos, onde atuou na reabertura e construção de novas escolas, na implementação de projetos incluindo a proposta do turno integral e nos esforços para levar à cidade um Campus do Instituto Federal. Atualmente é Coordenador da 11ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE 11, 2015).

Após a doação realizada pela prefeitura de Osório de um terreno, no bairro Albatroz para instalação do IFRS no município, no dia 7 de dezembro de 2007, foi firmado o contrato com uma empresa de engenharia para elaboração do projeto arquitetônico, a ser concluído em março de 2008 (OSÓRIO, 2011).

No dia 17 de outubro de 2007, as primeiras obras de implantação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Osório, como era chamado o IFRS *Campus* Osório, naquele momento, já estavam sendo realizadas (com preparo do terreno). Nessa primeira fase de sua implantação os cursos são previstos com a base na econômica da região do Litoral Norte do RS, com vistas ao crescimento educacional e profissional, sendo eles: Técnico em Edificações, Técnico em Hospitalidade e Turismo, Técnico em Destilados, Técnico em Design e Produção de Móveis e o PROEJA. Ensino Médio Integrado a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos com viés em Informática e Prestação de Serviços (SAOUAYA, 2015).

No dia 28 de janeiro de 2008 reuniram-se com o prefeito de Osório, Romildo Bolzan Júnior, diretores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e da futura Unidade de Ensino Descentralizada do Litoral Norte do RS, mais os engenheiros contratados pelo Governo Federal para a elaboração do projeto da Escola Técnica Federal de Osório. O encontro também contou com a presença do Secretário de Educação do Município, Gil José Davóglio. A reunião foi realizada para acertar os últimos detalhes do projeto da obra da escola. A previsão do processo de licitação da execução das obras estava sendo acertada para iniciar em março/ abril. A diretora do CEFET Bento Gonçalves Claudia Schiedeck Soares e o futuro diretor da UNED Litoral Norte do RS Roberto Saouaya contavam com a expectativa de iniciar as aulas em Osório no ano de 2009 (SAOUAYA, 2015). Segundo o secretário de educação Gil José Davóglio, o projeto arquitetônico estava praticamente concluído. Inicialmente, a obra estava prevista para aproximadamente 5 mil m<sup>2</sup>. A lei permitia um aditamento de até 25% do estipulado. Mesmo assim, o projeto apresentado pelos engenheiros na reunião estava em 6.685m<sup>2</sup>. Esperava-se ainda que aproximadamente 500m<sup>2</sup> a mais fossem parte de uma doação da empresa que executaria as obras (SAOUAYA, 2015). Se toda a burocracia envolvendo o processo de licitação ocorresse dentro do previsto, era possível que as obras começassem em abril de 2008. Além de pavilhões, laboratórios e edificações

para a administração da escola, havia previsão de 19 salas de aula para cerca de 40 alunos cada (SAOUAYA, 2015).

No dia 28 de março de 2008, o professor Roberto Saouaya esteve em Osório para tratar da questão da construção da escola. Na conversa que teve com as autoridades do município, o prefeito Romildo Bolzan Junior e com o secretário da educação Gil José Davóglia, o professor disse que o investimento total estava previsto em R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais), mas que o governo só havia disponibilizado R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil). Para adequar a esta nova situação ficou acertado que os eixos dos cursos a serem implantados inicialmente seriam os seguintes: edificações, turismo e hospitalidade, gestão e um curso de Proeja, ficando para outra ocasião os cursos na área de Agroindústria. Na mesma data foram protocolados na prefeitura os projetos arquitetônicos oficiais, documentos necessários para iniciar as obras da Escola Técnica Federal (Figura 6). No final deste dia, o professor Roberto encontrou-se com o Engenheiro responsável pela obra em Porto Alegre para que fossem assinados os documentos restantes e as demais plantas estruturais do projeto (SAOUAYA, 2015).

Em abril de 2008 foi aberta a primeira licitação para a construção da escola (OSÓRIO, 2011).



Figura 6. Escola Técnica Federal: obras devem iniciar em junho

11

QUINTA-FEIRA, 08 DE MAIO 2008

11

Escola Técnica Federal:  
obras devem iniciar em junho



Tempo onde será Escola Técnica

Uma notícia que gera novo ânimo no Litoral. Em Osório, o projeto arquitetônico da Uned Litoral Norte, já foi definido e a Prefeitura Municipal doou terreno, localizado na esquina formada pela Avenida Santos Dumont e Rua Albatroz. O automóvel utilizado pela Comissão da Escola – em forma de empréstimo consorciado, é da Prefeitura.

Quanto à obra – a licitação coordenada por Bento Gonçalves – está aberta e a ideia é de que tenha início em junho próximo. Segundo o cronograma, os cursos que a escola oferecerá na primeira fase serão os de Edificações – que forma técnico em construção civil, Turismo e

obras representa um pulo enorme em termos de educação, não só para o município, mas sim para a região do Litoral. "Vamos oferecer ensino por excelência com nível de qualidade grande. Além disto, com a vantagem de aperfeiçoar, lembrando que o mercado precisa de técnicos", diz.

A Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) do Litoral Norte, que terá uma área de 34.203,81 metros quadrados, tem como diretor, Roberto Saouya.

Inicialmente a previsão era de que as dez escolas em projeto de construção no Rio Grande do Sul, entrassem em funcionamento em 2010, mas, tudo indica que as aulas iniciem em março de 2008. Isso porque a segunda fase do Plano

Hospitalidade, Informática e Administração e Projeja. Na segunda fase: Agroindústria e Destilados.

O Secretário de Educação de Osório, Valdir Aguiar da Costa, afirma que essa

de Expansão da Rede Federal de Educação tecnológica está adiantada em relação ao cronograma inicial do estado.

Após um ano do anúncio oficial, a meta é de que 90% das novas escolas técnicas de Osório, São Borja, Santa Rosa, Bagé, Porto Alegre, Camaquã, Carriás do Sul, Panambi, Erechim e Venâncio Aires, estejam de portas abertas já no ano que vem.

Assim que aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado o projeto que trata da contratação de professores e funcionários, as escolas podem realizar os concursos.

A metodologia prevê que inicialmente, as escolas tenham 20 professores e 10 funcionários. Em 2010, esse quadro atinge 60 professores e 50 funcionários. Para 2010, também está previsto que essas novas escolas estejam operando com sua capacidade máxima: 1,2 mil alunos. A obra que iniciar do zero tem à disposição uma verba de R\$ 5 milhões.

Para definir a seqüência das obras, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), baseou-se nas contrapartidas oferecidas pelos municípios. Para a escolha de cada município foi adotado o conceito de cidade-pólo, de forma a alcançar o maior número de regiões, além da sintonia com arranjos produtivos locais. As novas unidades terão, em média, raio de abrangência de 50 quilômetros.

Fonte: ESCOLA (2008b)

No dia 15 de outubro de 2008, começa a sair do papel um dos mais importantes instrumentos de qualificação no Litoral Norte do RS. Naquela tarde de quarta-feira, no gabinete do prefeito de Osório, Romildo Bolzan Júnior, foi assinada a ordem de serviço para o início da construção da Escola Técnica Federal. A empresa que iria construir o complexo de edificações no bairro Albatroz chamava-se Millennium. Os representantes da mesma contaram que apesar de trazer funcionários de confiança da sede da empresa, a grande maioria da mão-de-obra a ser empregada na construção, seria de osorienses. Segundo os representantes da empresa, a previsão estava em aproximadamente 50 empregos diretos nos seis meses de construção da unidade. Este período de meio ano começaria a ser contado a partir do dia 10 de novembro 2008. Antes disso, a prefeitura realizaria a contrapartida de terraplanagem da área. Representantes de vários setores da comunidade e também aqueles que contribuíram para a instalação da unidade em Osório, participaram do ato. Naquela oportunidade, o prefeito de Osório aproveitou para resumir todo o processo para a vinda da escola e contou sobre a escolha dos

cursos (Técnico em Edificações, Técnico em Hospitalidade e Turismo, Técnico em Destilados, Técnico em Design e Produção de Móveis e o PROEJA - Ensino Médio Integrado a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos com viés em Informática e Prestação de Serviços) que seriam oferecidos. “O processo da escolha dos cursos da escola foi democrático, após ampla discussão com a sociedade”, disse. O diretor da escola, Roberto Saouaya, ressaltou a importância histórica do ato e também que seria um ótimo desafio dirigir a UNED Litoral Norte do RS, vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves (ESCOLA, 2008b).

No dia 26 de novembro de 2008 foi publicada no jornal Litoral Mania a seguinte manchete: "Obras da Escola Técnica Federal começam nesta sexta em Osório", dia 28 de novembro. Uma solenidade às 14h estaria marcando o início das obras pela empresa Millennium.

O projeto era constituído de sete prédios, iniciando pela construção de três unidades e com prazo de entrega de 6 meses. Os demais aguardariam orçamento previsto pelo Governo Federal para o ano de 2010. O custo da obra era de R\$3.117.726,00 (três milhões cento e dezessete mil e setecentos e vinte e seis reais) (OBRAS, 2008a).

No mesmo sentido, o jornal Correio do Povo da cidade de Porto Alegre/RS, publicou no dia 29 de novembro de 2008: "UNED Litoral comemora o início das obras".

Osório festejou ontem o início das obras da Unidade de Ensino Descentralizada do Litoral Norte (Uned Litoral), em cerimônia com a participação do secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Eliezer Pacheco, além do prefeito Romildo Bolzan Júnior e de autoridades locais. A escola técnica terá capacidade para 1,2 mil alunos e deve estar concluída e aberta a matrículas em agosto de 2009.

A unidade será construída em área de quatro mil metros quadrados doados pela prefeitura. O projeto prevê investimento total de R\$ 5 milhões para a edificação de três prédios, sendo que outras cinco unidades aguardam a liberação de recursos federais do Orçamento de 2010. Serão oferecidos cursos técnicos em Edificações, Hospitalidade e Turismo, Destilados, Design e Produção de Móveis e o Proeja - Ensino Médio Integrado a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Informática e Prestação de Serviços. Contudo, na medida em que houver necessidade de mão-de-obra qualificada para determinado setor produtivo, Eliezer revela que poderão ser ampliados os cursos oferecidos. Essa tendência é confirmada pelo prefeito Romildo, que garante ter recebido propostas de instalação de um polo metal-mecânico nos próximos dois anos. Fonte: UNED 2008.

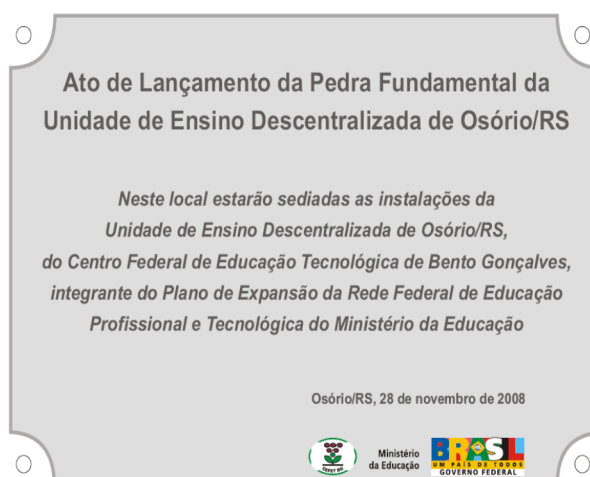
Assim, foi realizada a inauguração da pedra fundamental (conforme Figuras 7 e 8) da unidade de ensino de Osório. Com a previsão de início para o ano de 2009, com a meta de 1,2 mil estudantes, quando funcionando na sua plenitude, com cursos técnicos gratuitos de nível médio, superiores de tecnologia e licenciaturas. (MEC, 2008a).

Figura 7. Obras da Escola Técnica iniciam em Osório



Fonte: OBRAS, 2008b

Figura 8. Pedra Fundamental do Ato de Lançamento da UNED - Osório



Fonte: IFRS/ OSÓRIO(2015)

No dia 23 de abril de 2009, a Reitora do IFRS, juntamente com Pró-Reitores e com o diretor Roberto Saouaya (Figura 9), estiveram no Gabinete do Prefeito

Municipal de Osório, Romildo Bolzan Júnior, para anunciar o lançamento de um novo edital para a contratação de uma outra empresa que realizaria a construção da Escola Técnica Federal em Osório, uma vez que a empresa anterior não cumpriu com suas obrigações de construção da obra (OSÓRIO, 2009b).

Após o encontro, foi realizada uma Audiência Pública no plenário da Câmara de Vereadores para o esclarecimento de todo o processo envolvido no projeto da Escola Técnica Federal (OSÓRIO, 2009b). Com a presença de estudantes do município, a reunião aconteceu para anunciar que, após os problemas na licitação que fizeram com que a obra ficasse paralisada, as obras da Escola Técnica Federal deveriam começar ainda este ano (2009). A nova previsão de início das obras era a partir de julho 2009, ficando conclusos dentro de seis meses com um novo edital (MURI, 2015).

A Reitora do IFRS pôde esclarecer aos presentes todo o processo que culminou na paralisação das obras. Explicou que a empresa que venceu a licitação e abandonou as obras está sendo processada judicialmente. No contrato, consta uma caução no valor de 150 mil reais e a multa para a interrupção do contrato de 300 mil reais. A mesma empresa que abandonou as obras em Osório, teria feito o mesmo em outras duas cidades. Quando foi realizado o edital, cinco empresas se habilitaram, mas apenas uma, a que abandonou a obra, preencheu todos os requisitos previstos em lei. Com um novo edital aberto, seguindo o cronograma, estimava-se que as obras começassem em julho e num prazo de seis meses a escola estivesse concluída (OSÓRIO, 2009b).

“Esse edital publicado nos dá garantia de que o processo logo em seguida será consolidado e, acima de tudo, começaremos a ter as edificações em construção”, afirmou Romildo Bolzan Júnior (OSÓRIO, 2009b).

No dia 13 de maio de 2009, um novo edital de construção da Escola Técnica Federal de Osório, através da Comissão Permanente de Licitação tornou-se público para conhecimento dos interessados, a realização de certame licitatório, na modalidade concorrência, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada integral, seguindo os preceitos de direito público e da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, e subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. Sendo o total de área construída de 3.060,08m<sup>2</sup>. Os envelopes contendo a documentação e as propostas deveriam ser

entregues até o dia 29 de junho de 2009, às 14h, no *Campus Bento Gonçalves* (OSÓRIO, 2009b).

Figura 9. Roberto Saouaya, diretor do IFRS *Campus* de Osório



Fonte: MURI (2015)

No dia 29 de junho 2009, encerrou o prazo para que as empresas participassem com propostas para o edital de construção do *Campus Osório*. Ao todo, 20 empresas realizaram vistorias no terreno localizado na Avenida Santos Dumont, no bairro Albatroz (OSÓRIO, 2009c).

Os envelopes com as propostas das empresas foram entregues, no qual 13 empresas deixaram as suas propostas (OSÓRIO, 2009c).

A Comissão de Licitação do IFRS, responsável pela construção da Escola Técnica Federal de Osório, reuniu-se no dia 15 julho 2009, sendo que das treze empresas que apresentaram propostas, seis foram consideradas habilitadas. As empresas que estavam concorrendo são as seguintes: Camilo e Ghisi Ltda., Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda., Armiche Construções Ltda., Construtora Zagonel Ltda., Asjj Incorporadora & Construtora Ltda. e Fator Engenharia Ltda (OSÓRIO, 2009d).

Assim, foi estimado que as obras começassem em agosto de 2009 e que no prazo de seis meses estivessem concluídas (OSÓRIO, 2009c).

As obras, iniciaram no início de julho 2009, agora com o prazo de oito meses para sua conclusão. A primeira fase de construção do projeto teve um custo de 3,6 milhões de reais e foi realizada pela empresa Armiche Construções, de Osório, vencedora do processo licitatório realizado em 2009 (OSÓRIO, 2010).

Na noite de 8 de setembro de 2009, o secretário municipal de Educação, Gil Davóglia, esteve na Câmara Municipal de Osório para fazer um relato das ações da

sua pasta (Figura 10). Um dos pontos abordados pelo secretário foram os problemas judiciais na licitação destinada à construção da Escola Técnica Federal. Segundo ele, o município está com "azar", pois no processo licitatório anterior também aconteceram problemas em relação a uma empresa que não pôde realizar a construção e foi desabilitada. Nesta ocasião a questão envolvia duas empresas, uma de Tramandaí e uma de Osório. A primeira conseguiu participar da concorrência por meio de liminar judicial e, na licitação, foi a vencedora. A empresa de Osório, sentindo-se prejudicada, ingressou na Justiça com ação visando anular a vitória da concorrente. Por conta disto, novamente as obras da escola técnica foram adiadas, afirmou o secretário municipal de educação. Até então, somente a terraplanagem da área, localizada na Avenida Santos Dumont, havia sido realizada. Neste momento surgem boatos de que a escola técnica poderia ser transferida para outro município da região, todavia o secretário Gil Davóglia frisa que o governo federal já decidiu realizar a obra em Osório (MURI, 2015).

Figura 10. Gil Davóglia, secretário de Educação



Fonte: MURI (2015)

Em conversa realizada com Roberto Saouaya em 14 de setembro de 2009, ele diz que lamenta o atraso no início da construção da escola que terá caráter regional. Duas empresas estão se enfrentando na Justiça em decorrência da licitação para a obra, sendo que a decisão sobre o caso está a cargo de um juiz do Fórum de Bento Gonçalves. Saouaya enfatiza que não há hipótese de transferência da escola para outra cidade da região. Em razão dos atrasos nas obras, as aulas na instituição dificilmente terão início no primeiro semestre de 2010. A área, localizada

na Avenida Santos Dumont, já está preparada para a construção dos prédios e instalação da infra-estrutura necessária. No local já havia galpões que serviriam de suporte para a empresa construtora (MURI, 2015).

A prefeitura de Osório publicou no dia 13 de novembro de 2009 uma matéria informando sobre o início das aulas para o ano de 2010.

Projeto que autoriza o início das aulas do Instituto Federal em Osório está em tramitação na Câmara de Vereadores de Osório e deve ser votado na próxima semana. Com a aprovação do projeto as aulas vão ocorrer no antigo prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Osvaldo Amaral, no bairro Sulbrasileiro até o prédio ficar pronto.

Na tarde desta quarta-feira, dia 11, a Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul do *Campus* de Bento Gonçalves, que coordena o projeto do *Campus* de Osório, Cláudia Soares de Souza, o coordenador de Planejamento e Gestor da Rede Federal do Ministério da Educação – MEC, Alexandre Vidor, o Diretor *Pro Tempore* do *Campus* Osório, Roberto Saouaya, estiveram reunidos com o Prefeito de Osório, Romildo Bolzan Júnior, o Secretário Municipal de Educação, Gil Davóglia e o vereador que coordena a comissão de educação da Câmara de Vereadores de Osório, Denilson da Silva, para tratar dos assuntos referentes à instalação do Instituto no município. O processo licitatório está atrasado devido ao ingresso, na justiça, de uma das empresas desabilitadas no processo.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Osório, teve a autorização do *Campus* Bento Gonçalves, que coordena o projeto de instalação, para iniciar as aulas no próximo ano. “Nós estamos em função da situação que se criou em virtude do litígio da licitação, nós estamos em articulação com a prefeitura, nossa parceira, viabilizando o início das aulas no antigo prédio da Escola Municipal Osvaldo Amaral. Então, a partir do ano que vem, nós já teremos a aulas iniciando lá, já teremos os concursos previstos agora, para serem deflagrados em dezembro para que os professores sejam nomeados em fevereiro para que a gente possa dar início a essas aulas do instituto”, afirmou a Reitora.

Segundo o coordenador de Planejamento e Gestor da Rede Federal do Ministério da Educação, Alexandre Vidor, a nomenclatura Escola Técnica Federal, implantada nos tempos da ditadura está ultrapassada e o conceito de instituto que será implantado em Osório vai ser outro. “Os institutos federais que foram criados por lei no dia 29 de dezembro de 2008, vem revolucionando a educação profissional em todo o País, isso porque essa nova institucionalidade está estritamente vinculada aos Arranjos Culturais, Sociais e Produtivos Locais”, afirmou Vidor que ainda destacou o potencial da unidade que virá para Osório.

“A razão de ser dessa escola é justamente alavancar o desenvolvimento de toda a região onde ela está inserida, não apenas estar formando mão-de-obra para outros Estados, pois a formação muitas vezes, não está vinculada diretamente aos Arranjos Produtivos de onde está inserida, então, dessa forma, por si só, já revoluciona. Os institutos federais também revolucionam na medida em que ofertam vagas na área técnica e de ensino superior, ela se equipara, na própria lei, a uma universidade federal, ou seja, o que está vindo para Osório, é um *Campus* de uma unidade que vai ofertar não somente um ensino médio de qualidade, mas também ofertar ensino superior na área de tecnologia”, afirmou Vidor.

Segundo o coordenador do MEC, o edital do concurso para a contratação dos professores que irão trabalhar no instituto deve ocorrer ainda em dezembro e serão 25 vagas para professores do *Campus* de Osório e mais 20 vagas para técnicos administrativos. Ele ainda informou que já no



próximo ano está previsto para o Instituto Federal de Osório um investimento de 1,5 milhão de reais com custos e manutenção. Os cursos oferecidos, nessa primeira fase das aulas, que ocorrerão no prédio antigo Escola Municipal Osvaldo Amaral, são de Multimídia (Informática), Edificações (Desenho de Construção Civil) em que poderão ser cursados de forma integrada, ensino médio e profissional ou apenas profissional, para quem já cursou o ensino médio.

Ainda estão previstas turmas de Proeja. O ingresso nos cursos será através de vestibular, com provas objetivas e redação. Segundo o Diretor *Pró Tempore* do *Campus* Osório, Roberto Saouaya, o Instituto Federal terá capacidade inicial de atender 160 alunos. “A nossa meta é que no auge do instituto, daqui a três anos, possamos oferecer 1200 vagas”, afirmou Saouaya.

A coordenação da construção do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Osório, é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *Campus* Bento Gonçalves. Mesmo com as aulas ocorrendo, o processo para a construção do novo prédio vai continuar e o preço orçado da obra é 3 milhões e 600 mil reais. O total de área construída é de 3.000m<sup>2</sup>. A construção será realizada na avenida Santos Dumont, no bairro Albatroz em Osório. Fonte: OSÓRIO, 2009a.

No dia 18 de novembro de 2009, com a presença do Diretor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *Campus* Osório, Roberto Saouaya e de Vereadores da Câmara de Osório realizou-se uma reunião para apresentação e discussão do andamento do processo de instalação da escola técnica neste município.

Na ocasião, os vereadores conheceram o histórico da implantação da escola desde 2008, quando houve concorrência para definição da construtora responsável pela obra. Todavia, naquele momento, pendências judiciais entre empresas que concorreram na licitação estariam impedindo a continuação das obras no local da nova sede.

Os vereadores ouviram de Saouaya a constatação de que “parece que há um viés político acima dos interesses da sociedade, já que, tanto Governo Federal quanto prefeitura de Osório dispõe de recursos e, acima de tudo, de vontade, mas há forças que querem impedir esta realização”(Implantação, 2009).

A boa notícia foi que as aulas estariam sendo iniciadas no ano de 2010, provisoriamente no antigo prédio da Escola Osvaldo Amaral, no Bairro Sulbrasileiro. Estavam previstas 240 vagas para o período letivo de 2010/1, distribuídas entre os cursos de Desenho na área de Construção Civil; Multimídia; Turismo (Eventos) e PROEJA (Administração) (Implantação, 2009).

Em fevereiro de 2010, foi aberto o primeiro concurso para seleção de professores e, em maio, para técnico-administrativos (OSÓRIO, 2010).



Conforme dados colhidos em 26 de abril de 2010, inicialmente, estava previsto que as aulas, da Escola Técnica Federal, começassem em março de 2010 no antigo prédio da Escola Municipal Osvaldo Amaral. Roberto Saouaya, diretor da escola técnica, informou nessa data que há possibilidade das aulas começarem no segundo semestre deste ano. Com relação às obras na nova sede, a licitação malograda continuava atrasando o início da construção dos prédios. Informações extra-oficiais traziam que as duas empresas concorrentes entraram em acordo para que a empresa de Osório executasse as obras (MURI, 2015).

Em 15 junho de 2010 foi divulgado que as primeiras inscrições para o processo seletivo para ingresso de estudantes no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Osório, seriam abertas em 21 de junho de 2010, com 180 vagas para os cursos técnicos subsequentes em administração, guia de turismo, informática para internet e vendas, com turmas matutinas e noturnas e início previsto para primeira quinzena de agosto. O começo das aulas estava condicionado à agilização da reforma da antiga escola municipal Osvaldo Amaral, cedida pelo município para o Instituto como sede provisória. Ficou definido que a nova sede seria então construída por uma empresa osoriense (MURI, 2015).

As aulas iniciaram no dia 2 de agosto 2010 na sede provisória. Neste mesmo período, foi oficializado na noite do dia 10 de agosto 2010, o início das atividades do *Campus* de Osório, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. A solenidade ocorreu na sede provisória, localizada no prédio da antiga escola Osvaldo Amaral, no bairro Sulbrasileiro, e contou com a presença do prefeito de Osório, Romildo Bolzan Júnior, da reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck Soares de Souza, vereadores, secretários municipais, direção, professores e alunos (OSÓRIO, 2010).

O Diretor Geral do *Campus* Osório, Roberto Saouaya, na solenidade, destacou a história da Rede Federal de Educação Profissional. “Hoje a rede está cada vez mais forte, unida e consolidada com mais de 370 *campi* espalhado em todo o Brasil, e o *Campus* Osório também se orgulha de fazer parte dessa rede, dessa história”, disse (OSÓRIO, 2010).

O início das atividades no *Campus* Osório (Figura 11) já como Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus* Osório, ocorreu com mais de 150 alunos matriculados, assistidos por doze professores e seis técnicos administrativos. A previsão da instituição era de abrir duas ou mais turmas para o ensino médio integrado ainda na sede provisória, um curso superior de tecnologia, cursos de

qualificação de Formação Inicial Continuada (FIC), além de realizar convênios e projetos comunitários na área de ensino e extensão (OSÓRIO, 2010).

A reitora Cláudia Schiedeck fez uma projeção de crescimento do Instituto Federal, apontando um crescimento significativo para a unidade osoriense. "Deveremos ter até 2014, mais de 60 profissionais e 1300 alunos no *Campi* de Osório", disse. Ao finalizar, disse estar orgulhosa e fez uma saudação especial ao prefeito Romildo Bolzan Júnior. "Deveríamos estender um tapete vermelho ao senhor, pois foi o município que mais se mobilizou para que este projeto se concretiza-se", concluiu.

O Chefe do Executivo de Osório salientou a importância de proporcionar ensino público, gratuito e de qualidade, não só para a comunidade local, como também para a região. "Esta é uma grande obra, resultado de um intenso trabalho desenvolvido e que agora se concretiza", comemorou.

Para o estudante Raul Dariva, 17 anos, morador de Tramandaí, esta é uma boa oportunidade para adquirir conhecimento e experiência. Matriculado no curso de Informática para Internet, ele pretende arrumar um emprego melhor e, posteriormente, concluir a faculdade. "Com o curso técnico vou me preparar melhor para buscar um espaço no mercado de trabalho", projeta (OSÓRIO, 2010).

O *Campus* Osório do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, ofertaria as aulas normalmente no *Campus*, temporariamente localizado na Rua Machado de Assis, número 1456, no bairro Sulbrasileiro, aguardando a construção da nova sede, já em andamento desde o início de julho de 2010, na Rua Santos Dumont, bairro Albatroz (OSÓRIO, 2010).

Figura 11. Solenidade de abertura do IFRS *Campus* Osório



Fonte: OSÓRIO (2010)

Conforme dados de 07 de janeiro de 2011, a informação é que as obras da nova sede deveriam estar concluídas no segundo semestre desse ano. A construtora responsável pelas obras nesse momento é a Arniche de Osório (MURI, 2015).

Nos dias 15 e 16 junho de 2011, o *Campus* de Osório participou da paralisação da rede federal de ensino. Os servidores reivindicavam reestruturação de carreiras, 30 horas semanais de trabalho para técnicos administrativos, discussão de terceirizações, normatização e concessão de auxílios para transporte, saúde, maternidade e pré-escola. No *Campus* Osório, neste momento, estavam funcionando além dos cursos subsequentes em Administração, Informática para Internet e Guia de Turismo, os cursos de Ensino Médio Integrado de Técnico em Administração e Técnico em Informática, e também o curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e Formação pedagógica de docentes. Com relação à nova sede começam a surgir preocupações com a obra, pois estas começaram a ficar lentas e há prazos a serem cumpridos pela construtora (MURI, 2015).

Em 2 de agosto de 2011, o *Campus* Osório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, comemora um ano de funcionamento, ainda na sede provisória. Em 12 meses, a instituição passou de 13 servidores, 140 alunos e cinco turmas para 44 servidores, 270 alunos e 11 turmas (OSÓRIO, 2011).

Neste momento, a expectativa para nova sede era de oferecer novas turmas dos cursos técnicos subsequentes em Administração e Informática, além de novos cursos nas áreas de Sistemas de Informação, Técnico em Edificações, Técnico em Alimentos e Licenciaturas. Também estavam previstas turmas anuais do Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração e em Informática e do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (OSÓRIO, 2011).

De acordo com pesquisa realizada, a instituição tinha 90% dos alunos procedentes de escolas públicas e 21% de outros municípios da região. O Programa de Auxílio Estudantil, que apóia o aluno em condições de vulnerabilidade socioeconômica para a sua permanência na instituição, contava com oito bolsistas. Neste ano, também foram abertos editais de programas de incentivo à extensão e à pesquisa e inovação, que contemplaram 15 projetos, a maioria deles com bolsas para alunos (OSÓRIO, 2011).

No dia 4 de agosto de 2011, a obra do novo *Campus* do IFRS foi visitada pela comunidade. Estiveram presentes servidores da instituição, prefeito e vereadores

que conheceram todos os prédios e salas do complexo. O prefeito em exercício, Luiz Carlos Anflor, conheceu com satisfação o setor que abrigará o curso de Técnico em Edificações, uma das novidades da futura sede, com uma ampla sala para armazenar os materiais utilizados na construção civil. A previsão era de que todas as obras estivessem concluídas até dezembro de 2011, o que não se confirmou (MURI, 2015).

Já no ano de 2012, no mês de agosto, as atividades do *Campus* foram marcadas por uma greve de aproximadamente 30 dias. A volta às aulas no dia 3 de setembro, uma segunda-feira, ocorreu após uma decisão não unânime dos servidores, uma vez que a proposta do governo não atendeu aos principais pontos das reivindicações da categoria. No dia 3 setembro houve uma reunião com pais e alunos para explicar os motivos da paralisação. A direção informou que “intensificaria a fiscalização sobre as obras no novo *Campus* e que em 2013 não retornaríamos às aulas no *Campus* velho”(MURI, 2015).

Porém, somente em fevereiro de 2013 o IFRS *Campus* Osório começou a utilizar as novas instalações da nova sede, localizado na Avenida Santos Dumont, no bairro Albatroz. A entidade deixou as provisórias acomodações da antiga Escola Municipal Osvaldo Amaral para uma ampla área com prédios recém construídos e pátios espaçosos. Conforme o diretor Roberto Saouaya, nesta data estão em construção dois novos prédios e também há projeto para outro que sediará restaurante, lancheria, grêmio estudantil, enfermagem, entre outras unidades. O desafio do *Campus* Osório neste momento é implantar novos cursos que foram apontados em 2007, a partir de avaliações técnicas. Os cursos de Técnico em Edificações e de Agroindústria ainda não estão em funcionamento. Há grande dificuldade para contratar engenheiros civis e arquitetos, pois a remuneração no IFRS é muito inferior à paga pelo mercado. No último concurso realizado, apenas um engenheiro passou e não está em Osório. Para o eixo de Produção Alimentícia faltava a montagem de um laboratório. Os desafios estão à frente da direção do IFRS. Cláudio Kray, na época, diretor de ensino do *Campus*, explica que há negociações com entidades como o Sinduscon para que possam ser ofertados cursos rápidos destinados a capacitar carpinteiros, pintores, azulejistas. Os sindicatos dos trabalhadores estão apoiando a iniciativa, mas falta os patronais serem sensíveis à necessidade do IFRS *Campus* Osório (MURI, 2015).

Em relação à parte didática, o diretor Saouaya **assinala que o novo perfil da região será avaliado, pois as análises de 2007 e 2008 já não são mais válidas**. “Tudo tem que ser analisado num novo contexto. Há várias faculdades na região”, aponta. (MURI, 2015. grifos próprios).

No dia 08 de agosto de 2013, sexta feira, a presidenta da República, Dilma Rousseff, inaugurou o *Campus* de Osório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Figura 12). Durante a cerimônia, Dilma e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, participaram da formatura de 430 estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)(MEC, 2013).

Foram inaugurados três edifícios, que abrigam administração, biblioteca, auditório para 300 pessoas, salas de aulas, laboratórios de informática e o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (Napne)(MEC, 2013).

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, lembrou que Dilma sempre deu grande apoio à educação, como investimentos em creches, Turno Integral – priorizando aulas voltadas às disciplinas de português, matemática e ciências, [...]. Aos formandos, o ministro salientou que o estudo é importante para a formação profissional, criando oportunidades no mercado de trabalho e escolhas sobre a área em que se irá atuar.

Em seu pronunciamento, [...] destacou os investimentos do governo federal na oferta de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes. “Esses cursos aumentam a eficiência da economia e melhoram a carreira profissional e a remuneração das pessoas”, disse. “Até o fim do governo Dilma, metade de todas as vagas de universidades federais será destinada a alunos da escola pública.”(MEC, 2013).

O governador do Estado do RS (2010-2014), Tarso Genro destacou a importância da realização dos programas de ensino que tenham como meta combater a desigualdade. “O que faz a diferença é a presença da igualdade. O crescimento só tem sentido quando for humano e com igualdade”.

A reitora do IFRS Cláudia Schiedeck destacou a importância da presença da presidenta no evento e elogiou as ações do ex-prefeito Romildo Bolzan Júnior em construir o *Campus* em Osório: “Hoje estamos concretizando o sonho de termos a presença da Dilma na inauguração do nosso *Campus*”.

Com a premissa de que a educação é a mola propulsora de uma nação, o prefeito de Osório, Eduardo Abrahão, disse que ele está no lugar e na hora certa, ao

se referir à inauguração do Instituto. "É importante olhar para trás e agradecer quem tanto fez, para que hoje pudéssemos estar fazendo essa inauguração e a formatura."

Figura 12. Solenidade de Inauguração do IFRS - *Campus Osório*



Fonte: MEC (2013)

O *Campus Osório* mesmo antes de sua inauguração oficial já estava em funcionamento. Depois deste evento, no ano de 2014, iniciou o Curso em Educação a Distância na modalidade Subsequente de Técnico em Guia de Turismo, o Curso Superior em Análise em Desenvolvimento de Sistemas (ADS) contemplando a verticalização no eixo de informática, foi também aberto o Curso de Especialização em Educação Básica Profissional. Nesse ano contemplou também a formatura das primeiras turmas do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio de Administração e Informática.

As barreiras financeiras fizeram do ano de 2015 um ano de estagnação no *Campus Osório* no quesito de infraestrutura, afetando o término do prédio de convivência que já deveria estar pronto, neste sentido também a construtora não cumprindo com suas responsabilidades deixa o *Campus* com espaços limitados. Mas o ano de 2015 também veio com superações. No presente ano com a abertura do curso de ensino médio na modalidade Subsequente em Técnico em Panificação também o curso de Licenciatura em Letras- Inglês o *Campus* passa a atuar em mais uma frente prevista na lei de criação dos IFs.

Sendo assim, o *Campus* no ano de 2015 oferece os seguintes cursos:

- ENSINO MÉDIO
  - MODALIDADE INTEGRADO
    - Administração
    - Informática
  - MODALIDADE SUBSEQUENTE
    - Administração
    - Informática para Internet
    - Guia de Turismo
    - Panificação
  - MODALIDADE e-TEC
    - Guia de Turismo
- ENSINO SUPERIOR
  - TECNÓLOGO
    - Processos Gerenciais
    - Análise e Desenvolvimento de Sistemas
  - LICENCIATURA
    - Português - Inglês
  - ESPECIALIZAÇÃO
    - Educação Básica Profissional

Cabe retomar a informação de que os cursos ofertados até o momento foram abertos após uma única audiência pública com representantes da sociedade civil na qual, além da indicação dos cursos, foram indicados os eixos a serem seguidos como diretrizes no *Campus* Osório. Numa etapa seguinte, seguindo os eixos previamente identificados, foi considerado o princípio da verticalização nos respectivos eixos, que corresponde à oferta de cursos de nível médio e superior pertencentes ao mesmo eixo tecnológico. Com base no catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, pesquisas de demanda foram realizadas, conforme documento apresentado no Anexo E, para informar se os cursos escolhidos pela direção e comunidade acadêmica se tornariam uma oferta adequada junto a sociedade. Assim, não foi realizada uma efetiva pesquisa de demanda com o intuito de identificar quais os novos cursos a serem implantados, mas um levantamento da efetividade na abertura de um curso previamente escolhido.

Numa última etapa da atual gestão, afim de adequar o *Campus Osório* à Lei de Criação dos Institutos Federais que prevê a oferta de 20% de cursos de licenciatura na sua composição, a coordenação de Desenvolvimento Institucional junto à Direção de Ensino, desenvolveram uma consulta para identificar a intenção da comunidade nesta modalidade de ensino. Assim, identificou-se as licenciaturas de Letras e Matemática, sendo que este último curso será aberto no início do ano de 2016.



### 3 CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA MAPEAMENTO DE DEMANDA DE CURSOS TÉCNICOS

Muitas instituições de ensino tendem a oferecer cursos sem avaliar se existem demandas para os mesmos o que pode ser ocasionado pela não utilização de uma metodologia adequada e pela falta de planejamento. Isso influencia na existência de "classes quase vazias" que com o tempo tendem a ser "juntadas" com as de outros cursos (PAULA, 2011).

No âmbito do IFRS, as etapas para a elaboração de um Relatório de Desenvolvimento Institucional referente ao Plano e/ou Projeto Pedagógico de novos Cursos a serem oferecidos pelos *Campi* são estabelecidas na Instrução Normativa da Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) nº03, de 28 de maio de 2013 (ANEXO D). Embora tal relatório seja o único documento oficial para abertura de novos cursos, ele é elaborado quando o curso já foi escolhido pelos gestores e comunidade e já tem seu Projeto Pedagógico pronto. Sendo assim, mesmo que tal Relatório de Desenvolvimento Institucional aborde aspectos relacionados à demanda dos cursos, esta demanda não é avaliada no momento da escolha dos cursos e sim no momento de sua implantação.

Portanto, a construção de uma metodologia para mapeamento de demanda de cursos técnicos para o IFRS *Campus* Osório precisa estar apoiada numa base complexa, uma vez que não se pode deixar de analisar as esferas legais tais como a lei de criação dos IFs, as necessidades da sociedade que almeja uma educação de qualidade e uma oferta frente aos Arranjos Produtivos Locais da região na qual pretende-se implementar novos cursos para suprir tais carências. A Figura 13 exemplifica os fatores que apóiam a construção desta metodologia.

Figura 13. Fatores para elaboração da metodologia proposta



Fonte: Elaborado pelo Autor

A pesquisa bibliográfica necessária para embasar a elaboração da metodologia de pesquisa de demanda de cursos vem sendo desenvolvida e apresentada no decorrer desta dissertação.

Com relação a mapear os Arranjos Locais e as demandas socioeconômicas predominantes do município de Osório, foi utilizado o seguinte conceito de Arranjo Produtivo Local (APL): são aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico. As empresas que formam APLs mantêm importantíssimos vínculos de conexão, interação, cooperação e aprendizagem entre si, contando também com articulação e apoio de instituições locais como Governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa visando o alcance da competitividade e da sustentabilidade de todos os agentes envolvidos (SEBRAE, 2009).

Foi considerado também o conceito de Vecchia (2006) que traz que APL é uma aglomeração geográfica ou mesmo setorial de empresas. Neste sentido, quando aplicada a teoria de desenvolvimento regional, pode-se abordar, o APL, como uma ferramenta básica dos estudos e ações que objetivam promover as aglomerações empresariais dando ênfase à importância de constituir uma infraestrutura local e um ambiente que estimule a confiança e a cooperação dos membros. Torna-se, assim, um conceito de grande utilidade prática para a pesquisa sugerida, dando sentido a sua abordagem devido à necessidade essencial de conhecimento do local e do ambiente com o qual se pretende integrar e investigar.

... as IES devem manter-se conectadas com a comunidade de seu entorno e trocar informações e estímulos para benefício comum [...]. Nela estão os futuros empregadores de seus alunos. A escola, em contrapartida, transforma o aluno em um ser mais preparado para a vida comunitária e profissional (PAULA, 2011).

Segundo Paula (2011), as Instituições de Ensino, em geral, não aproveitam o potencial de trocas que podem obter a partir de um relacionamento mais próximo com as empresas da comunidade. Este autor ressalta que este relacionamento com as empresas permite saber quais cursos são mais necessários, além de obter estágios para os estudantes, entre outros benefícios, e é a Instituição de Ensino que deve tomar a iniciativa de aproximação com as empresas.

Já em relação às necessidades da comunidade, Kotler e Keller (2013) apresenta que para a identificação de segmentos de oferta e de mercado, que no

caso deste estudo se caracteriza pela avaliação de cursos ofertados e identificação de outros potenciais cursos a serem abertos, o primeiro passo a ser dado é a caracterização geográfica e territorial do local de prospecção do *Campus* Osório, ou seja da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul e dos municípios que a compõem. Para Paula (2011), a geografia de mercado proporciona informações de muita relevância que auxiliam na obtenção de maior acerto na escolha dos cursos.

Ainda segundo Kotler e Keller (2013) e ressaltado também por Paula (2011), o passo seguinte para a elaboração desta metodologia perpassa o conhecimento do perfil demográfico dos alunos matriculados nos cursos já existentes no meio em que se pretende analisar. O perfil demográfico em questão deve abordar a composição por sexo, renda, local de residência, bem como se o aluno tem outros familiares que estudaram na mesma instituição. Estas informações trarão conhecimento a cerca da origem dos estudantes e auxiliarão num mapeamento do âmbito de influência geográfica do *Campus*.

Para Paula (2011), um mapeamento da concorrência, ou seja, da oferta instalada de cursos na região de influência, enumerando quantas instituições de ensino há na região e, destas, quantas são públicas, isto é, de ensino gratuito, e a quantidade de alunos matriculados em cada instituição concorrente apresenta-se como um item para evitar a duplicidade de oferta de cursos.

A seguir é preciso identificar a demanda por profissionais técnicos, ou seja, a oferta de empregos na área técnica, através de um levantamento dos Arranjos Produtivos Locais e de suas necessidades em relação a esses profissionais. Este item é bastante significativo e deve ser acompanhado afim de notificar a evolução da economia e dos setores econômicos que mais demandam mão de obra e profissionais à época de saída destes da instituição de ensino (PAULA, 2011).

Segundo Paula (2011), também é importante identificar junto a comunidade da instituição de ensino algumas hipóteses de cursos com potencial interesse para pesquisar, no caso do IFRS os eixos tecnológicos. Em geral as consultas internas proporcionam dezenas de títulos de cursos que, em análise posterior, devem ser reduzidas considerando a vocação da instituição, as instalações existentes, o interesse dos dirigentes e os recursos disponíveis.

Ainda é preciso considerar as bases legais para implementação de cursos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Segundo a lei de criação dos IFs, lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu Artigo 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Ainda neste artigo tem-se os seguintes textos:

§ 3 Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica (BRASIL, 2008).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 institui, em seu artigo 6º, traz as seguintes finalidades e características dos IFs:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Sendo assim, são objetivos dos IFs:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior (BRASIL, 2008).

Além disso, é estabelecido na Legislação em questão, que os devem garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008).

Ainda no que diz respeito às bases legais, a educação profissional e tecnológica de nível médio está contida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este catálogo configura-se como um importante mecanismo de organização e orientação da oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos cumpre também a função de propiciar uma formação técnica contextualizada com as ofertas dos Arranjos Sócio-Produtivos-Culturais Locais, gerando novo significado para a formação de nível médio dos jovens.

Por se tratar de uma instituição pública de ensino, é primordial também que se disponha de infra-estrutura física e de recursos humanos necessários para viabilizar a implantação e continuidade dos cursos elencados com a implantação da metodologia aqui proposta.

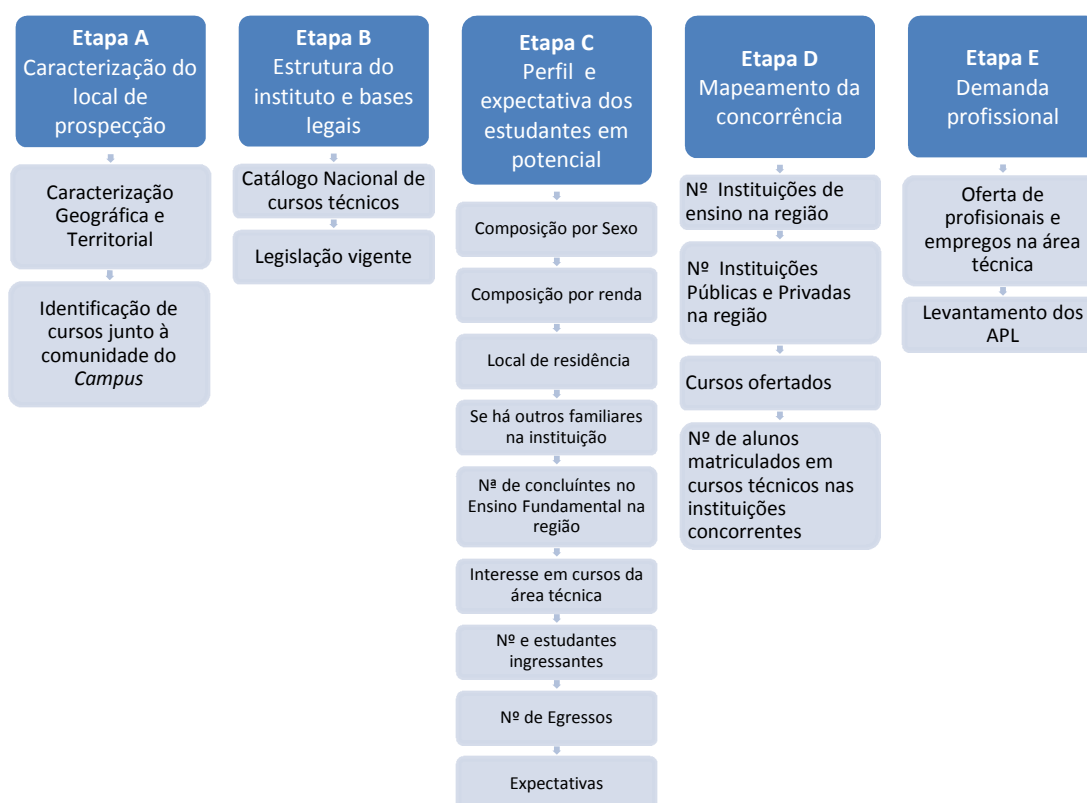
Para proposta da realização de tal metodologia é necessário o entendimento de duas partes bem definidas de pesquisa. Uma parte destas pesquisas estará baseada na coleta de dados primários através da aplicação de questionários. A outra parte estará baseada em dados já existentes, em fontes de dados secundários, como estatísticas do MEC (Paula, 2011). Mattar (2011), no mesmo sentido, apresenta algumas fontes de dados governamentais:

- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresenta dados demográficos, disponível em <[www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)>;
- IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, apresenta pesquisas sociais, disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>;
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, apresenta estatísticas de educação, disponível em <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>;

- Ministério da Agricultura - apresenta estatísticas agropecuárias, disponível em <www.agricultura.gov.br>;
- Ministério da Fazenda - apresenta estatísticas das contas nacional, disponível em <www.fazenda.gov.br>;

Segundo Yin (2010), para avaliar um estudo de caso de forma convincente e acurada é necessário basear-se em diferentes fontes de informação, seguindo um modo de convergência de evidências. Desta forma, a Figura 14 apresenta sinteticamente as etapas da pesquisa na construção dos caminhos metodológicos para identificação de demanda de cursos técnicos de nível médio no IFRS *Campus* Osório.

Figura 14. Etapas do caminho metodológico para identificação de demanda de cursos técnicos de nível médio no IFRS *Campus* Osório



Fonte: Elaborado pelo Autor

Cabe ressaltar que as etapas não precisam seguir uma ordem rígida podendo ser realizadas de forma aleatória ou até mesmo concomitante, por este motivo foram identificadas com letras e não com algarismos, podendo ainda estar abertas à inclusão de novos elementos.

A etapa A, chamada de caracterização do local de prospecção, é dividida em dois itens: o primeiro trata da caracterização geográfica e territorial e o segundo da identificação de possíveis cursos junto à comunidade interna ao *Campus Osório*.

A etapa B, chamada de estrutura do Instituto e bases legais, trata da importância de conhecer e considerar as bases legais, assim como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC.

A etapa C, chamada de perfil e expectativa dos estudantes em potencial, é uma das mais complexas em matéria de coleta de dados, pois objetiva estabelecer o perfil e as expectativas dos estudantes que poderão vir a frequentar os cursos do IFRS *Campus Osório*.

A etapa D, chamada de mapeamento da concorrência, visa identificar e mapear a "concorrência", identificando as instituições de ensino na região, os cursos por elas ofertados e o número de matrículas em cursos nessas instituições.

Por fim, a etapa E, chamada de demanda profissional, avalia os APL da região e a oferta de empregos e de profissionais com formação técnica.

De posse de todos os dados avaliados nas diferentes etapas é necessário realizar uma síntese dos mesmos e então concluir, considerando as bases legais e disponibilidade de infraestrutura e de pessoal, as possibilidades de cursos para aquele momento específico, dentro das condições então pesquisadas. Sendo assim, a escolha dos cursos a serem abertos ou mantidos leva em consideração a prerrogativa dos eixos tecnológicos já eleitos pela comunidade na ocasião da implantação do *Campus* no município. Portanto, havendo a necessidade de suprimir ou implementar outros eixos, seria necessária uma nova consulta à comunidade através de audiências públicas, consultas às organizações não governamentais (ONGs), por exemplo, exigindo uma metodologia específica para este fim.

Seguindo, a Figura 15 apresenta a proposta detalhada das etapas, descrição das atividades desenvolvidas em cada uma delas, os principais indicadores e fontes utilizados para a aplicação da metodologia proposta.



Figura 15. Proposta detalhada das Etapas, Descrição das atividades, Principais indicadores e Fontes a serem utilizadas no desenvolvimento da metodologia proposta

Etapas	Descrição das atividades	Principais Indicadores	Fontes
A. Caracterização do local de prospecção	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de dados geográficos e territoriais da região Litoral Norte do RS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de municípios que compõem a região</li> <li>Perfil demográfico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COREDE</li> <li>11ª CRE</li> <li>SEPLAN</li> </ul>
B. Estrutura do Instituto e Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consulta ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e à Lei de criação dos Institutos Federais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Opções de cursos por eixos tecnológicos de atuação do <i>Campus</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>MEC</li> </ul>
C. Perfil e expectativas dos estudantes em potencial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de dados sobre cursos que se destacam na educação profissional no Brasil</li> <li>Consulta para indicar eixos de interesse dos estudantes em potencial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de matrículas no ensino fundamental e médio técnico</li> <li>Cursos mais procurados</li> <li>Municípios de origem dos atuais estudantes</li> <li>Número de estudantes por vaga nos processos seletivos</li> <li>Eixos de maior interesse da comunidade consultada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituto Anísio Teixeira</li> <li>MEC</li> <li>Pesquisa de campo</li> <li>Dados IFRS <i>Campus Osório</i></li> </ul>
D. Mapeamento da concorrência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento das Instituições públicas e privadas que oferecem ensino médio na região e da demanda potencial para o ensino médio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de instituições de ensino e de matrículas</li> <li>Oferta de cursos técnicos na região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CRE</li> <li>SEPLAN</li> </ul>
E. Demanda profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapeamento dos APL</li> <li>Pesquisa da quantidade e porte das empresas dos diferentes segmentos</li> <li>Avaliação das potencialidades e tendências dos segmentos econômicos, sociais e culturais da região Litoral Norte do RS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de empresas</li> <li>Número de empregos por segmento</li> <li>Número de trabalhadores por segmento e nível de escolaridade</li> <li>Renda média por setor e porte das empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COREDE</li> <li>SEBRAE</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo Autor

As atividades propostas em cada etapa serão desenvolvidas a seguir e para cada uma das atividades foram elencados indicadores com o intuito de servir como fatores de acompanhamento e avaliação da aplicação da metodologia. Em relação às fontes utilizadas, observa-se que o COREDE, a CRE e o MEC se constituem de bases importantes de dados. Além destes, são utilizados também dados do Instituto Anísio Teixeira, SEPLAN, SEBRAE, bem como dados coletados em uma pesquisa de campo.

## 4 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA: PRIMEIROS PASSOS

A partir dos caminhos trilhados na construção e dos primeiros passos para a aplicação dessa metodologia proposta, foi realizado um levantamento de dados, primários e secundários, para mapear a demanda de cursos técnicos de nível médio no IFRS *Campus* Osório. Estes dados serão apresentados a seguir e pretendem guiar a escolha dos cursos através de elementos de marketing (KOTLER e KELLER, 2013) e de uma pesquisa de mercado (PAULA, 2011) sem desconsiderar aspectos norteadores tais como os eixos tecnológicos já definidos, a estrutura física e os recursos humanos disponíveis na Instituição.

### 4.1 Caracterização do local de prospecção

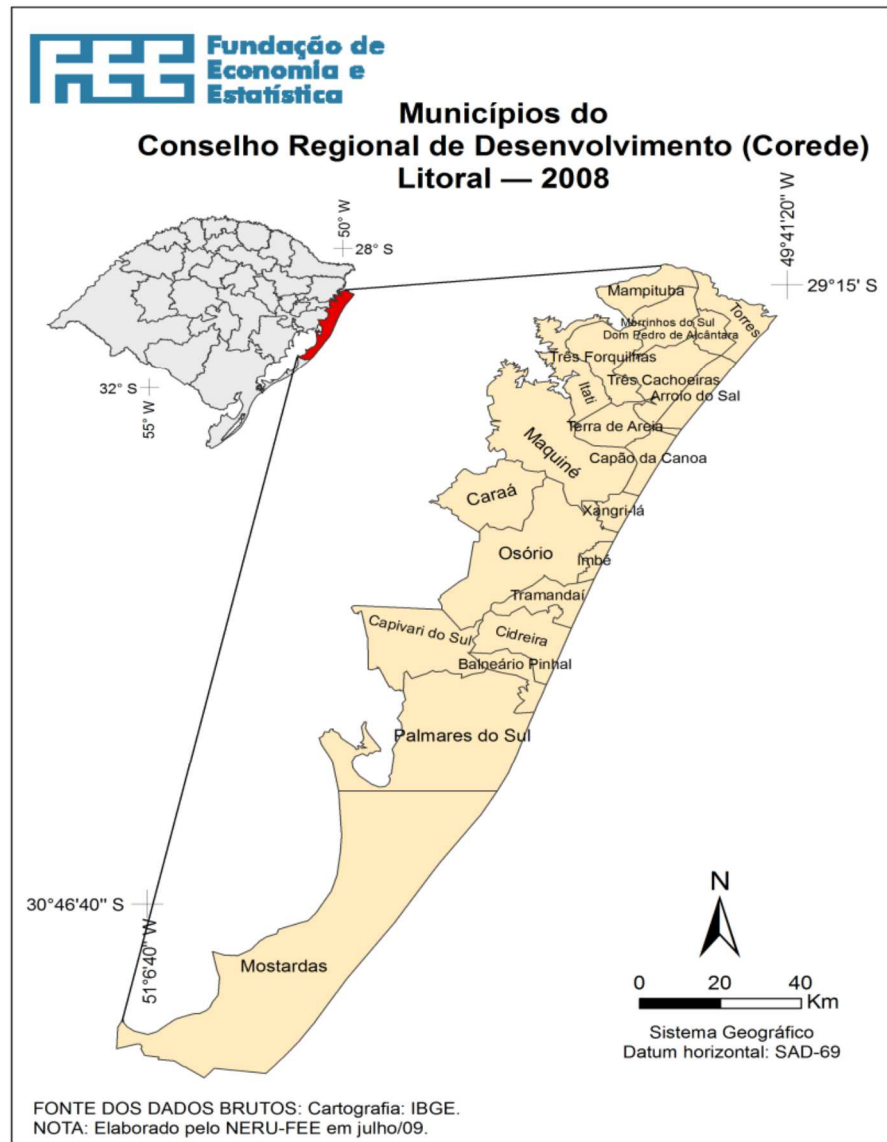
Este item faz parte da etapa A da aplicação da metodologia proposta e se divide em dois subitens: Levantamento de dados geográficos e territoriais e Identificação de cursos junto à comunidade do *Campus*.

#### 4.1.1 Levantamento de dados geográficos e territoriais

O ambiente geral do estudo é constituído pela região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Esta região, segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento - Litoral (Corede Litoral), é composta por 21 municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Xangri-lá (Figura 16) (FEE, 2015). Já, segundo a 11ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) - Osório, além destes municípios, devem ser incluídas as cidades de Riozinho, Rolante, Santo Antônio da Patrulha e Tavares (Figura 17).

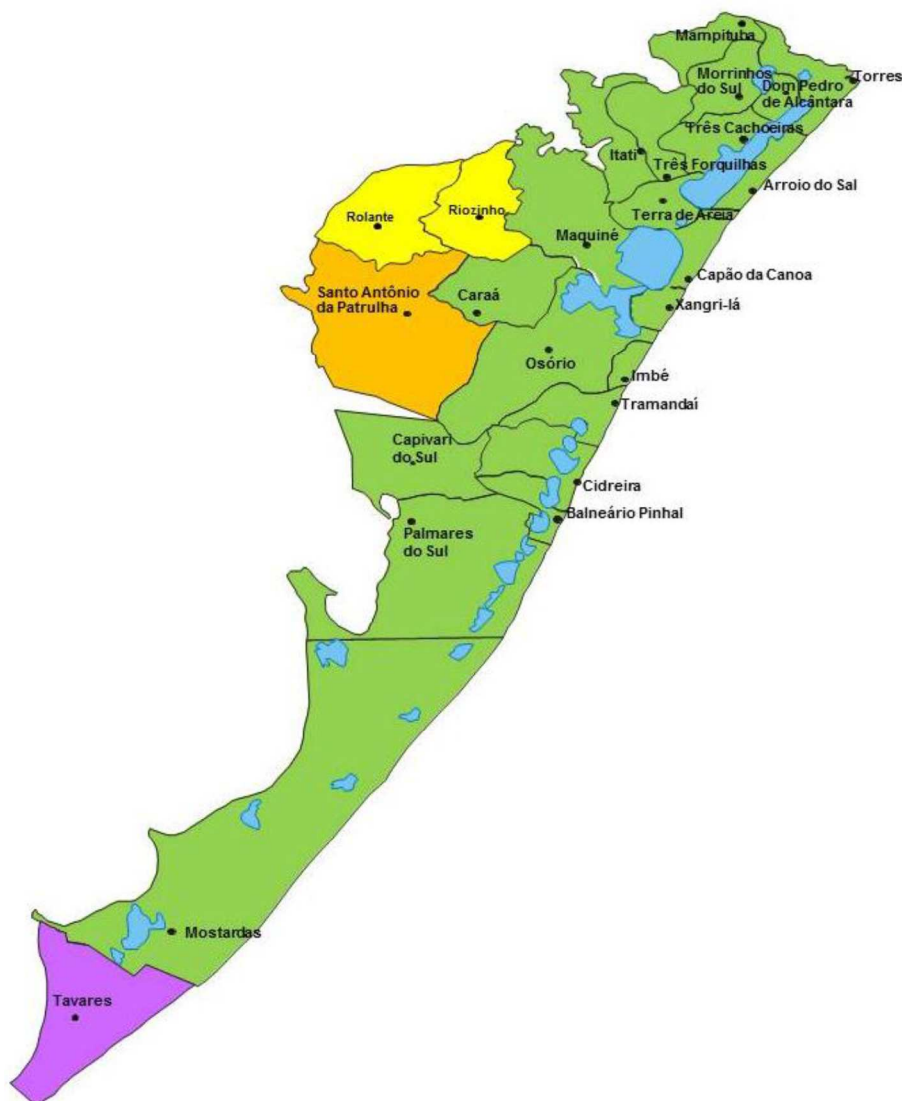
Apesar do *Campus* do IFRS ter sede no município de Osório, os caminhos de proposta de metodologia para estudo de demanda de cursos técnicos devem levar em consideração dados de todos os municípios que compõem a região geoadministrativa na qual o respectivo *Campus* está inserido, o que vem ao encontro da lei de criação dos IFs que atenta para a intenção de desenvolver toda a região.

Figura 16. Mapa de municípios que compõem o COREDE litoral do RS



Fonte: FEE (2015)

Figura 17. Mapa de municípios que compõem a 11ª CRE



Fonte: CRE (2015)

No sentido de apresentação de dados da FEE e da CRE observa-se que não existe uma homogeneidade sobre a correta definição de quais municípios compõem o Litoral Norte do RS, o que torna necessário informar dados de ambas as fontes no presente trabalho.

A região localizada no extremo nordeste do Rio Grande do Sul tem divisa com o Estado de Santa Catarina e com o oceano atlântico o que faz com que totalize uma área de 7.115,8 Km<sup>2</sup>, representando 2,52% do território gaúcho (FEE, 2015).

O Litoral Norte do RS está geograficamente situado ao pé da serra geral e entre águas doces e salgadas. A região combina natureza e tecnologia, oferecendo água de qualidade e um clima agradável, o que a transforma numa região com

excelente qualidade de vida atraindo muitas pessoas que a escolhem o local como residência (FEE, 2015).

Já em relação ao perfil demográfico, o crescimento anual da população, tanto da brasileira, quanto da população gaúcha, tem apresentado uma constante queda, principalmente a partir da década 60. O Brasil, no período de 2000 a 2010, apresentou crescimento populacional de 1,17% ao ano. No Rio Grande do Sul, considerando os dados dos censos demográficos, a taxa de crescimento anual no período de 1991 a 2000 foi de 1,21% e no período de 2000 a 2010 foi de 0,49%, sendo esta a menor taxa entre os Estados brasileiros (SEPLAN, 2015).

Um fator que favorece a diminuição do crescimento da população são as migrações internas, na maior parte das vezes motivadas por fatores econômicos, com deslocamentos em direção aos municípios maiores. Dentre os municípios gaúchos, 51% apresentaram taxas negativas de crescimento populacional. Estes estão localizados, principalmente, nas regiões da fronteira oeste e norte do Estado (SEPLAN, 2015).

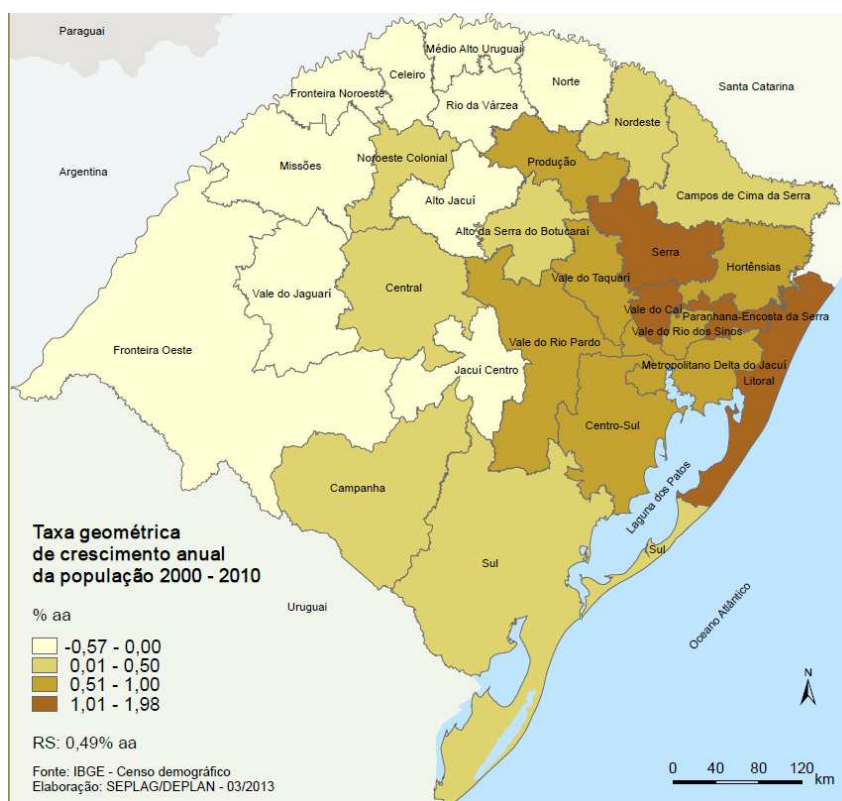
Por outro lado, os municípios localizados na região metropolitana de Porto Alegre, serra e litoral apresentaram as maiores taxas de crescimento, neste mesmo período, com destaque para o Corede Litoral, onde boa parte dos municípios apresentam as mais altas taxas de crescimento do Estado, Figura 18. No Quadro 3, observa-se que dos 10 municípios que mais cresceram no Estado do RS, sete estão localizados no Litoral Norte do RS (SEPLAN, 2015).

Quadro 3. Dez municípios do RS com maior crescimento populacional (2000 a 2010)

Município	Corede	% aa
Xangri-lá	Litoral	4,25
Arroio do Sal	Litoral	3,91
Balneário Pinhal	Litoral	3,83
Imbé	Litoral	3,74
Nova Santa Rita	Vale do Rio dos Sinos	3,73
Cidreira	Litoral	3,61
Capão da Canoa	Litoral	3,26
Tapejara	Nordeste	3,11
Tramandaí	Litoral	2,97
Tupandi	Vale do Caí	2,87
<b>RS</b>		<b>0,49</b>

Fonte: SEPLAN (2015)

Figura 18. Taxa de crescimento anual da população no período de 2000 a 2010- COREDEs



Fonte: SEPLAN (2015)

De acordo com FEE (2015), a região do Litoral Norte do RS contava com 323.112 habitantes, correspondendo a 2,5% do total da população do Estado, apresentando uma taxa de crescimento de 2,05% ao ano, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010. Neste período, a densidade demográfica era de 43,2hab/km<sup>2</sup>.

A população da região do Litoral Norte do RS está concentrada principalmente nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Tramandaí, Torres e Capão da Canoa, que representam 66,8% do total populacional da região (SEPLAN, 2015). A cidade de Osório, em 2015, conta com uma população estimada de 43.897 habitantes (IBGE, 2015).

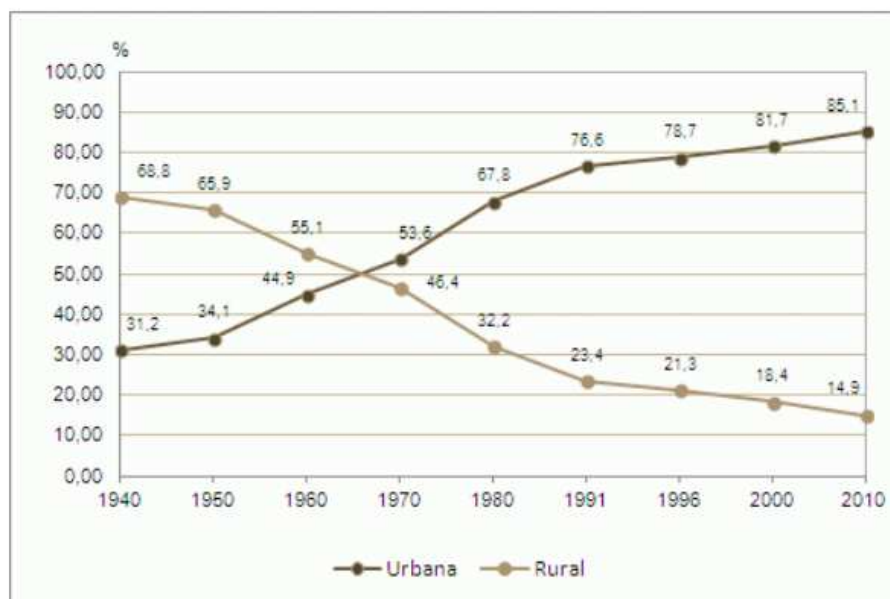
O Litoral Norte do RS caracteriza-se por duas situações antagônicas quanto ao crescimento demográfico. Se, por um lado, alguns municípios tiveram aumento proporcional muito maior do que a média do Estado, por outro, os municípios menores, não litorâneos, tiveram taxa de crescimento bastante inferior no mesmo período.

Os municípios pequenos, de características rurais, vem sofrendo com a saída das famílias e apresentando, inclusive, crescimento negativo. Verifica-se, por exemplo, que o município de Caraá está ficando com população concentrada em pessoas com mais idade. Já os jovens, em busca de oportunidades de educação e trabalho, acabam migrando para municípios polos (FEE, 2015).

A busca por maior qualidade de vida no litoral por parte de famílias advindas de outras regiões é uma oportunidade para a região, seja para o veraneio como para residência.

A população gaúcha, de forma progressiva, vem se concentrando em meios urbanos, conforme é apresentado na Figura 19. Segundo dados do censo demográfico de 2010, o Estado apresenta 85,1% da sua população total vivendo em áreas urbanas (SEPLAN 2015).

Figura 19. Grau de Urbanização do Rio grande do Sul



Fonte: SEPLAN (2015)

A população dos municípios do Litoral Norte do RS, segundo o SEPLAN (2015), é predominantemente urbana, como é o caso dos municípios reconhecidamente praianos, chegando, no ano de 2010, a uma taxa de urbanização de 86,71%. Já os municípios rurais, como é o caso de Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Morrinhos do Sul, Mampituba e Três Forquilhas são predominantemente rurais. Alguns outros, como Capivari do Sul e Palmares do Sul, embora não praianos, são mais urbanos. Além disso, o município de Osório, local

onde se situa o *Campus* do IFRS no Litoral Norte do RS, tem população basicamente residente<sup>7</sup> e é bastante urbano, tendo aproximadamente de 84% da população residindo na área urbana.

As transformações populacionais que ocorrem no país, Estado e municípios trazem à tona a necessidade de adaptação e readequação das políticas públicas tradicionais, como, por exemplo, a manutenção ou a redução do número de vagas nas escolas das regiões em que há redução da participação da população, bem como o aumento da disponibilidade de leitos hospitalares e serviços médicos nas regiões para as quais se projeta um envelhecimento populacional mais acelerado. A esse respeito, devido ao estágio avançado da transição populacional no Estado (pelo menos quando comparado à média nacional), a parcela da população menor de 14 anos tende a apresentar redução em quase todas as regiões (a única exceção é o litoral), ao mesmo tempo em que a parcela de maiores de 65 anos tende a aumentar, também em todas as regiões (FEE, 2015).

No ano de 2000, na região Litoral Norte do RS, havia um equilíbrio quanto às faixas etárias. Na faixa etária em que devem frequentar o ensino médio, isto é, entre 10 a 19 anos, a média foi de 19,5%, apresentando-se acima da média do Estado (18,43%). Neste contexto se destacam para os municípios de Capão da Canoa, Mampituba e Terra de Areia, acima de 20 pontos percentuais. Já abaixo da média, cabe ressaltar o município de Dom Pedro de Alcântara, com 17% (FEE, 2015).

A razão de sexo é o indicador que avalia a proporção de homens e mulheres em uma população (SEPLAN 2015).

No Brasil, no início do século passado, haviam 104 homens para cada 100 mulheres. No Estado este valor era de 103,4 homens para cada 100 mulheres. Recentemente, segundo dados do Censo 2010 este valor passou para 96 homens para cada 100 mulheres no Brasil e 95 homens para cada 100 mulheres no Rio Grande do Sul (SEPLAN 2015).

A estratificação relacionada a sexo e idade alerta sobre a necessidade do conhecimento destes dados na região do Litoral Norte do RS uma vez que diferem da tendência de dados no âmbito nacional e regional.

---

<sup>7</sup> A informação de uma "população basicamente residente" está relacionada ao fato de que no verão existe um deslocamento de pessoas em grandes proporções de outras regiões do Estado para o litoral o que altera em demasia a densidade demográfica da maioria das cidades nesta região.



## 4.2 Estrutura do IFRS e suas bases legais

Este item é contemplado na etapa B e apresenta dados relativos ao Catálogo Nacional de Cursos e à Lei de criação dos IFs.

### 4.2.1 Legislação e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Como já citado, a lei de criação dos Institutos Federais preconiza a existência da garantia de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008). Essa premissa foi observada na escolha dos cursos a serem inicialmente implantados no IFRS *Campus Osório*.

Por sua vez, o MEC disponibiliza um documento que norteia o ensino profissional de nível médio no que tange aos cursos técnicos, suas disciplinas e infra-estrutura mínima. Este documento é o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e, nele, os cursos são divididos por eixos tecnológicos.

Neste contexto, a escolha de quais os eixos tecnológicos seriam contemplados no IFRS *Campus Osório* foi realizada em uma consulta pública à comunidade, com a participação de representantes da sociedade e do IFRS, em data anterior à implantação do *Campus*, na qual ficaram definidos os seguintes Eixos Tecnológicos:

- Gestão e Negócios
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Alimentícia
- Turismo, Hospitalidade e Lazer

Os cursos que inicialmente comporiam cada eixo no *Campus Osório* foram elencados na mesma audiência pública. Como mencionado, tal consulta à comunidade foi realizada em data prévia à implantação do *Campus*, sendo que na ocasião, os presentes citaram diversas possibilidades de cursos.

A partir disso, a direção do *Campus Osório* em conjunto com professores e técnicos administrativos passou a formular os projetos pedagógicos de alguns cursos mencionados na audiência pública e que se enquadravam nos eixos

tecnológicos pré-estabelecidos, considerando a disponibilidade de recursos humanos e de infraestrutura da época.

Assim, seguindo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC e os eixos já contemplados no *Campus Osório* temos as seguintes possibilidades de cursos técnicos:

Eixo : Gestão e Negócios

- Técnico em Administração
- Técnico em Comércio
- Técnico em Comércio Exterior
- Técnico em Contabilidade
- Técnico em Cooperativismo
- Técnico em Finanças
- Técnico em Logística
- Técnico em Marketing
- Técnico em Qualidade
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Secretariado
- Técnico em Seguros
- Técnico em Serviços de Condomínio
- Técnico em Serviços Jurídicos
- Técnico em Serviços Públicos
- Técnico em Transações Imobiliárias
- Técnico em Vendas

Eixo: Informação e Comunicação

- Técnico em Computação Gráfica
- Técnico em Informática
- Técnico em Informática para Internet
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
- Técnico em Programação de Jogos Digitais
- Técnico em Redes de Computadores
- Técnico em Sistemas de Comutação
- Técnico em Sistemas de Transmissão

- Técnico em Telecomunicações

#### Infraestrutura

- Técnico Aeroportuário
- Técnico em Agrimensura
- Técnico em Carpintaria
- Técnico em Desenho de Construção Civil
- Técnico em Edificações
- Técnico em Estradas
- Técnico em Geodésia e Cartografia
- Técnico em Geoprocessamento
- Técnico em Hidrologia
- Técnico em Portos
- Técnico em Saneamento
- Técnico em Trânsito
- Técnico em Transporte Aquaviário
- Técnico em Transporte de Cargas
- Técnico em Transporte Dutoviário
- Técnico em Transporte Metroferroviário
- Técnico em Transporte Rodoviário

#### Produção Alimentícia

- Técnico em Agroindústria
- Técnico em Alimentos
- Técnico em Apicultura
- Técnico em Cervejaria
- Técnico em Confeitaria
- Técnico em Panificação
- Técnico em Processamento de Pescado
- Técnico em Viticultura e Enologia

#### Turismo, Hospitalidade e Lazer

- Técnico em Agenciamento de Viagem
- Técnico em Cozinha

- Técnico em Eventos
- Técnico em Guia de Turismo
- Técnico em Hospedagem
- Técnico em Lazer
- Técnico em Serviço de Restaurante e Bar

### **4.3 Perfil e expectativas dos estudantes em potencial**

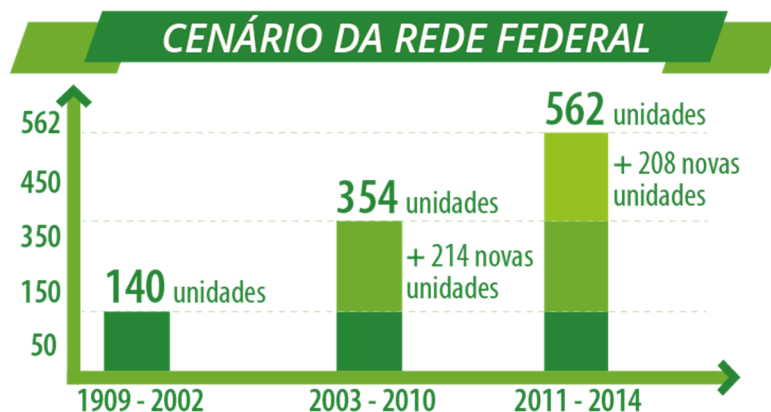
Neste item serão apresentados os dados referentes à aplicação da etapa C.

#### **4.3.1 Ensino Fundamental e médio: estudantes em potencial**

Serão apresentados a seguir dados referentes aos concluintes do ensino fundamental no Brasil e na região, e também de atuais alunos do *Campus Osório*. Além disso serão apresentados dados relativos ao interesse e expectativas dos estudantes por cursos da área técnica.

No Brasil, nos últimos anos, pôde-se observar a expansão do número de matrículas na educação profissional, que em 2007 era de 780.162 e atingiu, em 2013, 1.441.051 matrículas, apresentando um crescimento de 84,1% no período. Estes dados vem ao encontro do crescimento da rede Federal de Ensino Profissional, os IFs , conforme Figura 20. Essa expansão tem como objetivo melhorar a qualidade da educação profissional no país e aumentar as chances de empregabilidade. Considerando as matrículas da educação profissional concomitante, subsequente e integradas ao ensino médio, o crescimento foi de 5,8%, alcançando o contingente de 1,44 milhão de alunos atendidos em 2013 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014).

Figura 20. Cenário da Rede Federal até 2014



Fonte: MEC (2015)

Os Quadros 4 e 5 destacam os dez cursos da educação profissional com maior número de alunos matriculados nas redes pública e federal, respectivamente. Os dados mostram que os cursos com maior procura na rede pública são os de Informática e de Administração, com 12,3% e 11,9%, respectivamente (Quadro 4). Já nas escolas federais (Quadro 5), destacam-se os cursos de Informática e Agropecuária, escolhidos por 13% e 10,2% dos alunos, respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014).

Quadro 4. Dez Cursos de Educação Profissional com Maior Número de Matrículas na Rede Pública - Brasil - 2013

Curso	Matrícula	%
Total Geral da rede	749.675	100
Total dos dez maiores cursos	426.143	56,8
Informática	92.398	12,3
Administração	89.308	11,9
Agropecuária	47.249	6,3
Edificações	33.475	4,5
Enfermagem	32.475	4,3
Contabilidade	27.998	3,7
Eletrotécnica	27.458	3,7
Mecânica	26.304	3,5
Segurança do Trabalho	24.739	3,3
Logística	24.380	3,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014)

Quadro 5. Dez Cursos de Educação Profissional com Maior Número de Matrículas na Rede Federal - Brasil - 2013

Curso	Matrícula	%
Total Geral da rede	228,417	
Total dos dez maiores cursos	136.628	59,8
Informática	29.622	13,0
Agropecuária	23.354	10,2
Edificações	18.266	8,0
Eletrotécnica	14.733	6,5
Mecânica	11.930	5,2
Química	8.532	3,7
Administração	8.440	3,7
Segurança do Trabalho	7.749	3,4
Meio Ambiente	7.199	3,2
Eletrônica	6.803	3,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014)

Cabe destaque para a expansão da rede federal, que aumentou 9,3% de 2012 para 2013. Nos últimos 6 anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 108% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014).

Para que se possa analisar uma potencial demanda de alunos ingressantes no ensino médio no IFRS *Campus* Osório, é necessário o conhecimento de dados referentes ao ensino fundamental na região.

O Ensino Fundamental no Brasil é uma das etapas da Educação Básica e de acordo com a Constituição Brasileira é obrigatório para todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos. Em fevereiro de 2006, houve alteração na lei ampliando o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos (SEPLAN 2015).

Nos últimos anos, o País e o Estado vêm apresentando uma redução nos números absolutos, no total de matrículas deste nível de ensino. No período 2007 a 2012 o Brasil reduziu em 7,5% suas matrículas, já o Rio Grande do Sul teve um percentual um pouco mais alto, 10,7%. A queda nas matrículas do ensino fundamental, em parte, pode ser explicada pela queda das taxas de natalidade e à regularização do fluxo de atendimento de alunos, através da estabilização da repetência (SEPLAN 2015).

Estes dados fornecem informações importantes sobre os egressos do ensino fundamental, ou seja, os estudantes que têm o pré requisito para ingressar no

ensino médio. No Rio grande do Sul, na área de abrangência da 11ª CRE, são apresentados os seguintes dados conforme Quadro abaixo (Quadro 6):

Quadro 6. Ensino Fundamental 11ª CRE

Faixa etária de 6 a 14 anos	2010	2011	2012	2013
Estabelecimentos	264	265	263	260
Matrículas (total)	56.601	55.874	54.959	54.652

Fonte: CRE (2015)

Os dados fornecidos pela 11ª CRE, apresentam uma diminuição de estabelecimentos, chegando ao ano de 2013 com 260 estabelecimentos, e também uma pequena redução, ano a ano, a partir do ano de 2010, no número de matrículas totais no ensino fundamental, contemplando no ano de 2013, 54.652 matrículas.

O Ensino Médio conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação corresponde à etapa final da educação básica, tendo duração mínima de três anos e apresentando como principais finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos; a preparação para o trabalho; o desenvolvimento da capacidade de compreensão dos conhecimentos e o aprimoramento do educando enquanto cidadão. A educação profissional e tecnológica tem como formas de articulação com o ensino médio as seguintes modalidades: concomitante, subsequente e integrado (SEPLAN 2015).

Com relação aos estabelecimentos que oferecem ensino médio, até o ano de 2010 existiam na região do Litoral Norte do RS somente as redes estaduais e particulares. O IFRS - *Campus* Osório iniciou suas atividades no ensino médio técnico somente em 2011, sendo a primeira rede federal a ofertar vagas no ensino médio na região. No ano de 2013, conforme Quadro 7 é apresentado o número de estabelecimentos de ensino na região.

Quadro 7. Estabelecimentos de Ensino Médio na 11ª CRE

Ano 2013	
Redes	Estabelecimentos
Estadual	39
Municipal	0
Federal	1
Particular	7
Total:	47

Fonte: CRE (2015)

Quadro 8. População na faixa etária de 15 a 17 anos na 11ª CRE

Faixa etária de 15 a 17 anos	2010	2011	2012	2013
População	18.886	18.964	19.081	19.183

Fonte: CRE (2015)

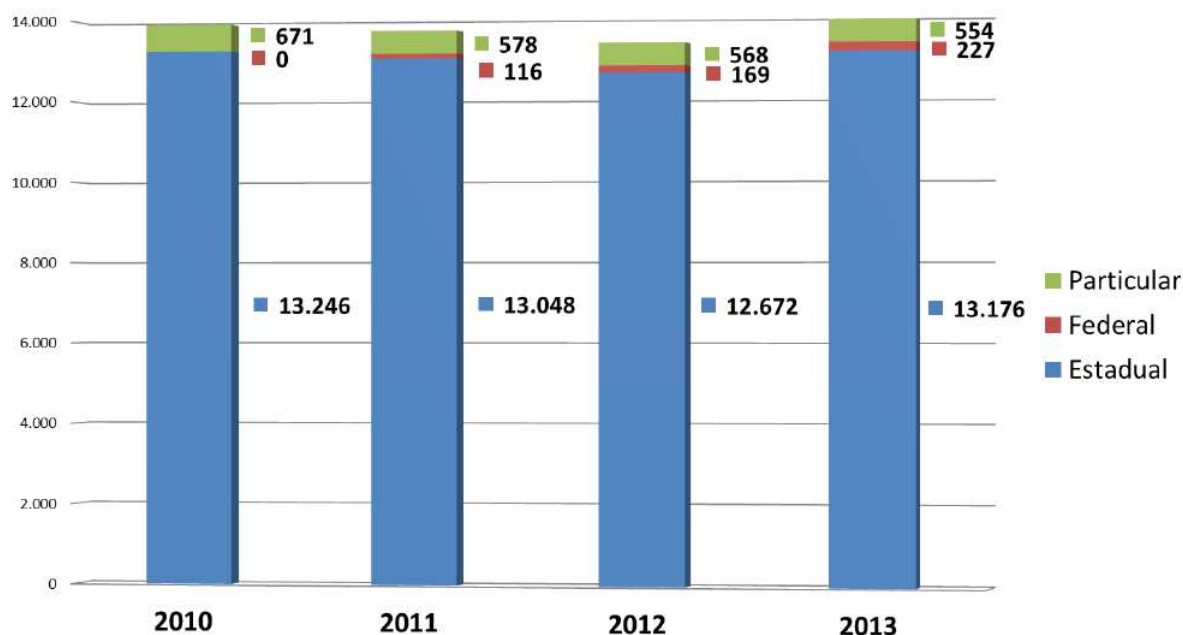
Quadro 9. Matrículas de Ensino Médio na 11ª CRE

Matrículas	2010	2011	2012	2013
Total de Matrículas	13.917	13.742	13.409	13.957

Fonte: CRE (2015)

O Quadro 8 apresenta um leve acréscimo na população entre a população de 15 a 17 anos, no período de 2010 a 2013. Já o Quadro 9 apresenta que o total de matrículas no ensino médio no mesmo período, se manteve praticamente estável, chegando ao ano de 2013 com 13.957 matrículas.

Figura 21. Matrículas Inicial do Ensino Médio por Rede de Ensino 2010 a 2013 na 11ª CRE



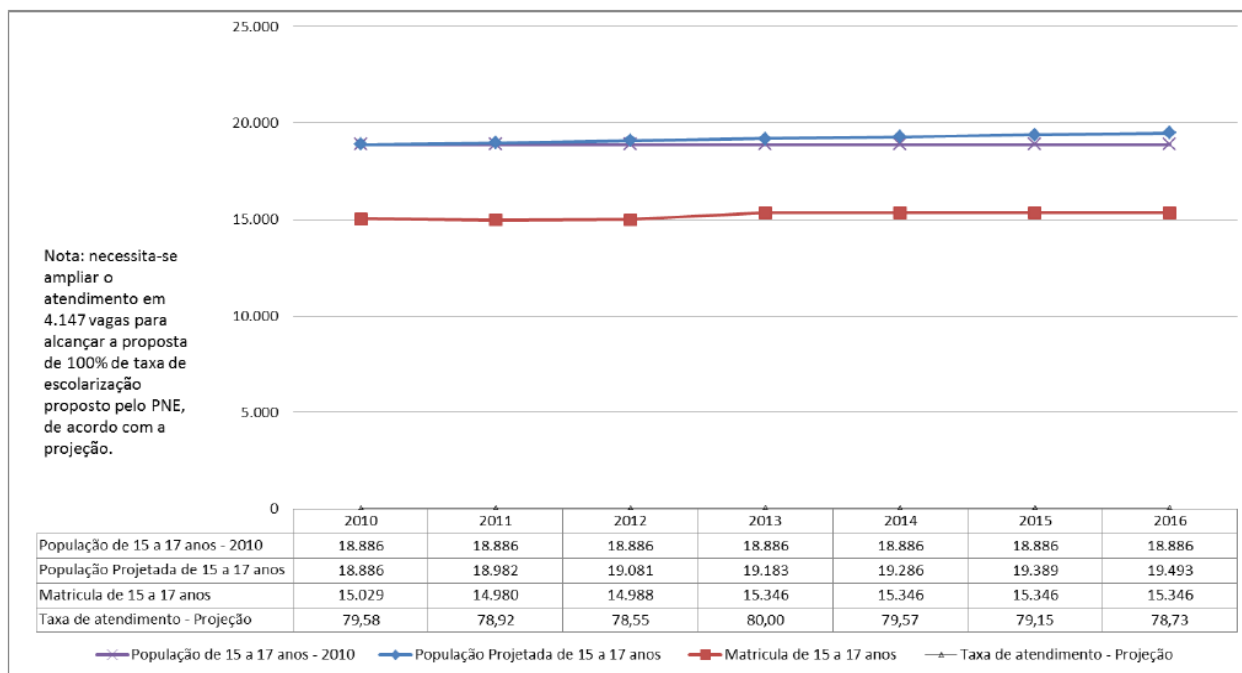
Fonte: CRE (2015)

Conforme já comentado, foi em 2011 que o IFRS *Campus* Osório ofertou suas primeiras turmas de ensino médio técnico. A Figura 21 apresenta o número de matrículas nas redes de ensino entre os anos de 2010 a 2013. A rede Estadual apresentou, em 2013, o maior volume de matrículas, contemplando 94% enquanto a



rede particular contemplou 4%. A rede federal, com um único estabelecimento de ensino, com 2%, ocupa a menor porcentagem em matrículas na região.

Figura 22. Comparativo entre Projeção da População com Matrícula Inicial de 15 a 17 anos (2010-2016) na 11ª CRE



Fonte: CRE (2015)

O Figura 22 apresenta uma projeção relacionada às exigências do PNE para a região do 11ª CRE. Conforme o PNE, existe uma necessidade de acréscimo de aproximadamente 22% de matrículas até o ano de 2016, o que apresenta a necessidade de crescimento do ensino médio na região para cumprir as metas estabelecidas.

Quadro 10. Demanda Potencial para o Ensino Médio (15 a 17 anos) 11ª CRE

Demanda conforme agrupamento por pessoa fora da escola	Municípios 2012	Municípios 2013
Entre 100 e 300 jovens	Balneário Pinhal, Cidreira Mostardas, Palmares do Sul, Torres, Três Cachoeiras, <b>Xangri-lá e Caraá</b>	Balneário Pinhal, Cidreira Mostardas, Palmares do Sul, Torres, Três Cachoeiras
Entre 301 e 500 jovens	Rolante	Rolante, <b>Capão da Canoa e Xangri-lá</b>
Entre 501 e 1000 jovens	Santo Antônio da Patrulha, Tramandaí e <b>Capão da Canoa</b>	Santo Antônio da Patrulha, Tramandaí
Acima de 1001 jovens	---	---

Observação: as alterações de 2012 para 2013 estão destacadas em vermelho.

Fonte: CRE (2015)

O Quadro 10 apresenta uma demanda potencial de alunos em idade escolar, entre 15 e 17 anos, fora da escola, para ser trabalhada e inserida nos bancos escolares. Este fato explica o motivo de haver um número de matrículas muito superior ao comparar o ensino fundamental ao ensino médio.

O IFRS - *Campus* Osório, teve a abertura das primeiras turmas em 2010 e contemplou a abertura dos ensino médio técnico na modalidade integrado no ano de 2011. Os cursos abertos naquele momento foram técnico em Administração e técnico em Informática.

Embora a região do Litoral Norte do RS contemple mais de 20 municípios, a comunidade discente do *Campus* Osório é oriunda de 12 deles: Capão da Canoa, Capivarí do Sul, Cidreira, Imbé, Maquiné, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Tramandaí, Três Cachoeiras, Xangri-lá e Palmares do Sul (Quadro 11).

Quadro 11. Porcentagem de alunos do *Campus* Osório oriundos dos municípios do Litoral Norte do RS - Discentes do ensino médio técnico modalidade integrado

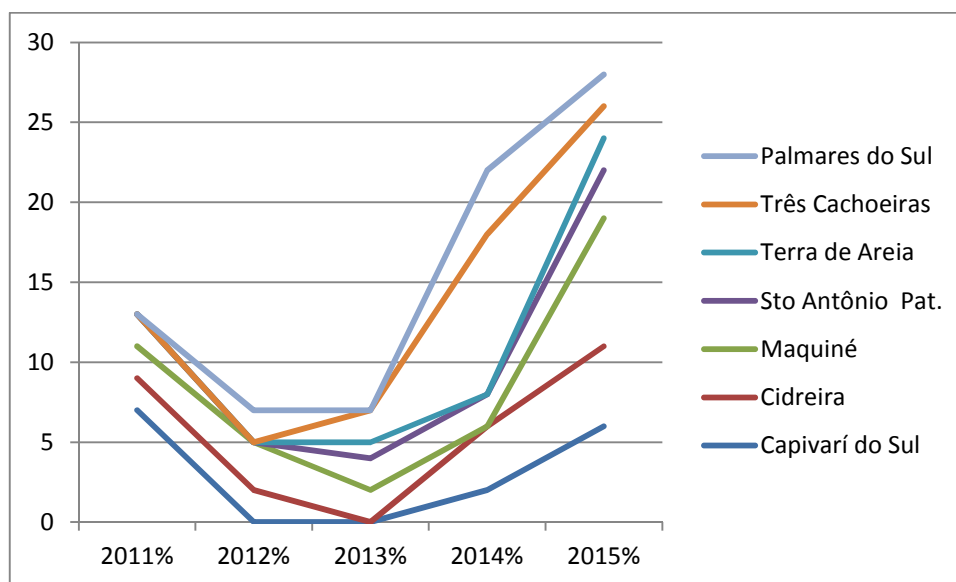
	2011	2012	2013	2014	2015	Média Total
Capão da Canoa	5%	11%	12%	20%	11%	12%
Capivarí do Sul	7%	0	0	2%	6%	3%
Cidreira	2%	2%	0	4%	5%	2%
Imbé	5%	2%	5%	12%	5%	5%
Maquiné	2%	3%	2%	0	8%	3%
Osório	75%	68%	68%	45%	45%	61%
Santo Antônio da Patrulha	2%	0	2%	2%	3%	2%
Terra de Areia	0	0	1%	0	2%	1%
Tramandaí	2%	9%	7%	0	8%	6%
Três Cachoeiras	0	0	2%	10%	2%	2%
Xangri-lá	0	6%	0	2%	6%	4%
Palmares do Sul	0	2%	0	4%	2%	1%

Fonte: Elaborado pelo Autor

O Quadro 11 apresenta informações da porcentagem de alunos do ensino médio técnico na modalidade integrado, estudantes do *Campus* Osório, oriundos dos seus municípios de residência relativo ao ano de ingresso. O presente Quadro apresenta que até o ano de 2013 havia uma predominância de aproximadamente 90% dos municípios de Capão da Canoa, Imbé, Osório e Tramandaí. Após a inauguração da nova sede, no dia 08 de agosto de 2013, a porcentagem de alunos destes municípios iniciou uma queda atingindo em 2014, 77% e no ano de 2015,

69% dos alunos do *Campus*. Fato inverso ao observado na Figura 23 que apresenta o crescimento de alunos que residem nos municípios: Capivarí do Sul, Cidreira, Maquiné, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Palmares do Sul. Estes municípios que estão aumentando quantitativamente os discentes no *Campus* Osório são também os que apresentam menor população, o que demonstra que esta instituição está desenvolvendo a ideia de capilaridade proposta para os IFs, pois vêm atingindo municípios e regiões distantes dos grandes eixos.

Figura 23. Crescimento do número de discentes do *Campus* Osório oriundos dos municípios: Capivarí do Sul, Cidreira, Maquiné, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Palmares do Sul



Fonte: Elaborado pelo Autor

Em relação aos candidatos a alunos ingressantes, o número estudantes por vaga no processo seletivo realizado pelo *Campus* Osório para os cursos técnicos de nível médio na modalidade integrado de administração e informática, nos anos de 2014 e 2015, é apresentado no Quadro 12 a seguir:

Quadro 12. Número de candidatos por vaga por curso técnico de ensino médio na modalidade integrado no IFRS *Campus* Osório

<b>Curso Ensino Médio Integrado</b>	<b>Ano de oferta</b>	<b>Nº de vagas</b>	<b>Candidatos inscritos</b>	<b>Densidade</b>
Administração	2014/1	30	221	7,37
	2015/1	30	211	7,03
Informática	2014/1	30	199	6,63
	2015/1	30	178	5,93

Fonte: Elaborado pelo Autor

Observa-se uma expressiva procura para os cursos técnicos de ensino médio na modalidade integrado. Neste sentido, a busca por estas modalidades de ensino permanecem uma tendência o que sugere a manutenção destes cursos na Instituição.

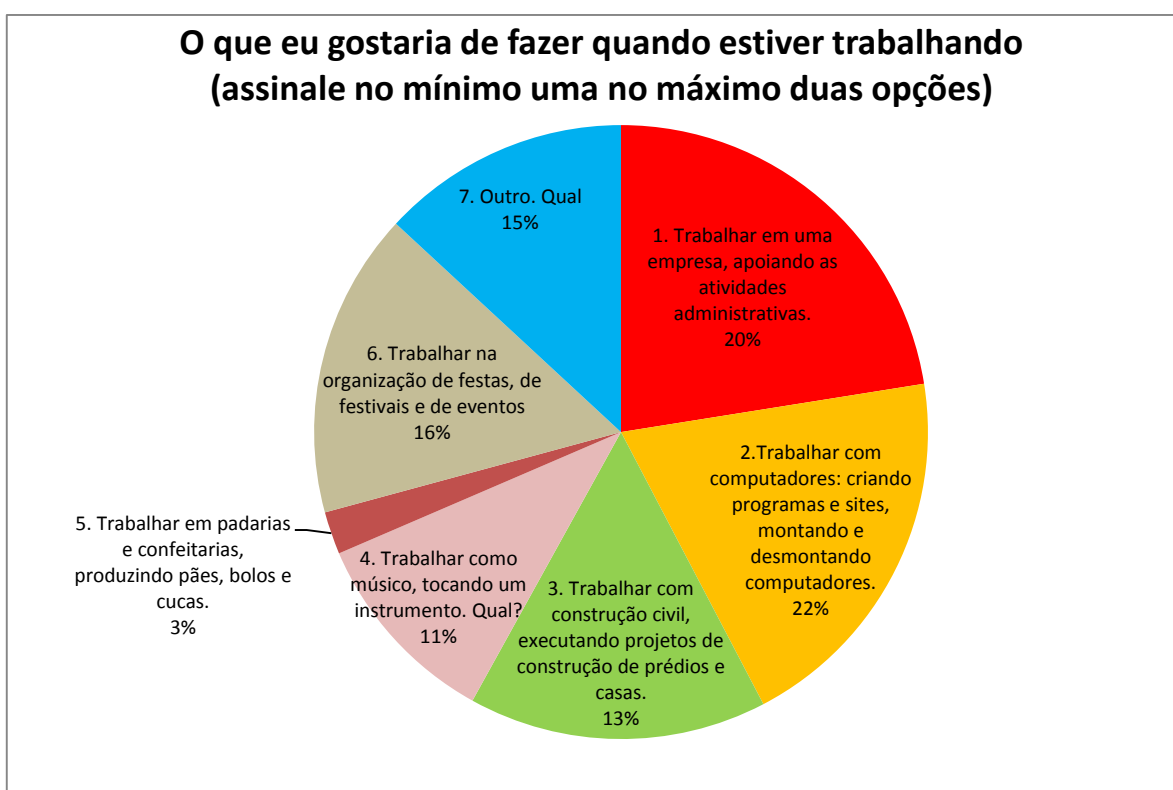
Outro fator de suma importância está relacionado à consulta que ratifica os eixos tecnológicos de interesse para a comunidade, que vai inferir possibilidades de cursos. Neste sentido, escolas públicas de ensino fundamental da região do Litoral Norte do RS, mais especificamente do último ano, foram convidadas para conhecer as dependências, forma de ingresso e cursos que são ofertados atualmente no IFRS *Campus* Osório. Nestas visitas, recepcionadas no *Campus* Osório, foi aplicado um breve questionário elaborado para observar quais eixos de interesse dos futuros candidatos ao processo seletivo. O instrumento utilizado para esta consulta é apresentado no Apêndice 1. Obteve-se um total de 236 respondentes das cidades de Osório, Capão da Canoa, Imbé, Xangri-lá, Palmares do Sul e Quintão sendo que os resultados são apresentados a seguir:

- 57% dos respondentes são do sexo feminino e 43% do sexo Masculino;
- 87% dos respondentes estão com idade entre 10 e 15 anos e 13% entre 16 a 20 anos;
- 100% dos entrevistados cursavam o 9º ano do ensino fundamental;
- 56% tem preferência para estudar no turno da manhã, 32% no turno da tarde e 12% no turno da noite;

- 85% gostariam de fazer o ensino médio técnico no IFRS *Campus* Osório;
- 74% gostariam de fazer cursos técnicos no IFRS *Campus* Osório;

Com relação a qual eixo de intenção de estudo relacionado ao ensino médio técnico é apresentada a Figura 24<sup>8</sup>.

Figura 24. Pretensão de área de trabalho relacionada com os eixos tecnológicos de ensino



Fonte: Elaborado pelo Autor

Observando a Figura 24, as duas áreas que mais apresentaram a intenção de estudo, com relação ao ensino médio técnico, foram Informática e Administração. Com os eixos de Informação e Comunicação assim como Gestão e Negócios, o *Campus* Osório apresenta cursos relacionados a essas áreas já contemplando a verticalização. Em seguida, como observa-se na Figura 24, está a intenção de trabalhar na organização de festas, de festivais e de eventos. Neste sentido, tal intenção é relacionada ao eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer no qual o *Campus* Osório ainda apresenta a possibilidade de crescimento.

<sup>8</sup> Embora o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos não apresente a música como um eixo tecnológico, este estilo foi incluído na pesquisa devido a importância do trabalho desenvolvido no *Campus* Osório.

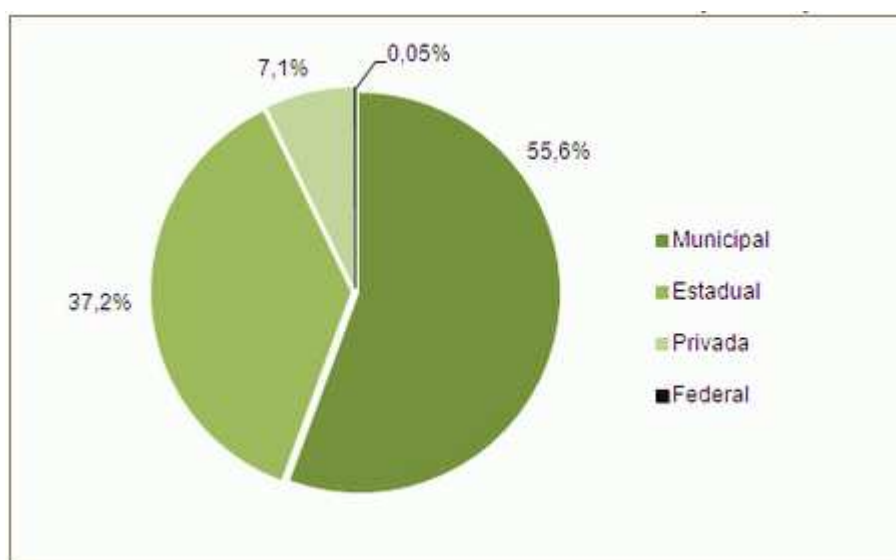
#### 4.4 Mapeamento da Concorrência

A seguir serão apresentados os dados referentes à etapa D da metodologia proposta que trata da avaliação do mercado concorrente.

Como já apresentado, um mapeamento da concorrência é necessário para avaliar a oferta de cursos atuantes na região de influência do *Campus*. Dados como o número de instituições de ensino na região e, destas, quantas são públicas, bem como a quantidade de alunos matriculados constituem-se em importantes indicadores para evitar a duplicidade de oferta de cursos.

No Rio Grande do Sul, com relação ao ensino fundamental, a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a maioria das escolas são de responsabilidade do poder público municipal, totalizando 55,6% do total dos estabelecimentos em 2012, conforme Figura 25. Isso está relacionado com a obrigatoriedade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e fundamental (SEPLAN 2015).

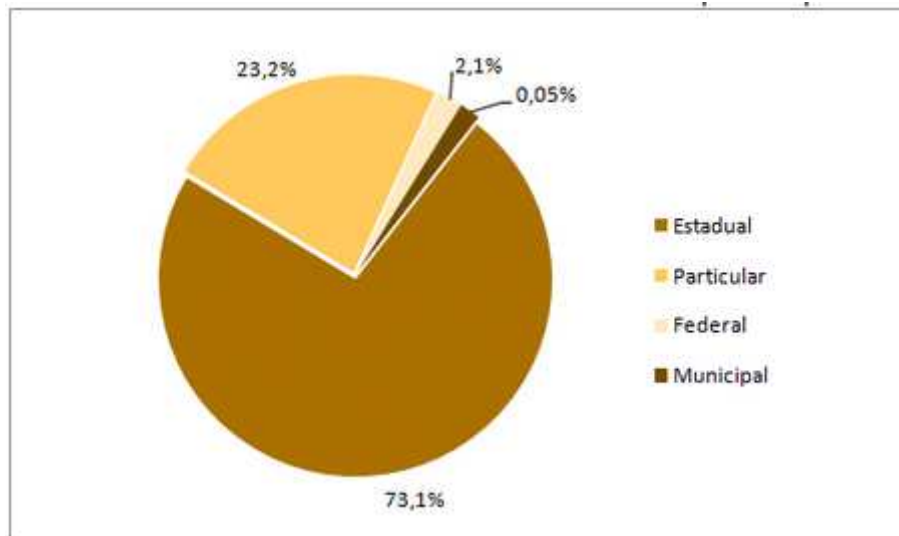
Figura 25. Estabelecimentos de Ensino Fundamental, por dependência - 2012



Fonte SEPLAN

No ensino médio, observando a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a rede pública no Estado continua sendo o maior responsável pela oferta. A Figura 26 apresenta a relação por dependência administrativa do ensino médio no Estado (SEPLAN 2015).

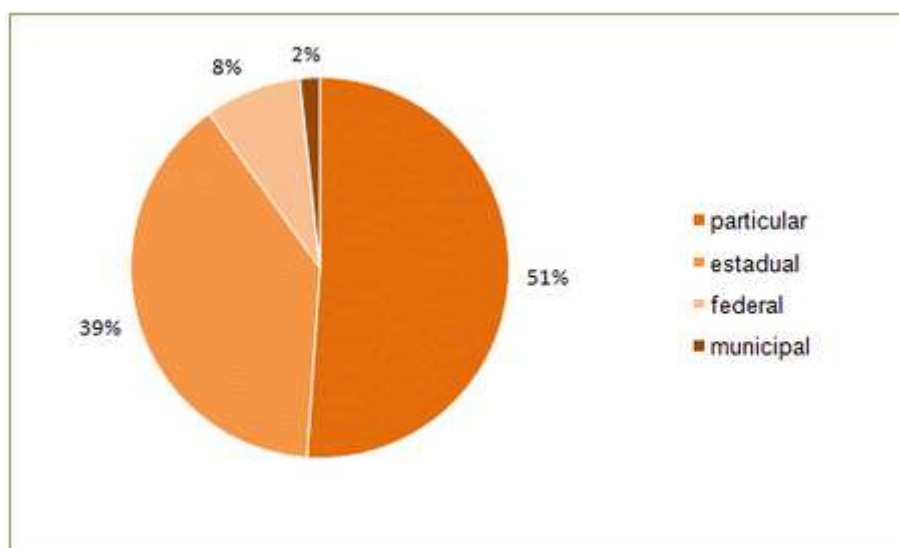
Figura 26. Estabelecimentos no Ensino Médio do RS, por dependência - 2012



Fonte SEPLAN, 2015

Quanto à dependência administrativa da Educação Profissional e Tecnológica, o destaque é para a rede particular, que no Estado detém 51% das escolas. Em segundo está a rede estadual, com 39%, Figura 27. A rede federal, embora represente pouco no total de escolas no Estado, possui destaque com os Institutos Federais de Educação, que abrangem cursos técnicos, licenciaturas e graduações tecnológicas. No Rio Grande do Sul, em 2012, foi oferecida 3.521 turmas de Ensino Profissionalizante em 408 instituições (SEPLAN 2015).

Figura 27. Instituições Educação Profissional e Tecnológica do RS, por dependência - 2012



Fonte SEPLAN, 2015

O Quadro 13 apresenta a quantidade de estabelecimentos de ensino, por município, na região do Litoral Norte do RS. Já o Quadro 14, apresenta a quantidade de estabelecimentos de ensino por etapas e/ou modalidades de ensino no Litoral Norte do RS no ano de 2014. Neste Quadro pode-se observar que de todos os estabelecimentos de ensino, temos apenas 14 instituições que oferecem ensino profissional em suas dependências, sendo um destes o IFRS - *Campus Osório*.

Quadro 13. Estabelecimentos de Ensino no Litoral Norte do RS (2014)

CRE	MUNICÍPIO	Dependência Administrativa				
		Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
11	ARROIO DO SAL	2	0	7	0	9
11	BALNEARIO PINHAL	1	0	9	0	10
11	CAPÃO DA CANOA	4	0	19	18	41
11	CAPIVARI DO SUL	2	0	3	0	5
11	CARAA	5	0	5	0	10
11	CIDREIRA	2	0	8	1	11
11	DON PEDRO DE ALCÂNTARA	2	0	2	0	4
11	IMBÉ	2	0	15	1	18
11	ITATI	3	0	6	0	9
11	MAMPITUBA	3	0	3	0	6
11	MAQUINÉ	5	0	8	0	13
11	MORRINHOS DO SUL	2	0	3	0	5
11	MOSTARDAS	4	0	13	0	17
11	OSÓRIO	9	1	25	10	45
11	PALMARES DO SUL	4	0	10	0	14
11	RIOZINHO	1	0	9	0	10
11	ROLANTE	3	0	20	6	29
11	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	24	0	28	7	59
11	TAVARES	1	0	6	0	7
11	TERRA DE AREIA	1	0	7	1	9
11	TORRES	10	0	14	13	37
11	TRAMANDAÍ	6	0	19	11	36
11	TRÊS CACHOEIRAS	5	0	3	3	11
11	TRÊS FORQUILHAS	1	0	5	0	6
11	XANGRI-LÁ	1	0	7	1	9
11 CRE		103	1	254	72	430

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor



Quadro 14. Estabelecimentos de Ensino por Etapas e/ou Modalidades de Ensino no Litoral Norte do RS (2014)

CRE	Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação Especial	Educação de Jovens Adultos		Total Real
								Presencial	Semipresencial	
11	Estadual	0	21	96	39	6	7	22	1	103
	Federal	0	0	0	1	1	0	0	0	1
	Municipal	99	172	149	0	0	2	14	2	254
	Particular	49	55	12	7	7	6	4	2	72
Total 11 CRE		148	248	257	47	14	15	40	5	430

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor

Segundo os dados apresentados pela 11ª CRE - litoral, das 14 instituições de ensino que oferecem ensino profissional, sete são particulares, o que determina que a outra metade seja de instituições públicas. Nos Quadros 15 e 16 é apresentado a lista de instituições públicas e privadas no Litoral Norte do RS, o município onde está situado e a quantidade de matrículas ofertadas na educação profissional.

Quadro 15. Instituições particulares que oferecem educação profissional no Litoral Norte do RS (2014)

Instituição	Município	Matrícula inicial
IE Cenecista Marques do Herval (FACOS)	Osório	326
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	Capão da Canoa	22
Escola Técnica Cenecista General Osório	Rolante	18
Escola de Ensino Médio Santa Rita	Torres	126
Escola Educação Profissional - SENAC Tramandaí	Tramandaí	52
Escola Educação Profissional SENAC Torres	Torres	37
Colégio Padre Cesar Vegezzi	Capão da Canoa	37

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor

Quadro 16. Instituições pública que oferecem educação profissional no Litoral Norte do RS (2014)

Instituição	Município	Matrículas iniciais
Escola Estadual de 1º e 2º graus Prudente de Moraes	Osório	204
Escola Estadual de ensino médio Ildfonso Simões Lopes	Osório	65
Instituto Estadual Riachuelo	Capão da Canoa	97
Escola Estadual de Educação Básica Raul Pilla Cabral	Cidreira	98
Instituto Estadual de Educação Marcílio Dias	Torres	61
Instituto Estadual de Educação Barão de Tramandaí	Tramandaí	47
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Osório	254*

\*O *Campus* Osório já formado as primeiras turmas do ensino médio integrado, técnicos em Administração e Informática, chega em 2015/2 com 254 alunos.

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor

No intuito de apresentar os respectivos cursos ofertados de educação profissional nas Instituições de Ensino no Litoral Norte do RS, a seguir, é apresentado Quadro 17.

Quadro 17. Instituições que ofertam educação profissional e os respectivos cursos no Litoral Norte do RS (2014)

Instituição	Natureza	Curso
Escola Estadual de 1º e 2º graus Prudente de Moraes	Pública (Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação profissional técnico em eletrônica</li> <li>Técnico em eletrotécnica integrado ao ensino médio</li> </ul>
Escola Estadual de ensino médio Ildfonso Simões Lopes	Pública (Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional Técnico em meio ambiente</li> <li>Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio</li> <li>Técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio</li> </ul>
Instituto Estadual Riachuelo	Pública (Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em:</li> <li>Contabilidade</li> <li>Informática</li> <li>Edificações</li> <li>Técnico em informática integrado ao ensino médio</li> </ul>
Escola Estadual de Educação Básica Raul Pilla Cabral	Pública (Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em:</li> <li>Administração</li> <li>Informática para internet</li> <li>Técnico em administração integrado ao ensino médio</li> </ul>
Instituto Estadual de Educação Marcílio Dias	Pública (Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional Técnico em edificações</li> </ul>
Instituto Estadual de Educação Barão de Tramandaí	Pública (Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional Técnico em contabilidade</li> </ul>
Instituto Federal do Rio Grande do Sul - <i>Campus</i> Osório	Pública (Federal)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional Subsequente:</li> <li>Administração</li> <li>Informática para internet</li> <li>Guia de turismo</li> <li>Panificação</li> <li>Técnico em administração integrado ao ensino médio</li> <li>Técnico em informática integrado ao ensino médio</li> </ul>
IE Cenecista Marques do Herval (FACOS)	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em:</li> <li>Enfermagem</li> <li>Radiologia</li> <li>Segurança do trabalho</li> </ul>
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em enfermagem</li> </ul>
Escola Técnica Cenecista General Osório	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional Técnico em contabilidade</li> <li>Educação Profissional Técnico em administração</li> </ul>
Escola de Ensino Médio Santa Rita	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em:</li> <li>Enfermagem</li> <li>Radiologia</li> <li>Segurança do trabalho</li> </ul>
Escola Educação Profissional - SENAC Tramandaí	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em:</li> <li>Administração</li> <li>Informática</li> <li>Segurança do trabalho</li> </ul>
Escola Educação Profissional - SENAC Torres	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em:</li> <li>Administração</li> <li>Informática</li> <li>Segurança do trabalho</li> <li>Transações Imobiliárias</li> </ul>
Colégio Padre Cesar Vegezzi	Particular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação Profissional técnico em enfermagem</li> </ul>

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor

De forma a quantificar os respectivos cursos de educação profissional técnico no Litoral Norte do RS no ano de 2014 é apresentado os Quadros 18 e 19.

Quadro 18. Quantitativo de oferta de cursos de educação profissional técnico no Litoral Norte do RS (2014)

Educação Profissional Técnico em:	Particular	Pública	Total
Administração	3	2	5
Informática	2	3	5
Enfermagem	4	0	4
Segurança do trabalho	4	0	4
Contabilidade	1	2	3
Edificações	0	2	2
Radiologia	2	0	2
Eletrônica	0	1	1
Guia de Turismo	0	1	1
Meio ambiente	0	1	1
Panificação	0	1	1
Transações Imobiliárias	1	0	1
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>30</b>

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor

Quadro 19. Quantitativo de oferta de cursos de Técnico integrado ao ensino médio no Litoral Norte do RS (2014)

Técnico integrado ao ensino médio:	Particular	Pública	Total
Informática	0	2	2
Administração	0	2	2
Agropecuária	0	1	1
Eletrotécnica	0	1	1
Meio ambiente	0	1	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

Fonte: CRE (2015), adaptado pelo autor

Conforme apresentado observa-se que a grande maioria de cursos ofertados são cursos de educação técnico profissional independente do ensino médio, no qual são, na sua maioria realizados em instituições particulares. Já, relacionado aos cursos técnico integrado ao ensino médio, 100% desses cursos são ofertados na rede pública do Litoral Norte do RS.

## 4.5 Demanda Profissional

Neste item serão abordados aspectos relacionados à demanda por profissionais de nível técnico na região de prospecção do *Campus Osório*. Para tanto, vai considerar a oferta de empregos e de profissionais de nível técnico e os APL da região.

### 4.5.1 Demandas por Formação Profissional no Litoral Norte do RS

Com relação as demandas por formação profissional no Litoral Norte do RS, é necessário um conhecimento da quantificação e vocação das empresas e de profissionais qualificados.

### 4.5.2. Distribuição do número de empresas segundo o porte

No Litoral Norte do RS, em todos os segmentos da economia, destacam-se as microempresas, assim como na maioria das regiões e municípios brasileiros. No setor da agropecuária, são contabilizados 551 microempresas e apenas 44 de outros portes. Já no comércio, são 13 mil microempresas ao passo que os demais portes não ultrapassam 360 estabelecimentos. Na indústria são 3,1 mil microempresas e menos de 140 estabelecimentos de outros portes. No setor de serviços, há aproximadamente 7,5 mil microempresas e 284 estabelecimentos de outros portes (FEE, 2015).

Ao se comparar os segmentos, destaca-se a área do comércio com 13 mil estabelecimentos (54% do total), serviços com 7,8 mil estabelecimentos (31% do total) e indústria com 3,2 mil estabelecimentos (13% do total). O setor com menor representatividade é o segmento de agropecuária com 595 estabelecimentos (2% do total) (FEE, 2015). O Quadro 20 apresenta a distribuição de estabelecimentos por porte no Litoral Norte do RS.

Quadro 20. Distribuição de estabelecimentos por porte no Litoral Norte do RS

Setor \ Porte	Agropecuária		Comércio		Indústria		Serviços		Total	
	Nº de estab.	%	Nº de estab.	%	Nº de estab.	%	Nº de estab.	%	Nº de estab.	%
Micro	551	2	13.042	54	3.095	13	7.539	31	24.227	100
Pequeno	42	6	337	46	113	16	234	32	726	100
Médio	2	3	21	27	18	23	36	47	77	100
Grande	0	0	3	17	1	6	14	78	18	100
Total	595	2	13.403	54	3.227	13	7.823	31	25.048	100

Fonte: (RAIS, 2007 apud SEBRAE, 2009)

No Quadro 21 observa-se a distribuição de empregos por segmento e porte dos estabelecimentos no Litoral Norte do RS, onde 43% dos empregos está concentrada na área de serviços, 31 % na área do comércio, 22% na indústria e apenas 4% na agropecuária. Do total de empregados, 34% estão concentrados nas microempresas, 28% em pequenas empresas, 18% nas médias empresas e 20% nas empresas de grande porte (FEE, 2015).

Quadro 21. Distribuição de empregos por Segmento e Porte do Litoral Norte do RS

Setor \ Porte	Agropecuária		Comércio		Indústria		Serviços		Total	
	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%
Micro	1.031	6	8.059	44	4.033	22	5.195	28	18.318	100
Pequeno	760	5	5.883	39	4.154	27	4.338	29	15.135	100
Médio	194	2	2.109	22	3.161	33	4.199	43	9.663	100
Grande	0	0	829	8	784	7	9.296	85	10.909	100
Total	1.985	4	16.880	31	12.132	22	23.028	43	54.025	100

Fonte: (SEBRAE, 2009 apud RAIZ, 2007)

#### 4.5.3 Distribuição do número de micro e pequenas empresas e empregados por segmento (%) no Litoral Norte do RS

Conforme Quadro 22, grande parte das micro e pequenas empresas estão concentradas no comércio varejista (50%), representando 39% dos empregos. O comércio varejista somado aos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e ao comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos representa 76% do total de micro e pequenas empresas dentre outros 22 segmentos, incorporando 59% dos empregados (FEE, 2015).

Quadro 22. Distribuição do número de micro e pequenas empresas e empregados por segmento

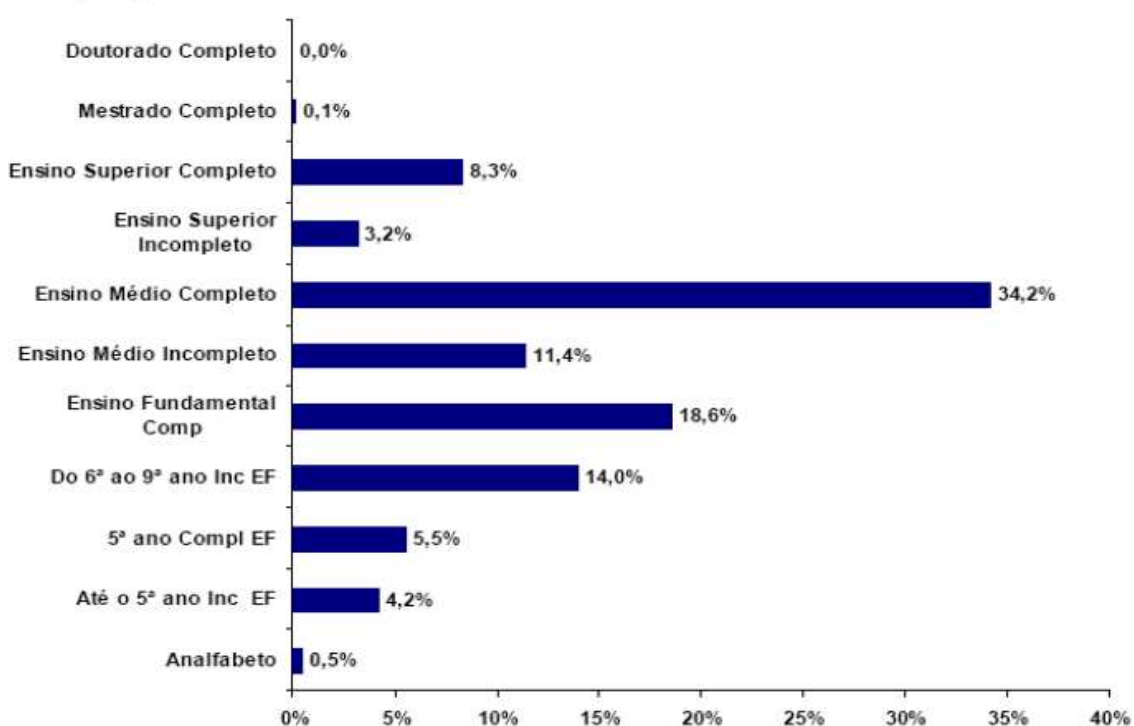
Segmento	Nº de Micro e Pequenas Empresas	Nº de Empregados	% Micro e Pequenas Empresas	% Empregados
Comércio varejista	12422	12960	50%	39%
Ser. alojamento, alimentação, reparação, manutenção	4237	3998	17%	12%
Com. administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnicos	2219	2557	9%	8%
Comércio atacadista	957	982	4%	3%
Construção Civil	878	2364	4%	7%
Transportes e comunicações	721	1188	3%	4%
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	593	1791	2%	5%
Indústria da madeira e do mobiliário	583	959	2%	3%
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	506	1362	2%	4%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	284	442	1%	1%
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	221	326	1%	1%
Indústria metalúrgica	186	149	1%	0%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	139	577	1%	2%
Ensino	131	472	1%	1%
Indústria de calçados	122	1197	0%	4%
Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica	116	83	0%	0%
Serviços industriais de utilidade pública	116	642	0%	2%
Indústria de produtos minerais não metálicos	113	233	0%	1%
Extrativa mineral	113	197	0%	1%
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	77	192	0%	1%
Ind. Da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	74	70	0%	0%
Indústria mecânica	60	250	0%	1%
Administração pública direta e autárquica	42	154	0%	1%
Indústria do material de transporte	30	154	0%	0%
Indústria do material elétrico e de comunicações	13	9	0%	0%
Total	24.953	33.453	100%	100%

Fonte: RAIZ, 2007 apud SEBRAE(2009)

#### 4.5.4 Distribuição do número de trabalhadores e segmento, por nível de escolaridade

Conforme Figura 28, verificando as informações por nível de escolaridade dos trabalhadores, observa-se que 34,2% têm ensino médio completo, 23,7% têm ensino fundamental incompleto, 18,6% ensino fundamental completo, 8,3% que concluíram o ensino superior e 0,1% o mestrado. O nível de analfabetos soma 0,5% (FEE, 2015).

Figura 28. Distribuição do número de trabalhadores por nível de escolaridade



Fonte: RAIZ (2007) apud SEBRAE (2009)

Os dados apresentados pelo Quadro 23 permite inferir as seguintes informações: a distribuição de empregados com ensino fundamental incompleto no segmento agropecuário é de 62%, ao passo que apenas 1% possui nível superior completo. Já no segmento do comércio, 43% possuem ensino médio completo, 19% ensino fundamental completo, 17% ensino fundamental incompleto e 15% ensino médio incompleto. No segmento da Indústria, 38% dos empregados possuem ensino fundamental incompleto. No segmento de serviços, 34% dos empregados possuem Ensino Médio Completo e 20% no Ensino Superior, Mestrado e Doutorado,



demonstrando ser este segmento o que mais exige formação para execução das atividades, ser o segmento em que se apresentam profissionais como odontólogos, contadores, advogados, professores, engenheiros, outros, e ser o que melhor remunera (FEE, 2015).

Quadro 23. Distribuição de empregados por setor e escolaridade

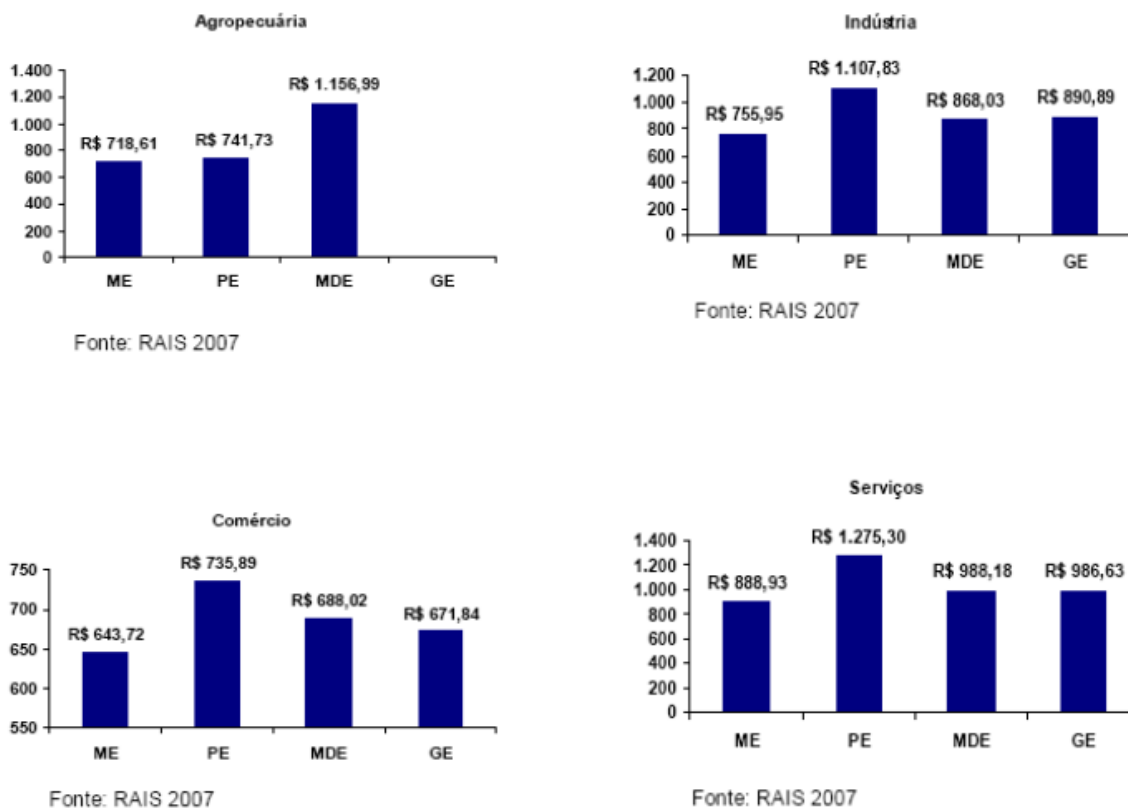
Setor	Analfabeto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Superior incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado
Agropecuário	68	1237	343	87	214	15	21	0	0
Comércio	50	3294	3842	3056	8483	663	339	0	1
Indústria	94	4634	2626	1536	2858	189	194	0	1
Serviços	56	3626	3214	1497	6912	846	3936	81	12

Fonte: RAIZ, 2007 apud SEBRAE(2009)

#### 4.5.5 Renda média por setor e porte de empresa

Na Figura 29 é apresentada a remuneração média por setor e porte da empresa. Na análise por segmento, destaca-se o setor de serviços com remuneração média de R\$ 1.039,12. Já o segmento de comércio é o que apresenta menor remuneração média, R\$ 678,89, estando 21% abaixo do salário médio da região (FEE, 2015).

Figura 29. Remuneração média por setor e porte de empresa



Fonte: RAIZ(2007) apud SEBRAE(2009).

#### 4.5.6 Arranjos Produtivos Locais (APL)

Arranjo Produtivo Local conforme definição da Lei nº 13.839, de 05/12/2011, que institui o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, são as aglomerações de empresas e instituições localizadas em um mesmo território, que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como: esferas de governo, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas, eficiência coletiva e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social. (Rio Grande do Sul, 2011).

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul apresenta uma localização estratégica no Estado e em relação à região Sul do Brasil, devido à proximidade com a região metropolitana de Porto Alegre e à conexão com importantes rodovias federais (BR-101 e BR-290). A concentração de investimentos privados de grandes redes

nacionais ou regionais do varejo e de supermercados em determinados municípios é significativa, destacando-se Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí. Esses municípios exercem importante função de polos regionais concentrando uma gama considerável de atividades, agregando oportunidades de trabalho e apropriação de renda e, conseqüentemente, incremento populacional (STROHAECKER e TOLDO, 2011).

É relevante destacar que, até a década de 1980, redes comerciais não permaneciam nas localidades citadas ao longo de todo o ano. Era comum a prática de aluguel de prédios nos balneários apenas no período de veraneio empregando uma mão de obra sazonal com contratos temporários, o que exemplifica como funcionava a economia na região. Essa situação começou se modificar a partir da década de 1990, coincidindo com a intensificação dos processos emancipatórios ocorridos na região. Atualmente, a maioria dessas redes comerciais funciona ininterruptamente ao longo de todo o ano e seus funcionários residem na própria região, o que confere uma melhoria significativa das condições de empregabilidade e geração de renda nos principais centros urbanos da região (STROHAECKER e TOLDO, 2011).

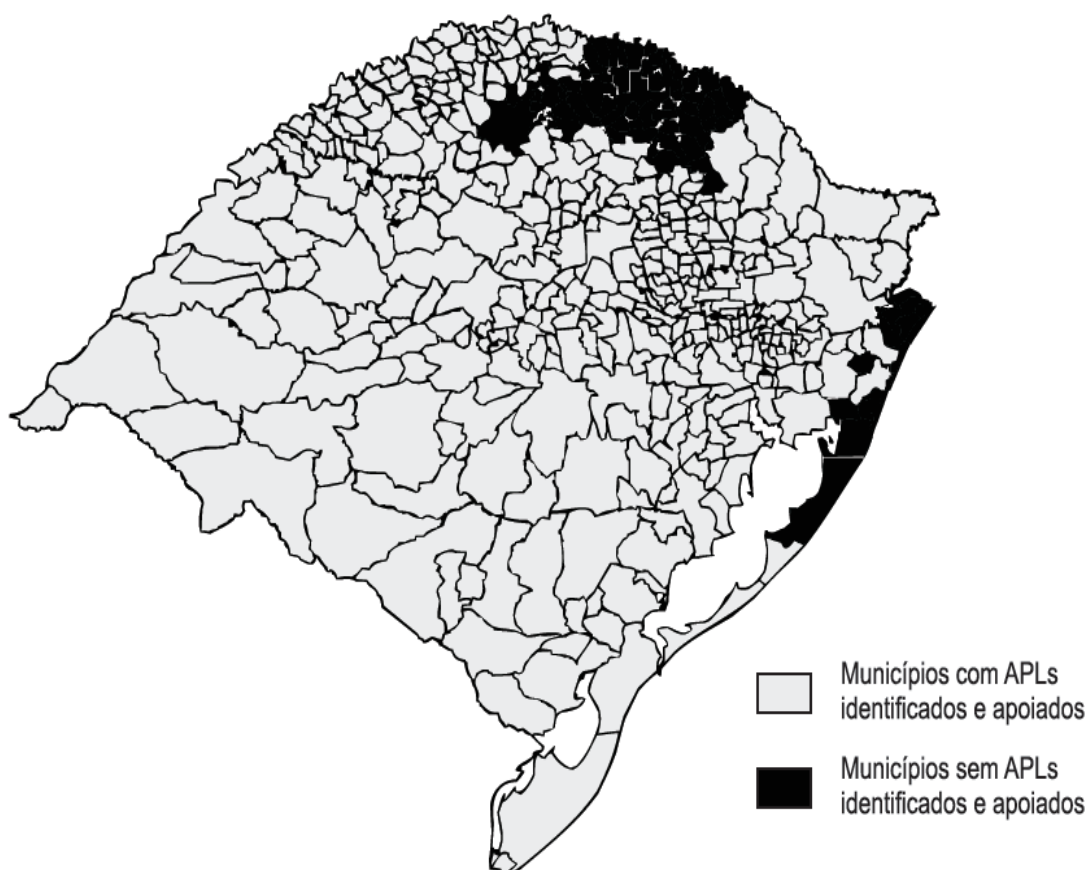
A diversidade de paisagens do Litoral Norte do RS é uma riqueza e, ao mesmo tempo, um entrave à identidade regional. Os municípios da encosta do planalto não se identificam com o rótulo de “região litorânea”. Por outro lado, os municípios localizados na planície lagunar sentem-se afastados dos fluxos turísticos sazonais, servindo apenas como “corredor de passagem” para milhares de pessoas. Há de reforçar que os municípios litorâneos, ainda são lembrados pelos turistas e veranistas, de um modo geral, apenas de dezembro a março, época de veraneio (STROHAECKER e TOLDO, 2011).

Este breve panorama mostra como funcionava e como se apresenta a economia numa região tão oscilante frente a uma população itinerante.

Na política de estímulo a APLs, o RS é um dos Estados pioneiros na identificação de Arranjos Produtivos Locais, pesquisando cenários desde o final dos anos 1990. Neste sentido, a Figura 30, apresenta a localização geográfica dos APLs identificados e apoiados, bem como as regiões sem APLs identificados e apoiados no RS. Considerando tal realidade, é de se destacar a necessidade da verificação de arranjos ainda não identificados no Estado e a descrição de quais são as principais atividades produtivas presentes nas regiões que apresentam pouca

dinamicidade socioeconômica. Acredita-se ser possível verificar a existência de atividades que apresentam potencialidade para um tratamento enquanto Arranjo Produtivo Local (TATSCH et al., 200?).

Figura 30. Localização geográfica dos APLs identificados e apoiados e sem APLs identificados no RS



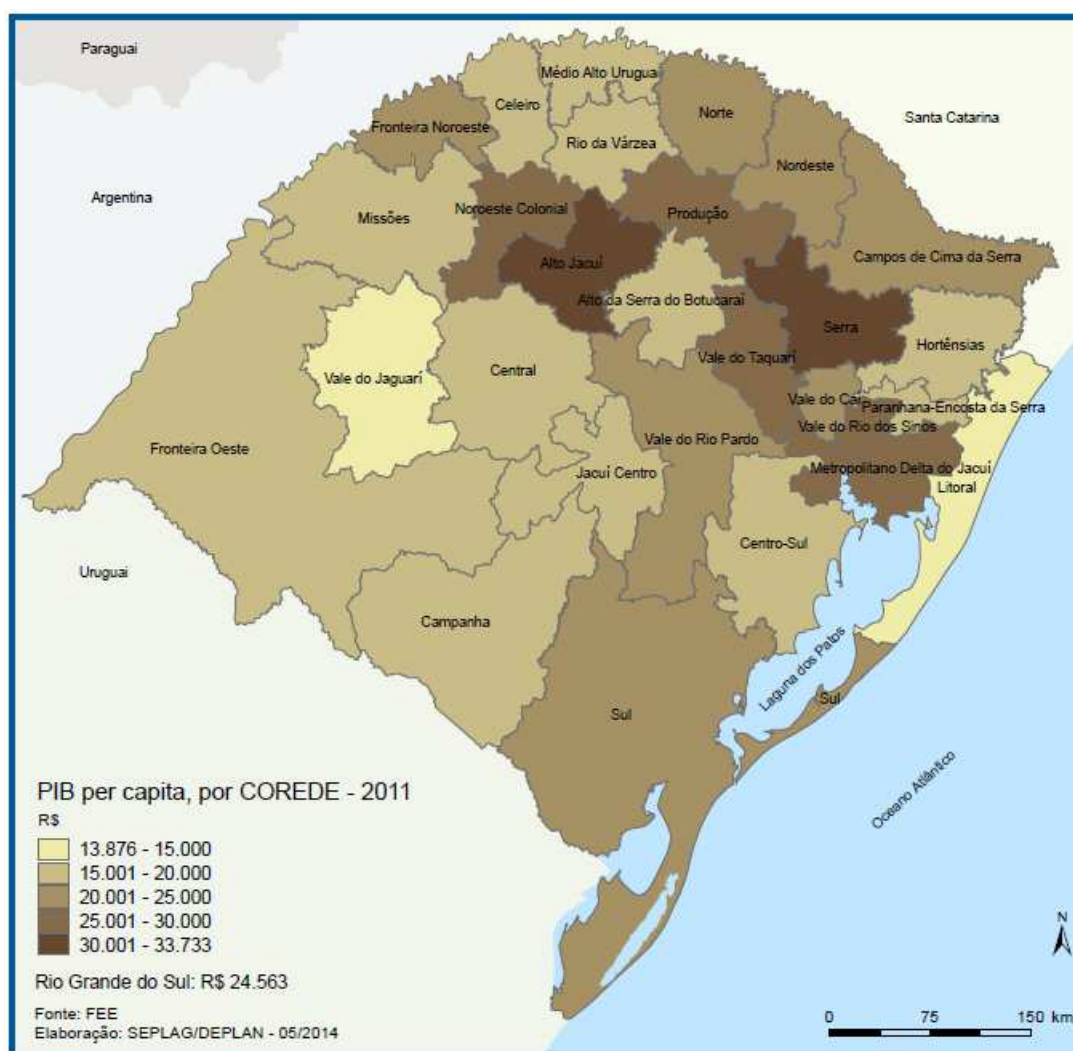
Fonte: (TATSCH et al., 200?)

Todos os municípios com APLs identificados e apoiados estão indicados na cor cinza. É importante observar que há sobreposição de APLs em alguns municípios, enquanto outros não apresentam arranjos mapeados e apoiados, como é o caso daqueles pintados em preto e concentrados mais ao norte do Estado e no Litoral Norte do RS. Destaca-se, entretanto, que grande parte do território gaúcho apresenta APLs identificados e apoiados de diversos segmentos produtivos (primário, secundário e terciário). No Litoral Norte do RS, um APL identificado é a cachaça e derivados da cana de açúcar, restrito ao município de Santo Antônio da Patrulha (TATSCH et al., 200?).

A análise dos APLs ainda não mapeados, como o caso do Litoral Norte do RS, revela novas possibilidades de atuação de estudo e identificação, merecendo a atenção de futuras pesquisas destes arranjos na região (TATSCH et al., 200?).

Dos 28 COREDEs do Estado, sete apresentavam valores acima do PIB per capita estadual e 21 apresentavam valores abaixo do PIB per capita estadual conforme é observado na Figura 31.

Figura 31. PIB per Capita por COREDE 2012 - RS



Fonte: SEPLAN, 2015

A região do COREDE Litoral, foco deste estudo, é considerada de pouca dinamicidade socioeconômica e, portanto, classificado como “em dificuldade”.

A região apresenta como principais atividades econômicas, segundo o Valor Adicional Bruto (VAB): estrutura produtiva centrada em comércio e serviços (76,70% do VAB local), com destaque para o turismo. A indústria (13,87% do VAB local) é o

segundo setor em termos de importância para a região. A agropecuária atua com 9,43% do VAB da região com destaque para produtos como arroz e banana. (TATSCH et al., 200?).

Embora a região do Litoral Norte do RS não apresente APLs identificados e apoiados, além de ser considerada de pouca dinamicidade socioeconômica, não quer dizer que não existam atividades produtivas e segmentos atuantes na economia local e regional. As potencialidades e tendências de desenvolvimento dos municípios do Litoral Norte do RS são apresentadas no Quadro 24, abaixo:

Quadro 24. Potencialidades e tendências de desenvolvimento dos municípios do Litoral Norte do RS

<b>Categorias de Municípios</b>	<b>Relação dos Municípios</b>	<b>Potencialidades e Tendências</b>
Urbanos Permanentes	Capão da Canoa Osório Tramandaí Torres	- Comércio varejista; serviços gerais e especializados; - Centros de distribuição atacadista e mineração de areia (em Osório); - Parques eólicos (Osório, Tramandaí); - Indústrias da construção civil, madeira, do mobiliário e de confecções; - Turismo esportivo e de eventos; - Lazer e recreação.
Urbanos para fins de Segunda Residência	Arroio do Sal Balneário Pinhal Cidreira Imbé Xangri-lá	- Comércio varejista e serviços gerais; - Indústria da construção civil e da alimentação (conservas e mel); - Parques eólicos (Imbé e Xangri-lá); - Atividades de lazer e recreação sazonais; - Turismo para terceira idade.
Urbanos Agroindustriais	Capivari do Sul Palmares do Sul Santo Antônio da Patrulha	- Beneficiamento da cana-de-açúcar e produtos derivados; - Silvicultura; - Cultivo de plantas ornamentais; - Orizicultura; - Parques eólicos (Palmares do Sul).
Rurais	Caraá Dom Pedro de Alcântara Itati Mampituba Maquiné Morrinhos do Sul Terra de Areia Três Cachoeiras Três Forquilhas	- Produção e comercialização de bebidas e alimentos coloniais; - Produção de hortaliças, citros e olerícolas agroecológicos; - Extrativismo com manejo adequado da samambaia-preta e dos frutos do palmito juçara; - Turismo rural, ecológico, e de aventura; - Cultivo de flores e plantas ornamentais; - Indústria do mobiliário (Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Terra de Areia).

Fontes: Strohaecker e Toldo (2011)

Conforme o Quadro 24, como relação de potencialidades e tendências, observa-se a manutenção na estrutura produtiva centrada em comércio e serviços em todos os municípios tanto nos de características urbanas como nos rurais.

Também com o aumento da população permanente, a região tornou-se foco de iniciativas de empreendedorismo, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte. Nos últimos anos, grandes empresas varejistas de caráter regional têm se estabelecido nos polos de centralidade de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí. Além disso, destacam-se investimentos de grande porte, como os parques eólicos, em alguns municípios da região. Dessa maneira, a configuração territorial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul vem se caracterizando, na atualidade, pela dicotomia da dinamização e da estabilização (Strohaecker e Toldo 2011).

Além dos dados já apresentados que representam etapas importantes da metodologia proposta e considerando que a região do Litoral Norte do RS ainda não apresenta APLs mapeados e apoiados, o que revela novas possibilidades de atuação de estudo e identificação, merecendo a atenção de futuras pesquisas destes arranjos na região. Neste sentido, poderiam ser realizadas entrevistas em grupos focais com empresários da região, afim de compreender melhor a demanda por profissionais de nível técnico nos diferentes setores.

Outro ponto que haveria necessidade de uma análise posterior, para haver uma identificação atualizada, é a consulta à comunidade interna do *Campus*, afim de elencar qual curso ofertar, respeitando os dados primários e secundários previamente apresentados, mas também respeitando os limites da instituição, seja no quesito de recursos humanos como questões de infraestrutura.

Contudo, com os dados já pesquisados, pode-se inferir que para apontar os cursos que apresentam demanda significativa na região é importante considerar que a região estudada caracteriza-se por geração de emprego voltado para o comércio varejista e prestação de serviços (alojamento, alimentação, reparação, manutenção), e que os dados relativos à escolaridade dos trabalhadores apresentam a carência de qualificação profissional. Estes fatos orientam para a importância dos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, para o atendimento desta parcela específica de profissionais na área de serviços, ratificando a decisão da escolha dos eixos que hoje contemplam o *Campus Osório*.

O foco dos Institutos Federais é a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias alcançando a implantação de desenvolvimento local/regional sustentável econômica, social e ambientalmente, inclusivo socialmente e democratizado em termos políticos, culturais e informacionais. Os Institutos buscam atender às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos Arranjos Produtivos Locais (MEC, 2010).

A partir da síntese apresentada no Quadro 25, torna-se possível identificar cursos adequados para o desenvolvimento da região e que, portanto, direcionem-se à área do comércio varejista e prestação de serviços, haja visto que há carência de qualificação profissional para este setor.

Quadro 25. Síntese dos dados obtidos com a aplicação da metodologia proposta

Etapas	Atividades desenvolvidas	Síntese
A. Caracterização do local de prospecção	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de dados geográficos e territoriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa parte dos municípios localizados litoral apresentam as mais altas taxas de crescimento populacional do Estado</li> <li>A parcela da população menor de 14 anos tende a apresentar aumento</li> <li>População predominantemente urbana</li> </ul>
B. Estrutura do IFRS e suas Bases legais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A lei de criação dos Institutos Federais preconiza a existência da garantia de no mínimo 50% de suas vagas para atender à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados</li> <li>Os cursos a serem implantados, bem como os já existentes no Campus Osório, pertencem a cinco eixos tecnológicos (Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Turismo, Hospitalidade e Lazer), contidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC. Esses eixos foram estabelecidos junto à comunidade</li> </ul>
C. Perfil e expectativas dos estudantes em potencial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ensino Fundamental e médio: estudantes em potencial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvendo a ideia de capilaridade proposta para os IFs, pois vêm atingindo municípios e regiões distantes dos grandes eixos</li> <li>Observa-se uma expressiva procura para os cursos técnicos de ensino médio na modalidade integrado. Neste sentido, a busca por estas modalidades de ensino permanecem uma tendência o que sugere a manutenção destes cursos na Instituição</li> </ul>
D. Mapeamento da concorrência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapeamento da concorrência (Identificar e mapear a "concorrência")</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A grande maioria de cursos ofertados são cursos de educação técnico profissional independente do ensino médio, no qual são, na sua maioria realizados em instituições particulares. Já, relacionado aos cursos técnico integrado ao ensino médio, 100% desses cursos são ofertados na rede pública do Litoral Norte do RS</li> </ul>



<p>E. Demanda profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas por formação Profissional no Litoral Norte do RS</li> <li>• Distribuição do número de micro e pequenas empresas e empregados por segmento (%) no Litoral Norte do RS</li> <li>• Distribuição do número de trabalhadores e segmento, por nível de escolaridade</li> <li>• Renda média por setor e porte da empresa</li> <li>• Arranjos Produtivos Locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A distribuição de empregos por segmento e porte dos estabelecimentos no Litoral Norte do RS, onde 43% dos empregos está concentrada na área de serviços, 31 % na área do comércio</li> <li>• Grande parte das micro e pequenas empresas estão concentradas no comércio varejista (50%), representando 39% dos empregos na região.</li> <li>• Informações por nível de escolaridade dos trabalhadores, observa-se que 34,2% têm ensino médio completo, 23,7% têm ensino fundamental incompleto, 18,6% ensino fundamental completo</li> <li>• A análise dos APLs ainda não mapeados, como o caso do Litoral Norte do RS, revela novas possibilidades de atuação de estudo e identificação, merecendo a atenção de futuras pesquisas destes arranjos na região</li> <li>• A relação de potencialidades e tendências, observa-se a manutenção na estrutura produtiva centrada em comércio e serviços em todos os municípios tanto nos de características urbanas como nos rurais</li> <li>• Também com o aumento da população permanente, a região tornou-se foco de iniciativas de empreendedorismo, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte</li> </ul>
--------------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelo Autor

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema central a elaboração de uma metodologia que procure atender e elucidar, através do estudo dos Arranjos Produtivos Locais e da necessidade da comunidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as demandas e as possibilidades de abertura e manutenção de cursos de ensino médio técnicos e profissionalizantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus Osório*.

A motivação para realização de tal projeto está relacionada ao fato de eu estar à frente da Coordenação de Desenvolvimento Institucional. Neste sentido, a partir de reuniões e com as atribuições relativas ao cargo, identificamos que o *Campus Osório* necessitava de um estudo relacionado à efetividade dos cursos ofertados, a fim de avaliar se ainda permanecem como uma demanda atual, além disso se faz necessário realizar a prospecção de novos cursos.

A questão que instiga a definição do tema ou problema deste estudo está fundamentada no fato de que cursos a serem ofertados no *Campus Osório*, até então, foram determinados em uma única audiência pública, realizada junto à comunidade antes da implantação do referido *Campus*. Considerando a necessidade de aprimorar o processo de escolha dos cursos a serem mantidos e implantados nessa unidade do IFRS, o objetivo geral deste estudo que foi elaborar uma proposta de metodologia de estudo de demanda de cursos técnicos na região Litoral Norte do RS. Tal proposta apresenta a premissa de atender tanto a necessidade da comunidade onde o IFRS *Campus Osório* está inserido, quanto aos Arranjos Produtivos Locais da região. Neste sentido, componho alguns comentários, resgatando os objetivos específicos: a partir da pesquisa bibliográfica, identifica-se que as políticas educacionais no Brasil em três momentos do século XX, assim como a contextualização do ensino técnico no Brasil. Em seguida, foi apresentado o cenário do ensino técnico no Brasil relacionado ao IFRS e por fim foi realizada uma apresentação contextualizando o histórico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - *Campus Osório*. Esta apresentação fez-se necessária para permitir a contextualização e compreensão do momento e dos fatos históricos que são aplicados ao IFRS *Campus Osório*, desde a sua criação.

O trabalho permitiu elaborar, dentre as metodologias descritas na literatura, uma proposta que atenda às necessidades da comunidade para manter ou criar novos

cursos para o IFRS - *Campus* Osório, seguindo os objetivos específicos, num primeiro momento, sob a caracterização geográfica e territorial do local de prospecção do *Campus* Osório, ou seja da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul e dos municípios que a compõem.

O passo seguinte para a elaboração desta metodologia perpassa o conhecimento do perfil demográfico dos alunos matriculados nos cursos já existentes no meio em que se pretende analisar. O perfil demográfico em questão deve abordar a composição por sexo, renda, local de residência, bem como se o aluno tem outros familiares que estudaram na mesma instituição.

O mapeamento da concorrência, ou seja, da oferta instalada de cursos na região de influência, enumerando quantas instituições de ensino há na região e, destas, quantas são públicas, isto é, de ensino gratuito, e a quantidade de alunos matriculados em cada instituição concorrente apresenta-se como um item para evitar a duplicidade de oferta de cursos.

A seguir é preciso identificar a demanda por profissionais técnicos, ou seja, a oferta de empregos na área técnica, através de um levantamento dos Arranjos Produtivos Locais e de suas necessidades em relação a esses profissionais.

A educação profissional e tecnológica de nível médio está contida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este catálogo é um importante mecanismo a ser utilizado como base de orientação e organização da oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio.

Também é importante identificar junto a comunidade da instituição de ensino algumas hipóteses de cursos com potencial interesse para pesquisar. No caso do IFRS - *Campus* Osório devem seguir os eixos tecnológicos: Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Turismo, Hospitalidade e Lazer. As consultas proporcionam dezenas de títulos de cursos que, em análise posterior, devem ser reduzidas considerando a vocação da instituição, as instalações existentes, o interesse dos dirigentes e os recursos disponíveis.

É preciso considerar as bases legais para implementação de cursos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a lei de criação dos IFs, lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Na premissa de continuidade, de dados preliminares, contextualizando com a proposta da metodologia a ser aplicada apresenta-se: o Litoral Norte do RS, assim como a região metropolitana de Porto Alegre e Serra apresentam as maiores taxas

de crescimento populacional do Estado. O Litoral Norte do RS, região de estudo, apresenta-se como referência na busca por uma melhor qualidade de vida seja para veraneio ou para residência.

A região têm predominância de uma população urbana, principalmente nas cidades costeiras, todavia as cidades mais distantes da costa se tornam na sua maioria, rurais. A situação que vem ocorrendo é que os jovens nas cidades consideradas mais rurais estão migrando para cidades com maior expressividade urbana, também considerados polos na região, onde na sua maioria são as cidades mais próximas da costa. Esta migração para cidades referência da região ocasiona um envelhecimento das cidades rurais, também se tornam as cidades com menor número de habitantes e também com relação a economia, ou seja, um baixo PIB.

Outro ponto apresentado, conforme os objetivos específicos, são os APLs, que embora ainda não estejam mapeados e apoiados, observa-se que os municípios do Litoral Norte do RS caracterizam-se por geração de emprego voltado para o comércio varejista e prestação de serviços (alojamento, alimentação, reparação, manutenção). É relevante afirmar que tais postos de trabalho são praticamente gerados nas micro e pequenas empresas, a exceção da área de serviços que é expressiva também nas empresas de médio e grande porte, principalmente na área da construção civil.

Se pode destacar também, ao se analisar os dados relativos à escolaridade dos trabalhadores, que o nível de educação de nossos profissionais concentra-se no ensino médio completo, mas também em grande parte em profissionais com qualificação inferior. Este fato orienta para a importância dos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, no sentido de aumentar o valor agregado dos serviços ofertados por estes profissionais que teriam qualificação específica em determinadas áreas.

Considerando que o setor de serviços é o mais representativo na região, o investimento na qualificação profissional, através de cursos técnicos relacionados aos empregos ofertados no Litoral Norte do RS deve gerar novos serviços e serviços de maior valor agregado, possibilitando um aumento do poder econômico nos municípios que compõem essa região geográfica. Portanto, considerando essa demanda de qualificação profissional, já se justifica a oferta de cursos em instituições públicas e gratuitas para o atendimento desta parcela específica de profissionais na área de serviços.

Observa-se também a procura por cursos na densidade de candidatos por vaga nos processos seletivos realizados até então. Destaca-se os cursos técnicos médios integrados de Administração e Informática, cursos que já fazem parte da oferta do *Campus Osório*.

Com a análise de mercado e com relação a qual eixo de intenção de potenciais alunos ingressantes para estudo relacionado ao ensino médio técnico são destacados ainda dois eixos que estão sendo pouco ou não atuantes até o momento, o eixo de Turismo, hospitalidade e lazer e o de Infraestrutura. Os cursos de Turismo e de Edificações contemplariam tais eixos, na análise daquele há uma intenção de um curso relacionado a eventos.

Os estudos e pesquisas realizados apontam as demandas da comunidade do Litoral Norte do RS, região em que se encontra instalado o *Campus Osório* do IFRS. A observação dessas demandas, bem como o levantamento das Instituições de ensino que oferecem cursos técnicos na região auxilia na orientação de se evitar a sobreposição de oferta de cursos.

Este estudo é necessário na identificação de cenários, prospecções e diretrizes a serem tomados na escolha de cursos. Todavia, vislumbra-se que a decisão de qual curso abrir se torna complexa numa análise do momento de abertura de um curso. A decisão se faz necessária sob a tutela da gestão junto ao corpo docente e técnico, uma vez que questões financeiras, de infraestrutura e de pessoal devem estar alinhadas com a metodologia desenvolvida neste trabalho.

Cabe ressaltar que o caminho ou trajetória para identificar os cursos a serem ofertados não é único e muito menos definitivo, uma vez que se faz necessário acompanhar a evolução da economia e o desenvolvimentos desses APLs a fim de adaptar a oferta dos cursos. Além disso, é necessário construir projeções, atualizadas, acerca do futuro mercado, considerando o perfil profissional que esse mercado irá demandar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. **Surgimento das Escolas Técnicas.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em março 2015.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Sampaio Dória.** Recife: Massangana, 2010. 158p.

CORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (CRE). **11ª CRE - Osório.** Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/cre.jsp?ACAO=acao2&CRE=11>>. Acesso em: 01 out 2015.

DREHER, Martin Norberto. **Breve história do ensino privado gaúcho.** São Leopoldo: Oikos, 2008. P.70.

ESCOLA Técnica Federal começa a sair do papel em Osório. **Litoral Mania**, Osório, 15 out 2008a. Disponível em: <<http://www.litoralmania.com.br/escola-tecnica-federal-comeca-a-sair-do-papel-em-osorio/>>. Acesso em: 12 mar 2015.

ESCOLA Técnica Federal: obras devem iniciar em junho. **Jornal Revisão**, Osório, 8 maio. 2008b. p. 11.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Corede Litoral.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>>. Acesso em: 01 out 2015.

IMPLANTAÇÃO do Instituto Federal de Osório é discutido na Câmara de Vereadores. **Litoral Mania**, Osório, 20 nov 2009. Disponível em: <<http://www.litoralmania.com.br/implantacao-do-instituto-federal-de-osorio-e-discutido-na-camara-de-vereadores/>>. Acesso em: 13 mar 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – (IFRS). **IFRS**. Bento Gonçalves, 2015. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/site/index.php>>. Acesso em: fevereiro 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - OSÓRIO (IFRS/ OSÓRIO). **Regimento Interno do IFRS – Campus Osório**. Osório, 2012. Documento interno do IFRS - Osório.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do RS 2014 – 2018 (PDI 2014-2018)**. Bento Gonçalves. 2014. Documento interno do IFRS.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – OSÓRIO (IFRS/ OSÓRIO). **IFRS - Osório**. Osório, 2015. Disponível em: <<http://www.osorio.ifrs.edu.br/site/>>. Acesso em: fevereiro. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília: O Instituto, 2014.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2013. xxvi, 765 p.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortes, 2012.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. v. 1.6. ed., rev., atual., ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Litoral Norte do RS ganha escola técnica**. 2008a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11715:&catid=209&Itemid=164](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11715:&catid=209&Itemid=164)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13175&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13175&option=com_content&view=article)>. Acesso em março 2015b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Cidades gaúchas ganham escolas técnicas**. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9317:&catid=209&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9317:&catid=209&Itemid=86)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Concepção e Diretrizes, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: 2008b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Dilma inaugura Campus de instituto e elogia opção de formandos do pronatec**. 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18979:dilma-inaugura-campus-de-instituto-e-elogia-opcao-de-formandos-do-pronatec&catid=209&Itemid=164](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18979:dilma-inaugura-campus-de-instituto-e-elogia-opcao-de-formandos-do-pronatec&catid=209&Itemid=164)>. Acesso em março 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em janeiro 2015a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC). **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital\\_chamadapublica\\_fase2.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamadapublica_fase2.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2015.

MURI. Gastão. **Educação: ensino técnico**. Osório. Disponível em: <<https://gastao30.wordpress.com/tag/ensino-tecnico/page/3/>>. Acesso em: 13 mar. 2015. Blog: Gastão Muri.

OBRAS da Escola Técnica Federal começam nesta sexta em Osório. **Litoral Mania**, Osório, 26 nov2008a. Disponível em: <<http://www.litoralmania.com.br/obras-da-escola-tecnica-federal-comecam-nesta-sexta-em-osorio/>>. Acesso em: 12 mar 2015.

OBRAS da escola técnica iniciam em Osório. **Jornal Revisão**, Osório, 04 dez 2008b.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Campus Osório completa um ano de funcionamento**. 2011 Disponível em: <[http://www.osorio.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=213499](http://www.osorio.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=213499)>. Acesso em março de 2015.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Escola Técnica Federal: seis empresas disputam a construção em Osório**. 2009d. Disponível em: <<http://www.osorio.rs.gov.br/>>. Acesso em março de 2015.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Instituto Federal Campus Osório realiza nesta quinta-feira sorteio das vagas**. 2010 Disponível em: <<http://www.osorio.rs.gov.br/>>. Acesso em março de 2015.



OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Instituto Federal de Osório inicia as aulas no próximo ano.** 2009a. Disponível em: <[http://www.osorio.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=146487](http://www.osorio.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=146487)>. Acesso em março de 2015.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Lançado novo edital para a construção da Escola Técnica Federal.** 2009b Disponível em: <<http://www.osorio.rs.gov.br/>>. Acesso em março de 2015.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Prefeito participa de aula inaugural no Campus Osório do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.** 2010. Disponível em <[http://www.osorio.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=175234](http://www.osorio.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=175234)>. Acesso em março de 2015.

OSÓRIO. Prefeitura Municipal de. **Treze empresas disputam a construção do Campus Osório(Escola Técnica Federal).**2009c. Disponível em: <<http://www.osorio.rs.gov.br/>>. Acesso em março de 2015.

PAULA, Silvio Pires de. Pesquisa de Mercado em Educação. In: PERDIGÃO, Dulce Mantella; HERLINGER, Maximiliano; ORIANA, Monarca; FRANCESCHINI, Adelia (Org.). **Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 385 - 400.

PORTAL BRASIL. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em janeiro 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 13.839, de 5 de dezembro de 2011.** Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, cria o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação, e dá outras providências.

SAOUAYA, Roberto. **A criação do IFRS Campus Osório.** Osório: IFRS, 2015.(Comunicação oral).

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil .In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes. vol. III, 2005. p. 30 – 39.

SEBRAE. **Mundo Sebrae.** 11 de set 2009. Disponível em: <<https://mundosebrae.wordpress.com/2009/09/11/o-que-e-um-apl/>>. Acesso em abril de 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO RIO GRANDE DO SUL. **11ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE 11).** Osório, [2015?]. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/cre.jsp?ACAO=acao2&CRE=11>>. Acesso em março 2015.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SEPLAN. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2015.

Disponível em: < <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/default.asp>>. acesso em outubro 2015.

STROHAECKER, Tânia Marques; TOLDO, Eírio. **Diretrizes de desenvolvimento regional para o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro. Maio de 2011.

TATSCH, Ana Lúcia; RUFFONI, Janaína; BATISTI, Vanessa de Souza; GOSTINSKI, Marcelo; SPAT, Marilise Dorneles; MATOS, Cláudia Borba. **Os Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio**. Relatório de pesquisa: projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. 87p. [200?].

UNED Litoral comemora o início das obras. **Correio do Povo**, Porto Alegre 29 nov 2008. Disponível em: <[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201216124011484uned\\_litoral\\_comemora\\_o\\_inicio\\_das\\_obras\\_29\\_11\\_08.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201216124011484uned_litoral_comemora_o_inicio_das_obras_29_11_08.pdf)>. Acesso em março 2015.

VECCHIA, Raquel Virmond Rauen Dalla. **Arranjos Produtivos Locais como estratégia de desenvolvimento regional e local**. Revista Capital Científico. Guarapuava, v.4, n.1, p. 31-50, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

YIN, Robert Kendall. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE INTENÇÃO DE ESTUDO PARA CURSOS MÉDIOS TÉCNICOS

<b>FORMULÁRIO DE INTENÇÃO PARA CURSOS MÉDIOS TÉCNICOS</b>	
<b>A. Cidade de moradia:</b>	1. <input type="checkbox"/> Osório 2. <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>B. Sexo:</b>	1. <input type="checkbox"/> Masculino 2. <input type="checkbox"/> Feminino
<b>C. Idade:</b>	_____anos.
<b>D. Qual sua série?</b>	1. <input type="checkbox"/> 7º ano 2. <input type="checkbox"/> 8º ano 3. <input type="checkbox"/> 9º ano
<b>E. Você quer fazer um curso técnico no IFRS campus Osório?</b>	1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não
<b>F. O que eu gostaria de fazer quando estiver trabalhando...</b> (assinale no mínimo uma no máximo duas opções)	
1. <input type="checkbox"/> Trabalhar em uma empresa, apoiando as atividades administrativas.	
2. <input type="checkbox"/> Trabalhar com computadores: criando programas e sites, montando e desmontando computadores.	
3. <input type="checkbox"/> Trabalhar com construção civil, executando projetos de construção de prédios e casas.	
4. <input type="checkbox"/> Trabalhar como músico, tocando um instrumento. Qual? _____	
5. <input type="checkbox"/> Trabalhar em padarias e confeitarias, produzindo pães, bolos e doces.	
6. <input type="checkbox"/> Trabalhar na organização de festas, de festivais e de eventos.	
7. <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____	
<b>G. Preferência para estudar no turno:</b>	1. <input type="checkbox"/> Manhã 2. <input type="checkbox"/> Tarde 3. <input type="checkbox"/> Noite
<b>H. Você faria o Ensino Médio Técnico no IFRS campus Osório?</b>	1. <input type="checkbox"/> Sim 2. <input type="checkbox"/> Não

ANEXO A - ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DEFINIU OS EIXOS DE ATUAÇÃO PARA IFRS - CAMPUS OSÓRIO

- ATA -

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete reuniram-se na sede do Grêmio Atlético Osariense os Membros do CEFET de Bento Gonçalves e a Comunidade do Litoral Norte para em Audiência Pública definir quais os Cursos que serão implantados na UNED de Osório.

Inicialmente o Secretário Municipal de Educação Gil José Donaglin fez uma apresentação da equipe do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - CEFET - BG, logo a seguir foi feita uma apresentação do trabalho realizado pelo CEFET, foi aberto espaço para duas discussões sobre a Unidade. Foram apresentadas algumas dúvidas que remetem a questões econômicas da municipalidade do Litoral Norte. Sugestões de Cursos Técnicos em edificação, Tec Hospitalar e Turismo, Tec em destilado, Técnico em Design e Produção de móveis, Técnico em eletrônica, cursos de educação de Jovens e Adultos - PROEJA - com ênfase em informática, pastilhas de impressão, também foram sugeridos p' utilização de cursos eletrônicos por facilitar a participação. Sugestões para cursos: Cooperativismo, micro empresas, bibliotecas, sugestões de FACS. Sugestões para cursos de educação a distância, destilado, sugestões de cursos de cursos de informática e a parte técnica como escola Federal, também a inclusão moralizadora.

apresentar os programas, serviços p' manutenção

Prefeito salientou a importância de um diferencial  
 neste caso como os distritos p/ formar pessoas  
 A indústria de regiões com tecidos, têxtil, feiti de alterna-  
 tive de renda, muito favelas e uma rede de Minis-  
 tério de Educação. Também pensa p/le nos nichos de  
 formação de mão de obra de região como fator de  
 desenvolvimento p/ o futuro que a edificação com  
 um currículo que contempla outras áreas como artes,  
 música, destaco a hospitalidade e turismo que está  
 a ser levado em conta p/ desenvolver as atividades  
 econômicas da região, essa com diferenciais em áreas  
 serviços e informática. Produção de livros e esportes -

Deleghat tem sugestão em não deixar ficar demais os cursos  
 criando uma identificação com a comunidade,

Deleghat  
 Fil. In. 6.0



## ANEXO B - DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO 1909

## DECRETO Nº 7.566 DE 23 DE SETEMBRO DE 1909

*Créa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario gratuito.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906;

Considerando:

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lueta pela existencia;

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação;

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitaes dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Paragrapho unico. Estas Escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artifices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso até o número de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcconar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais.

Paragrapho unico. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-hão installando á medida que a capacidade do predio-escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem.

Art. 3º O curso de officinas durará o tempo que for marcado no respectivo programma, approvado pelo ministro, sendo o regimen da escola o de externato, funcconando das 10 horas da manhã ás 4 horas da tarde.

Art. 4º Cada escola terá um director, um escriptuario, tantos mestres de officinas quantos sejam necessarios e um porteiro continuo.

§ 1º O director será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$ annuaes.

§ 2º O escriptuario e o porteiro-continuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$ e o último 1:800\$ annuaes.

§ 3º Os mestres de officinas serão contractados por tempo não excedente a quatro annos, vencendo 200\$ mensaes além da quota a que se refere o artigo 11 do presente decreto.

Art. 5º As Escolas de Aprendizizes Artifices receberão tantos educandos quantos comporte o respectivo predio.



Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo;

b) não sofrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o apprendizado de officio;

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por autoridade competente;

§ 2º A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições do requerente à matricula.

Art. 7º A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só officito, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizes Artifices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem.

Art. 9º Os cursos nocturnos, primario e de desenho ficarão a cargo do director da Escola.

Art. 10 Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella satisfará a compra de materiaes necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º Semestralmente do director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo à Caixa Econômica ou Collectoria Federal, para destino consignado no artigo seguinte.

Art. 11 A renda liquida de cada officina será repartida em 15 quotas iguaes, das quaes uma pertencerá ao director, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuidas por todos os alumnos da officina, em premios, conforme o grau de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12 Haverá annualmente uma exposiçào dos artefactos das officinas da escola, para julgamento do grão de adeantamento dos alumnos e distribuição dos prêmios aos mesmos.

Art. 13 A commissão julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12 será formada pelo director da escola o mestre da respectiva officina e o inspector agricola do districto.

Art. 14 No regimento interno das escolas, que será opportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as attribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes à administração da escola e das officinas e outras necessarias para seu regular funcionamento.

Art. 15 Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accordo com os mestres das officinas, e submittidos à approvaçào do ministro.

Art. 16 As Escolas de Aprendizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fór consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.


Art. 17 Aos inspectores agricolas compete, dentro dos respectivos districtos, a fiscalizaçào das Escolas de Aprendizes Artifices custeadas ou subvencionadas pela União.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica.

NILO PEÇANHA  
A. Candido Rodrigues.


## ANEXO C - LINHA DO TEMPO DA REDE FEDERAL DE EPT



FUNDAÇÃO  
JOAQUIM NABUCO  
DOCUMENTAÇÃO  
www.funaf.gov.br

# LINHA DO TEMPO

## REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



REDE FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA

PDE Ministério da Educação BRASIL 2025

<p><b>1909</b> O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 "Escolas de Aprendizes Artífices" subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.</p> <p><b>1927</b> O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidéjis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.</p> <p><b>1930</b> É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico.</p> <p><b>1937</b> Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em <b>Liceus Industriais</b>, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.</p> <p><b>1941</b> Vigora uma série de leis, conhecidas como a "Reforma Capanema", que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: - o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; - o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; - os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.</p> <p><b>1942</b> O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em <b>Escolas Industriais e Técnicas</b>, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.</p> <p><b>1944</b> A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o consequente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo Getúlio Vargas impulsionam a industrialização brasileira.</p>	<p><b>1956 - 1961</b> O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.</p> <p><b>1959</b> As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de <b>Escolas Técnicas Federais</b>, com autonomia didática e de gestão.</p> <p><b>1961</b> O <b>ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico</b> com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.</p> <p><b>1967</b> Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como <b>escolas agrícolas</b>.</p> <p><b>1971</b> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna <b>técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente</b>. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.</p> <p><b>1978</b> A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em <b>Centros Federais de Educação Tecnológica</b>.</p> <p><b>1980 - 1990</b> A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polémicas mudanças: a interseção da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.</p> <p><b>1994</b> A Lei 8.948, de 8 de dezembro: - institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; - A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.</p> <p><b>1996</b> Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.</p>	<p><b>1997</b> O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).</p> <p><b>1999</b> Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).</p> <p><b>2004</b> O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.</p> <p><b>2005</b> Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional <b>preferencialmente</b> ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais; Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.</p> <p><b>2006</b> O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p><b>2007</b> Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades. O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.</p> <p><b>2008</b> Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p> <p><b>2009</b> <b>Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.</b></p>
--	--	--



## ANEXO D - INSTITUTOS FEDERAIS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Instituição	Sede da Reitoria	Nº <i>Campus</i>
Instituto Federal do Acre	Rio Branco	6
Instituto Federal de Alagoas	Maceió	16
Instituto Federal do Amapá	Macapá	4
Instituto Federal do Amazonas	Manaus	15
Instituto Federal da Bahia	Salvador	21
Instituto Federal Baiano	Salvador	14
Instituto Federal de Brasília	Brasília	10
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza	31
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória	21
Instituto Federal de Goiás	Goiânia	15
Instituto Federal Goiano	Goiânia	12
Instituto Federal do Maranhão	São Luís	29
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	14
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros	9
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora	8
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre	8
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba	8
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá	16
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	10
Instituto Federal do Pará	Belém	18
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa	15
Instituto Federal de Pernambuco	Recife	16
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina	7
Instituto Federal do Piauí	Teresina	19
Instituto Federal do Paraná	Curitiba	21
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	16
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes	11
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal	18
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	16
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria	10
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pelotas	13
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho	8
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista	4
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis	21
Instituto Federal Catarinense	Blumenau	14
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo	37
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju	10
Instituto Federal do Tocantins	Palmas	10
CEFET MG	Belo Horizonte	9
CEFET RJ	Rio de Janeiro	8
Colégio Pedro II	Rio de Janeiro	10
<b>Total de <i>Campus</i></b>		<b>578</b>

## ANEXO E - RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL REFERENTE AO PLANO E/OU PROJETO PEDAGÓGICO DE NOVOS CURSOS



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

### Instrução Normativa PRODI nº 03, de 28 de maio de 2013.

Altera a normativa do Relatório de Desenvolvimento Institucional referente ao Plano e/ou Projeto Pedagógico de novos Cursos a serem oferecidos pelos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS e revoga as Instruções Normativas PRODI nº 01, de 1º de fevereiro de 2012 e nº 02, de 02 de maio de 2012.

**O Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS**, no uso de suas atribuições legais, considerando a resolução nº 094 de 20.12.2011, resolve:

**Art. 1º** É de responsabilidade do Diretor Geral da Unidade o encaminhamento à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFRS do Relatório de Desenvolvimento Institucional referente ao Plano e/ou Projeto Pedagógico do Curso para sua apreciação.

**Parágrafo único:** Os documentos de que trata o *Caput* do artigo acima deverão ser protocolados no momento de sua entrega para a submissão.

**Art. 2º** O Relatório de Desenvolvimento Institucional deverá ser elaborado de acordo com as Orientações aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento Institucional do IFRS, conforme Anexos I e II.

§1º Para os cursos regulares o Relatório de Desenvolvimento Institucional deverá seguir as orientações do Anexo I.

§2º Para os cursos da modalidade FIC o Relatório de Desenvolvimento Institucional deverá seguir as orientações do Anexo II.

**Art. 3º** As partes possuem o prazo de 15 dias úteis para dar retorno, solicitar alterações e apontar mudanças necessárias.

**Parágrafo único:** O prazo pode ser prorrogado uma vez por igual período, quando necessário.

**Art. 4º** O Parecer Final está condicionado à devolução do Relatório reformulado, acompanhado da versão original com os apontamentos.

**Parágrafo único:** É de competência da unidade solicitante o envio de documento informando a finalização do pedido quando ocorrer desistência da oferta do curso.

**Art. 5º** A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional encaminhará parecer final para a Pró-Reitoria de Ensino quando se tratar de curso que se enquadre no Art. 2º, §1º e para a Pró-Reitoria de Extensão quando se enquadrar no Art. 2º, §2º.

**Parágrafo único:** Cabe às Pró-Reitorias de Ensino ou de Extensão reunir a documentação necessária e encaminhar ao órgão de deliberação competente.

**Art. 6º** Esta Instrução Normativa entra em vigor nesta data.

**Oswaldo Casares Pinto**  
**Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional**  
**Portaria nº 253 de 18 de fevereiro de 2013**  
(a via original encontra-se assinada)

## ANEXO I

### **Orientações para Elaboração do Relatório de Desenvolvimento Institucional de Cursos Regulares**

O Relatório deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:

#### **1. RELEVÂNCIA DO CURSO**

##### **1.1. Estudo de Demanda (local e regional):**

Realizar pesquisas de interesse da população (entrevistas ou questionários a estudantes em geral, audiências públicas, etc.) e de carência de profissionais (entrevistas ou questionários em empresas, órgãos públicos e entidades em geral). A metodologia adotada e os dados obtidos nas pesquisas deverão constar no Relatório de Desenvolvimento Institucional.

##### **1.2. Quadro de indicadores regionais:**

Levantar dados oficiais que caracterizem o perfil sócio-econômico em órgãos oficiais como IBGE, FEE, FAMURS, COREDE, etc.

##### **1.3. Benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional:**

a) Informar os possíveis benefícios para as comunidades atingidas com a abertura do novo curso e a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento regional;

b) Apresentar a relação da oferta do curso com os arranjos produtivos, sociais e culturais regionais.

##### **1.4. Possibilidade de verticalização da formação:**

Indicar outras ofertas de cursos existentes no campus que apresentam vínculo com a área do curso pretendido em níveis de formação diferentes deste, com o intuito de otimizar recursos humanos e infraestrutura e de possibilitar o itinerário formativo dos estudantes.

##### **1.5. Ofertas similares no IFRS:**

Identificar a oferta de mesmos cursos em outros campi do IFRS, a fim de possibilitar a padronização dos PPCs e permitir a mobilidade discente.

##### **1.6. Ofertas similares na região:**

Especificar a situação da oferta de cursos similares em outros campi do IFRS ou em outras instituições de ensino na região de abrangência do campus, a fim de evitar sobreposição de oferta.

##### **1.7. Quadro de indicadores de metas do campus atualizado:**

a) Alinhar a proposta de curso com o planejamento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos e/ou Plano de Desenvolvimento Institucional;

b) Alinhar proposta com políticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional.

##### **1.8. Quadro de indicadores de metas do campus projetado para quando o curso estiver em regime:**

Informar a quantidade de vagas total no curso e que percentual as mesmas representam em relação aos outros cursos e níveis ofertados pelo campus, considerando-se que o IF precisa cumprir o estabelecido no art. 8º da Lei 11.892/2008 e as metas e compromissos assumidos no TAM. Apresentar quadros de vagas previsto no TAM e atualizado, incluindo o curso proposto e justificando eventuais alterações da proposta original.

## **2. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA**

### **2.1. Quadro de indicadores de infraestrutura do campus atualizado:**

- a) Listar a infraestrutura atual do campus que será usada pelo curso;
- b) Apresentar a possibilidade de otimização de infraestrutura intercampi.
- c) Listar laboratórios que o campus possui fazendo comparação com a exigência de laboratórios, conforme catálogo publicado pelo MEC para o mesmo curso quando aplicável;
- d) Apresentar a possibilidade de otimização de infraestrutura interinstitucional, considerando convênios com outras instituições de ensino, prefeituras, entre outros;
- e) Informar a necessidade de aquisição de acervo bibliográfico para o curso e a possibilidade de aproveitamento do já existente.

### **2.2. Quadro de indicadores de infraestrutura a ser complementada para a oferta do curso:**

Listar a infraestrutura a ser viabilizada para a oferta do curso, com a definição de cronograma e com a confirmação da Direção Geral da possibilidade de atendimento, indicando valores e fonte dos recursos.

### **2.3. Quadro de indicadores de infraestrutura do campus projetado para quando o curso estiver em regime:**

Listar a quantidade de salas de aula e/ou laboratórios necessários para atender todas as turmas, considerando o regime do curso e a frequência de ingresso.

## **3. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS**

### **3.1. Quadro de indicadores de pessoal do campus atualizado**

- a) Apresentar a possibilidade de aproveitamento de recursos humanos preexistentes ou de outras ofertas;
- b) Apresentar a possibilidade de otimização de servidores intercampi;
- c) Descrever a relação de servidores (docentes e técnicos) lotados no campus atualmente que atuarão no curso.

### **3.2. Quadro de indicadores de pessoal do campus projetado para quando o curso estiver em regime:**

Descrever a relação de servidores (docentes e técnicos) necessária para viabilizar a oferta do curso, com a definição de cronograma e com a confirmação da Direção Geral da possibilidade de atendimento.

## **4. RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO**

### **4.1. Garantia de registro profissional:**

Verificar se a proposta do PPC está de acordo com as resoluções do conselho profissional competente, com o objetivo de garantir o futuro registro profissional dos concluintes.

### **4.2. Possibilidades de atuação profissional:**

Apresentar as alternativas profissionais dos concluintes do curso, como empreendedores, servidores em órgãos públicos ou em entidades da sociedade civil organizada, empregados em empresas de pequeno, médio e grande porte, entre outros.

## **5. Assinatura do Diretor Geral**



## ANEXO II

### **Orientações para Elaboração do Relatório de Desenvolvimento Institucional de Cursos FIC**

O Relatório deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:

#### **1. DADOS RELATIVOS À OFERTA DO CURSO**

##### **1.1. Apresentação da oferta**

Listar no mínimo o nome do curso, Câmpus ofertante, número de vagas, local da oferta, unidade demandante e outros dados considerados importantes.

##### **1.2. Características do curso**

Listar dados contemplando pelo menos o eixo tecnológico conforme catálogo do MEC, carga horária, escolaridade mínima exigida, descrição de atuação profissional.

#### **2. RELEVÂNCIA DO CURSO**

##### **2.1. Quadro de indicadores regionais:**

Levantar dados oficiais que caracterizem o perfil socioeconômico em órgãos oficiais como IBGE, FEE, FAMURS, COREDE, etc.

##### **2.2. Benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional:**

a) Informar os possíveis benefícios para as comunidades atingidas com a abertura do novo curso e a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento regional;

b) Apresentar a relação da oferta do curso com os arranjos produtivos, sociais e culturais regionais.

##### **2.3. Possibilidade de verticalização da formação:**

Indicar outras ofertas de cursos existentes no campus que apresentam vínculo com a área do curso pretendido em níveis de formação diferentes deste, com o intuito de otimizar recursos humanos e infraestrutura e de possibilitar o itinerário formativo dos estudantes.

#### **3. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA**

##### **3.1. Quadro de indicadores de infraestrutura do campus atualizado:**

Listar a infraestrutura atual do campus que será usada pelo curso;

##### **3.2. Quadro de indicadores de infraestrutura externa:**

Apresentar o planejamento de utilização de infraestrutura externa por meio de convênio com os governos estaduais e municipais, outras instituições de ensino, órgãos públicos, etc..

#### **4. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS**

##### **4.1. Encargos demandados:**

Informar os encargos totais demandados com respectivas atribuições e cargas horárias (professores, supervisores, orientadores, pessoal de apoio, etc.).

##### **4.2. Detalhamento dos encargos docentes:**

Listar as disciplinas do curso com respectivas cargas horárias formação exigida para os professores.

#### **5. RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO**

##### **5.1. Possibilidades de atuação profissional:**

Apresentar as alternativas profissionais dos concluintes do curso, como empreendedores, servidores em órgãos públicos ou em entidades da sociedade civil organizada, empregados em empresas de pequeno, médio e grande porte, entre outros.

#### **6. Assinatura do Diretor Geral**